



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO:  
ESTUDO DE CASO A RESPEITO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DO  
RIO DE JANEIRO E NO DISTRITO FEDERAL**

ÉRICA FERRER SANTOS

Brasília  
2015

ÉRICA FERRER SANTOS

TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO:  
ESTUDO DE CASO A RESPEITO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RIO  
DE JANEIRO E NO DISTRITO FEDERAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho.  
Área de concentração: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Brasília

2015

ÉRICA FERRER SANTOS

TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO:  
ESTUDO DE CASO A RESPEITO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE  
JANEIRO E NO DISTRITO FEDERAL

Dissertação de mestrado apresentada e aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília.

Dissertação defendida e aprovada em: 07/07/2015.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho  
Universidade de Brasília (UnB) – Presidente/Orientador

---

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Membro externo

---

Prof. Dr. Shadia Hussein de Araújo  
Universidade de Brasília (UnB) – Membro interno

---

Profa. Dra. Marília Luiza Peluso  
Universidade de Brasília (UnB) – Membro suplente

## FICHA CATALOGRÁFICA

FERRER, ÉRICA. Territórios Intencionalmente de Risco: estudo de caso a respeito da violência na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. 137 p. (GEA/IH/UnB, Mestre, Geografia - Produção do Espaço e Território Nacional, 2014). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas.

Departamento de Geografia.

1. Violência

4. Rio de Janeiro

2. Infraestrutura

5. Geografia do crime

3. Distrito Federal

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

---

Érica Ferrer Santos

Às grandes mulheres da minha vida: minha mãe Eney,  
minha avó Adelina e minha psicóloga Lívia.  
Ao meu pai Antônio.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à vida, às felicidades, às dificuldades, aos sucessos, às tristezas, às alegrias, às frustrações, às vitórias, aos desencontros, aos encontros, às doenças, às curas, ao ódio, ao amor, à raiva, ao perdão, à fome, à saciedade, aos conflitos, às harmonias, aos medos, à coragem, que me permitiram estar nesse momento agora.

Agradeço à vida, à natureza, ao cosmos, às divindades, aos planetas, por essa experiência incrível que é estar viva.

Agradeço à minha mãe Eney Ferrer Cebrian, sempre estimulando meus estudos, sempre rezando por mim, sempre estará no meu coração.

Agradeço à minha avó Adelina Ferrer Cebrian, por seu imenso carinho.

Agradeço ao meu pai, por ter contribuído para eu ser quem sou hoje.

Agradeço à minha psicóloga Dra. Livia Cavalcanti, por ter me lembrado como é maravilhoso viver.

Agradeço à minha família em Brasília, à tia Marly, tio Edson, Marise, Fernando, Fernanda, Henrique, Leandro, Alexandre, Julinha, por me proporcionarem a maravilhosa companhia.

Agradeço aos meus amigos de todas as partes do país: Gustavo Nassif, Sonja Voitovich, Aryanne, Dermeson, Rebecca, Grazielle, Rodolfo, Raquel, dentre outros.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Sobrinho, por ter sempre me ajudado nesta dissertação, com felicidade e otimismo enchendo meu coração de alegria.

Agradeço a todos os meus professores, em especial ao Prof. Dr. Evandro Piza Duarte e a sua visão crítica acerca da realidade.

## ALCATRAZ

“Fazer média pro pobre na televisão  
Tu pode achar maneiro, doutor, mas eu não acho, não  
Desce do salto, segue a ladeira, sobe o morro  
Nem só de sonho vive um povo  
Vá, que alcatraz é lá  
Desce do salto, segue a ladeira, sobe o morro  
Vai ouvir o gemido do povo  
Vá, que alcatraz é lá

Lá no morro a vida é sofrida, só deus intercede por nós  
E nas noites de balas perdidas a dor sufoca nossa voz  
Vi lá no beco um menino caído, inocente, pagou pelo mal que não fez  
No último tiroteio na minha favela morreram foi seis”

MC Dandara

## RESUMO

A questão da violência é um tema amplamente debatido nas cidades. Dessa forma, esta pesquisa visa a investigar se a disposição de infraestruturas de forma desigual nos territórios cria diferenças no número de homicídios entre regiões. Para alcançar esse objetivo, será pesquisado o complexo de infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas e creches públicas e também o número de homicídios, observando se existe relação entre infraestrutura e homicídios. Os territórios brasileiros a serem analisados serão: os bairros do Leblon, Madureira e Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro; e as regiões administrativas Taguatinga e Ceilândia, localizadas no Distrito Federal.

**Palavras-chave:** Violência. Infraestrutura. Geografia do crime. Rio de Janeiro. Brasília.

## ABSTRACT

The issue of violence is a topic widely debated in cities. This research aims to investigate whether the provision of unevenly infrastructure in the territories creates differences in homicides between regions. So is searched the hospital infrastructure complex, police stations, theaters, libraries, schools and public day care centers and the number of homicides, observing if there is a connection between infrastructure and homicide. The Brazilian territories to be analyzed will be: the neighborhoods of *Leblon*, *Madureira* and *Santa Cruz*, in the city of *Rio de Janeiro*; and the administrative regions Taguatinga and Ceilândia, in the *Distrito Federal* (Federal District).

**Keywords:** Violence. Infrastructure. Geography of crime. *Rio de Janeiro*. *Brasília*.

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Visão frontal de Delegacia em Ceilândia	15
Foto 2 – Escola em Santa Cruz	21
Foto 3 – Escola em região administrativa de Brasília	28
Foto 4 – Bar próximo à estação de trem de Santa Cruz	39
Foto 5 – Visão frontal de escola pública em Taguatinga	48
Foto 6 – Favela da Serrinha, Madureira	61
Foto 7 – Condomínio recém-lançado em Taguatinga	68
Foto 8 – Área sem limpeza regular próxima à escola pública em Santa Cruz	74
Foto 9 – Estação de trem de Madureira	83
Foto 10 – Hospital em Taguatinga	107
Foto 11 – Uma das três delegacias do Leblon	122
Foto 12 – Escola em Santa Cruz	128

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média anual de homicídios por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro no ano de 2013 por AISP	86
Tabela 2 – Média anual de homicídios por 100 mil habitantes no Distrito Federal no ano de 2013	87
Tabela 3 – Infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro	88
Tabela 4 – Infraestrutura no Distrito Federal	88
Tabela 5 – Relação entre infraestrutura e homicídios na cidade do Rio de Janeiro	93
Tabela 6 – Relação entre infraestrutura e homicídios no Distrito Federal	94

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos bairros do Leblon, Madureira e Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro	84
Mapa 2 – Localização das regiões administrativas de Brasília, Taguatinga e Ceilândia no Distrito Federal	85
Mapa 3 - Relação entre hospitais públicos e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.	95
Mapa 4 - Relação entre hospitais públicos e homicídios no Distrito Federal.	95
Mapa 5 - Relação entre delegacias e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.	96
Mapa 6 - Relação entre delegacias e homicídios no Distrito Federal.	96
Mapa 7 - Relação entre teatros e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.	97
Mapa 8 - Relação entre teatros e homicídios no Distrito Federal.	97
Mapa 9 - Relação entre livrarias e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.	98
Mapa 10 - Relação entre livrarias e homicídios no Distrito Federal.	98
Mapa 11 - Relação entre escolas/creches públicas e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.	99
Mapa 12 - Relação entre escolas/creches públicas e homicídios no Distrito Federal.	99
Mapa 13 - IDH, Renda per capita e infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas na cidade do Rio de Janeiro.	100
Mapa 14 - IDH, Renda per capita e infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas no Distrito Federal.	101
Mapa 15 - Relação entre o número de homicídios, o IDH, a renda e as infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas na cidade do Rio de Janeiro.	102
Mapa 16 - Relação entre o número de homicídios, o IDH, a renda e as infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas no Distrito Federal.	103

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem produzida sobre diferentes territórios

60

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AISP – Área Integrada de Segurança Pública

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

IPP – Instituto Pereira Passos

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

RA – Região Administrativa

RIO+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no Rio de Janeiro em 2012

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

TRANSCARIOCA – Transporte rápido por ônibus entre Barra da Tijuca e Aeroporto Internacional na Ilha do Governador

UNB – Universidade de Brasília

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1: CONCEITOS, METODOLOGIAS E ESPERANÇAS</b>	<b>21</b>
1.1 Por um método estatístico-crítico geográfico	22
1.2 O espaço e o território	29
1.3 A cidadania: usufruir a cidade, o interesse coletivo ou por uma nova sociedade	40
<b>CAPÍTULO 2 A VIOLÊNCIA, O ORDENAMENTO E SUAS COMPLEXIDADES GEOGRÁFICAS</b>	<b>48</b>
2.1 A violência e o ordenamento territorial	49
2.2 Do Estado-Polícia para o Estado-Cidadão: a violência jurídica-legislativa e policial nos espaços de população pobre, negra e parda	62
2.3 Breve reflexão acerca da imagem da violência e da indústria do medo	69
<b>CAPÍTULO 3 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO INTENCIONALMENTE DE RISCO NO RIO DE JANEIRO E NO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>74</b>
3.1 Breve perspectiva histórica, econômica e política da cidade do Rio de Janeiro e do Distrito Federal: seus desdobramentos em segurança pública	75
3.2 A pesquisa em si: análise de territórios do Rio de Janeiro e do Distrito Federal por índices de infraestrutura e de homicídios	84
3.2.1 <i>Números de homicídios nos territórios</i>	86
3.2.2 <i>Infraestrutura nos territórios</i>	87
3.2.3 <i>Relação entre infraestrutura e homicídios nos territórios</i>	92
3.3 O sujeito e o território: vulnerabilidade social <i>versus</i> território intencionalmente de risco	108
3.4 O território intencionalmente de risco e suas prováveis motivações	123
<b>BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>132</b>



Foto 1 – Visão frontal de Delegacia em Ceilândia (19ª DP, Distrito Federal, 19/05/2015).

## INTRODUÇÃO

“Periferia é tudo igual  
Todo mundo sente  
medo de sair de  
madrugada e tal.”

Racionais MC's, “Periferia é periferia  
(em qualquer lugar)”, 2007.

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação verificará se existe relação entre o índice de homicídios e a carente ou a insuficiente infraestrutura social e urbana de bairros periféricos em comparação com bairros valorizados pelo capital imobiliário. Ressalta-se que a presente pesquisa visa ao advento de um Estado-Cidadão, não um Estado-Polícia. Por esse motivo, serão estudadas as seguintes infraestruturas: o número de escolas, hospitais, teatros, livrarias e delegacias.

No Brasil, a maioria dos teatros possui investimento de capital público, por isso o fator “número de teatros” foi considerado nesta pesquisa. O fator “número de livrarias” foi inserido na pesquisa para se observar a influência da cultura na redução dos homicídios. Ressalta-se que o número de homicídios decorre de um problema complexo em que vários fatores atuam para sua ocorrência. O propósito desta pesquisa é verificar apenas uma faceta da discussão a respeito das motivações para o número de homicídios, qual seja: a disposição da infraestrutura nos territórios.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. **No capítulo 1**, serão debatidos o método estatístico (empírico-analítico), os conceitos utilizados na pesquisa e a cidadania do como usufruir a cidade. Tais temas são norteadores da reflexão proposta nesta pesquisa.

**No capítulo 2**, abordam-se: o tema da violência a partir das motivações da agressão e da violência no ordenamento territorial; a violência nos espaços de população pobre, negra e parda; e a indústria do medo.

**No capítulo 3**, será apresentada a proposta desta pesquisa em si. A partir de uma breve perspectiva acerca da cidade do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, serão apresentados os dados referentes à infraestrutura e à criminalidade nesses territórios, bem como a relação entre esses dois fatores a partir dos dados obtidos. Ademais, se refletirá a construção do termo “território intencionalmente de risco”.

Esta pesquisa acabou gerando um novo conceito na geografia, o do território intencionalmente de risco. O poder político ao distribuir suas infraestruturas acaba

criando territórios mais seguros à vida humana do que outros. Dessa forma, o território intencionalmente de risco seria um território urbano com menor infraestrutura (de saúde, segurança, lazer, educação etc) em comparação a outras regiões da mesma cidade. Assim, seria um resultado da desigualdade na distribuição de equipamentos de infraestrutura e também da segregação existente nas cidades.

O conceito do território intencionalmente de risco contribui para estudos em geografia urbana, geografia do crime, sociologia, urbanismo, arquitetura, administração pública, direito, saúde pública, segurança, história, direitos humanos, engenharia, dentre outras. A preocupação na construção de um mundo mais igualitário e menos violento perpassa por todos os ramos do conhecimento, por isso a contribuição deste estudo é universal.

O Estado ao realizar o planejamento urbano e o ordenamento territorial equipa os territórios de forma desigual, criando espaços com mais infraestrutura em comparação a outros, os quais sofrem com a carência desses objetos estatais. Dessa forma, a omissão estatal pode criar territórios intencionalmente de risco, pois a intencionalidade reside no “não fazer” governamental.

Nesse viés, a violência pode ser expressa em diferentes níveis. No entanto, o ponto principal deste trabalho é o enfoque sobre a criminalidade relacionada aos homicídios. **O tipo criminal (homicídios) foi usado** porque se trata de um crime de alto potencial ofensivo que atinge de forma brutal a sociedade. Além disso, é o crime mais severamente punido ao longo de toda história da sociedade humana.

**O recorte espacial da cidade do Rio de Janeiro e do Distrito Federal** foi motivado pela forte presença do poder público em ambos os territórios. O Rio de Janeiro foi a capital federal do Brasil do ano de 1763 ao ano de 1960 (cerca de duzentos anos), e Brasília é a capital federal do Brasil desde o ano de 1960. Logo, a presença do poder público é e sempre foi decisiva nesses dois territórios.

Destarte, a análise desta pesquisa trará como estudo concreto recortes espaciais de territórios tanto do Distrito Federal como da cidade do Rio de Janeiro

pela relevância desses espaços perante o tema, pelo ordenamento territorial que segrega equipamentos de infraestrutura de certas populações e pela importância desses espaços dentro do contexto do Distrito Federal e do Rio de Janeiro. **O ano de análise será o de 2013**, ano que apresentou dados mais recentes e consolidados durante a execução da pesquisa.

A geografia do crime é um tópico que pode ser aplicado no estudo para se abordar as causas da criminalidade por um viés territorial e geográfico no contexto do Distrito Federal e do Rio de Janeiro. Essa abordagem, através de um olhar geográfico, pode, ainda, auxiliar a criação de políticas públicas que dotem o espaço de equipamentos de infraestrutura de forma mais homogênea.

**O método estatístico unido às reflexões críticas** é a opção mais viável para a apreciação dos resultados da presente dissertação. A abordagem ocorrerá da seguinte forma: o método estatístico será utilizado para verificar se existe relação entre o índice de homicídios e a infraestrutura, e a visão crítica, própria do método crítico-dialético, será utilizada nas proposições que justificariam o fenômeno observado através da “concepção de realidade: visão dinâmica e conflitiva da realidade categorias materialistas de conflito e de movimento; ser social” (SPOSITO, 2004, p. 55).

Esta dissertação, apesar de utilizar dados quantitativos, tem a intenção de refletir criticamente sobre a disposição de infraestrutura nos territórios. Logo, nenhum dos dois métodos elencados abrangeria isoladamente a totalidade da discussão proposta. Por esse motivo, apesar de o método estatístico ser o mais utilizado, as reflexões do método crítico-dialético serão igualmente utilizadas.

**O objeto da dissertação** são os dados relativos à infraestrutura (número de escolas, hospitais, delegacias, teatros e livrarias) e ao índice de homicídios nas áreas urbanas mencionadas. Desse modo, **o objetivo geral** desta pesquisa é verificar se existe uma relação entre os diferentes índices de homicídios e a infraestrutura em territórios da cidade do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

**Os objetivos específicos** são: averiguar o número de homicídios em três regiões administrativas do Distrito Federal e em três bairros da cidade do Rio de Janeiro através de dados estatísticos; averiguar os dados de infraestrutura entre essas regiões nos quesitos: número de delegacias, hospitais, teatros, livrarias, escolas e creches públicas através de dados estatísticos; verificar se existe relação entre criminalidade e infraestrutura, tomando por parâmetro os territórios selecionados e observando os dados estatísticos.

**As hipóteses a serem trabalhadas** refletirão sobre o fato de que o Estado, ao não equipar territórios com infraestrutura de segurança, saúde, educação e lazer, colabora para a existência de um pico de índices de homicídios em algumas áreas periféricas brasileiras. A primeira hipótese é a de que o índice de homicídios está diretamente relacionado com a baixa infraestrutura de segurança, saúde, escolar e de lazer. A segunda hipótese versa sobre a concentração intencional de infraestrutura pelo Estado em certas regiões em detrimento de outras, criando territórios intencionalmente de risco através da sua omissão.

Apesar de a pesquisa basear-se em números (método estatístico), a abordagem crítica (própria do método dialético) pôde interpretar os números de modo a indagar se existe intencionalidade na distribuição da infraestrutura ao longo dos territórios.

Os dados quantitativos foram extraídos das seguintes fontes: Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, Listas Amarelas, Jornal O Globo, Jornal Correio Braziliense, Polícia Civil do Distrito Federal, Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (SEPLAN-DF), Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal.

Os dados foram interpretados através da análise crítica possibilitando a reflexão acerca dos indicadores apresentados. Observadas pelo viés da segurança pública, os diferentes tipos de políticas econômicas adotadas na cidade do Rio de

Janeiro e no Distrito Federal podem demonstrar a intencionalidade de dispor infraestrutura que atenda as demandas dessas políticas.

No Rio de Janeiro, uma das demandas seria a de privilegiar o turismo e as pessoas físicas que manipulam a infraestrutura ao seu favor. No Distrito Federal, uma das demandas seria a de proteger a capital política do país e também as pessoas que manipulam sua infraestrutura.

Apesar de este trabalho abordar índices de homicídios, é necessário observar que as populações que recebem menos infraestrutura geralmente são as mesmas populações que são feridas pela violência policial e pela dificuldade de acesso à justiça. Logo, será importante refletir sobre a fragilidade que essas populações têm em relação não somente a infraestrutura e políticas públicas, mas também em relação à violência policial e aos entraves do acesso ao judiciário.

# CAPÍTULO 1

“Rua esburacada,  
mal iluminada

Escola abandonada  
e a Cracolândia tá  
lotada”

Pregador Luo, “Vai Explodir”,  
2010.

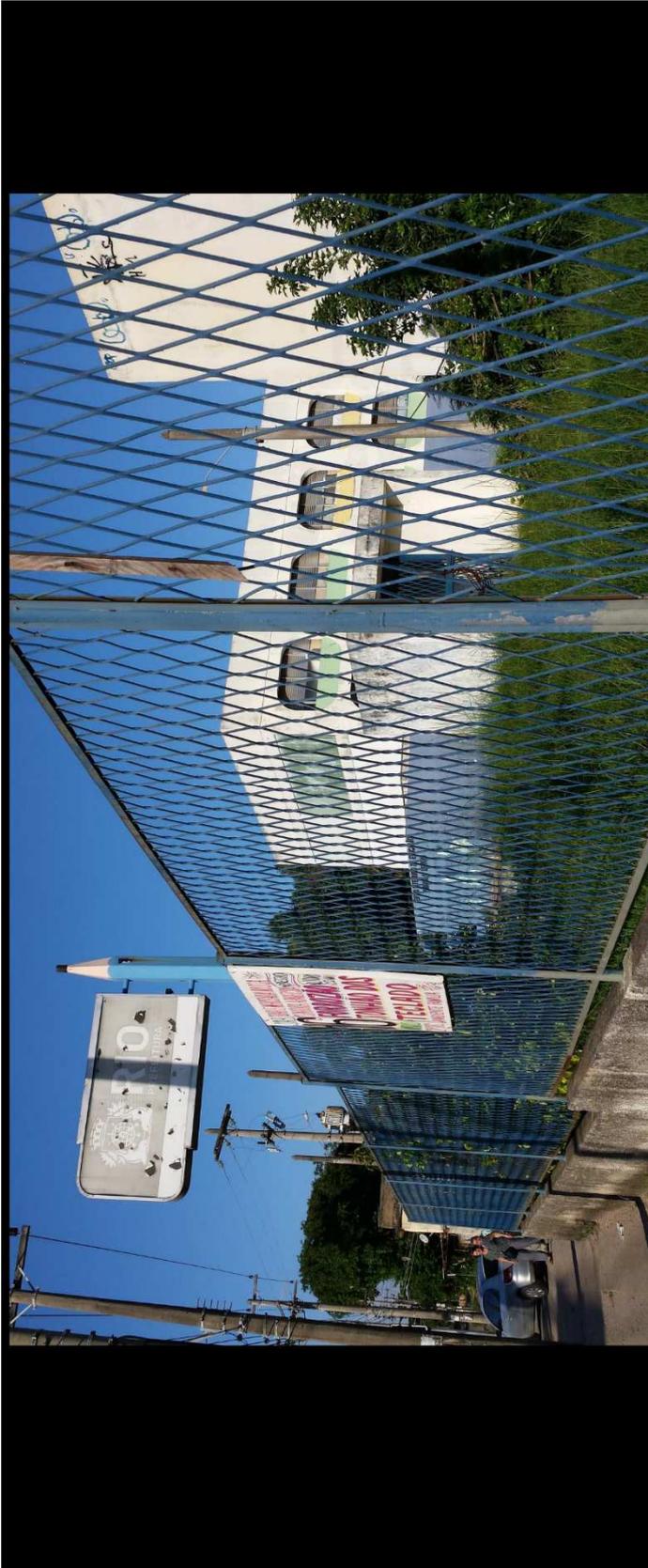


Foto 2 – Escola em Santa Cruz (CIEP 1º de maio, favela de Antares, Santa Cruz, Rio de Janeiro, 09/05/2015, sábado).

# CAPÍTULO 1: CONCEITOS, METODOLOGIAS E ESPERANÇAS

## 1.1 Por um método estatístico-crítico geográfico

No fazer científico, nenhum método deve ser visto como superior a outro, pois não existe verdade absoluta nem caminho único na ciência. Os sistemas metodológicos são criações que variam de acordo com os autores e com a dimensão histórica. Dessa forma, o método pode ser refletido como:

Um instrumento que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação (SPOSITO, 2004, p. 23).

Essa concepção pode ser observada tanto na realidade vivida por Descartes, que trouxe as bases do método empírico-analítico, quanto no contexto histórico de Marx, ligado ao método crítico-dialético.

O método estatístico, derivado do método empírico-analítico, será utilizado nesta pesquisa que também adota uma perspectiva crítica. Para esta pesquisa, o método estatístico possibilita o uso de dados estatísticos, como os da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que permitem observar tendências mais específicas de criminalidades em determinados espaços. De acordo com Lakatos (1981), os processos estatísticos, planejados por Adolphe Quetelet (1796-1874), permitem:

Obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado. Exemplos: verificar a correlação entre nível de escolaridade e número de filhos; pesquisar as classes sociais dos estudantes universitários e o tipo de lazer preferido pelos estudantes de 1º e 2º grau (LAKATOS, 1981, p. 22 *apud* MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 90).

Marconi & Lakatos (2010) asseveram ainda que:

O papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Por exemplo, definem-se e delimitam-se as classes sociais, especificando as características dos membros dessas classes, e após, mede-se a sua importância ou a variação, ou qualquer outro atributo quantificável que contribua para o seu melhor entendimento. Mas a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 90-91).

Esses aspectos que caracterizam o método estatístico contribuem para a observação de diferentes tipos de criminalidade de uma forma mais imparcial. No entanto, algumas questões ficam em aberto, tais como: as contradições existentes, uma visão crítica e as propostas para transformação da realidade. Desse modo, constata-se que o método estatístico tem por deficiência a falta de uma abordagem mais profunda e modificadora da realidade, logo é, de certa forma, limitado.

Para suprir lacunas deixadas pelo método estatístico, algumas metodologias, como a abordagem histórica e a análise do discurso, seriam meios para se chegar a um resultado mais profundo. Logo, se pode questionar o porquê de diferentes criminalidades e observar a influência histórica que levou ao panorama geográfico do crime em análise.

Vale ressaltar que a abordagem teórica a ser utilizada é importante para se escolher determinado método, pois:

A abordagem do conhecimento geográfico por um método leva, necessariamente, à constituição de suas próprias referências teóricas. Isso não significa que o método tenha que subjazer a uma ou outra tendência doutrinária, embora, historicamente, a ciência, por causa de sua característica separação em disciplinas, tenha produzido ligações dessa natureza (SPOSITO, 2004, p. 53).

Assim, cabe ainda ressaltar que não é necessário o pesquisador ser totalmente restrito a um método específico se ele limitar sua capacidade investigativa. O pesquisador possui a liberdade de utilizar várias metodologias oriundas de métodos distintos, criando assim um sistema metodológico que seja mais compatível com a pesquisa a ser desenvolvida.

Dessa forma, apesar de o método prioritário nesta pesquisa ser o estatístico, as explicações para o fenômeno em tela serão apresentadas a partir de análises críticas inspiradas por outros métodos.

O uso de dados estatísticos e de infraestrutura foram escolhidos a partir de uma visão crítica acerca do fenômeno estudado, isto é, acerca da relação entre infraestrutura e índices de homicídio. Logo, a linguagem matemática tem um forte viés crítico sobre a realidade.

O método utilizado para averiguar se existe relação entre homicídios e infraestrutura será o empírico-analítico (hipotético-dedutivo). O método hipotético-dedutivo é aquele:

Através do qual se constrói uma teoria que formula hipóteses a partir das quais os resultados obtidos podem ser deduzidos, e com base nas quais se podem fazer previsões que, por sua vez, podem ser confirmadas ou refutadas (JAPIASSU & MARCONDES, *apud* SPOSITO, 2004, p. 29).

O uso de dados numéricos e estatísticos na ciência inspira-se na afirmação de que “o método hipotético-dedutivo tem suas raízes no pensamento de René Descartes (1596-1650), que procurou estabelecer um método universal baseado no rigor matemático e na razão” (SPOSITO, 2004, p. 30). Atualmente, esse é o método mais utilizado, pois:

Esse método foi consagrado pela filosofia e pela ciência ocidental e cristalizou-se na prática cotidiana de uma infinidade de pessoas que se dedicam à produção e à análise do conhecimento científico. Por que razões? Voltando ao que afirmaram Vergez & Huisman (1984), porque, em primeiro lugar, ‘ela afirma a independência da razão e a rejeição de qualquer autoridade’. Por exemplo: Aristóteles disse ‘não é mais argumento sem réplica!’. O que interessa é a ‘clareza e a distinção das ideias’. Em segundo lugar, pode-se afirmar que o método é racionalista (SPOSITO, 2004, p. 31).

O impacto da descoberta do método científico por Descartes foi revolucionário, pois seu método era capaz de questionar qualquer autoridade dentro de um rigor matemático capaz de igualar as proposições de todos.

A sensibilidade, os sentidos e a intuição não seriam, contudo, descartados, mas, sim, conduzidos, pois, conforme afirmam Vergez & Huisman (*apud* SPOSITO, 2004):

Os sentidos nos enganam, suas indicações são confusas e obscuras, só as ideias da razão são claras e distintas. O ato da razão que percebe diretamente os primeiros princípios é a intuição. A dedução limita-se a veicular, ao longo das belas cadeias da razão, a evidência intuitiva das 'naturezas simples'. A dedução nada mais é do que uma intuição continuada (VERGEZ & HUISMAN *apud* SPOSITO, 2004, p. 31).

Desse modo, a verificação de uma intuição, ou de uma hipótese, seria validada através de um sistema matemático capaz de comprovar tal ideia, pois:

Segundo Popper (1975, p. 42), 'para ser legítimo, um sistema científico terá que ser validado 'através do recurso a provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico' (SPOSITO, 2004, p. 33).

Logo, por mais que, neste método, "o objeto prevalece sobre o sujeito" (SPOSITO, 2004, p. 34), as hipóteses e intuições partem do sujeito, o sistema matemático-cartesiano apenas verificará as proposições. Ou seja, os argumentos partem do sujeito.

A presente análise, durante a tentativa da construção do conceito de "território intencionalmente de risco", utiliza-se da abordagem contrafactual (do inglês, *counterfactual approach*) de Lapuente & Rothstein (2013, p. 2-3):

The counterfactual approach rests on searching after factors that never did occur but could have existed in a stream of events that led to a certain outcome. Since such counterfactuals can not be found in any archives or historical documents, the researcher in this approach needs a theory or a model that "will enable him to deduce a counterfactual situation from institutions and relationships that actually existed" (Fogel 1964, p. 224.) In this admittedly speculative approach, researchers have to justify their claim that the outcome of the historical process could have been different by presenting arguments for how and why things could have developed in a different way. Such arguments rest on making it plausible that if the postulated variable had taken on some "value different from the one

that is assumed in the actual world,” (Tetlock and Belkin 1996, p. 6) , the outcome would have been different. The relevance of this approach thus hinges on making such counterfactuals plausible. For example, it makes little sense to argue that if Napoleon would have had nuclear weapons at Waterloo, he would not have been defeated. However, using the comparative case method, one could argue that if he would have used the same military tactics as he did at Austerlitz, or as the Carthage army did at Cannae, Napoleon would have won at Waterloo. Since this (maybe) would have been within the reach of his command, this is a more justifiable counterfactual approach. The counterfactual approach is thus a way to come to grasp with historical explanations that are over-determined by structural factors and that do not give any room for explanations that points at, for example, the strategic choices made by agents or how they operate to change existing or create new institutional settings (LAPUENTE & ROTHSTEIN, 2014, p.2-3).

A abordagem contrafactual repousa sobre a pesquisa a partir de fatores que nunca ocorreram, mas que poderiam ter existido em um fluxo de eventos que levariam a um determinado resultado. Uma vez que tais “contrafatos” não podem ser encontrados em quaisquer arquivos ou documentos históricos, o pesquisador nesta abordagem precisa de uma teoria ou um modelo que “irá permitir-lhe deduzir uma situação contrafactual de instituições e relações que realmente existiram” (Fogel 1964, p. 224.) Nessa abordagem reconhecidamente especulativa, os pesquisadores têm que justificar porque afirmam que o resultado do processo histórico poderia ter sido diferente, apresentando argumentos para como e por que as coisas poderiam ter se desenvolvido de uma maneira diferente. Tais argumentos podem tornar-se plausíveis se as variáveis postuladas tivessem tomado algum “valor diferente do que é assumido no mundo real”, (Tetlock e Belkin 1996, p. 6), assim o resultado teria sido diferente. A relevância dessa abordagem depende de fazer tais contrafactuais plausíveis. Por exemplo, não faz muito sentido para argumentar que, se Napoleão tivesse armas nucleares em Waterloo, ele não teria sido derrotado. No entanto, usando o método de caso comparativo, pode-se argumentar que, se ele tivesse usado as mesmas táticas militares de Austerlitz, ou como o exército Cartago fez em Canas, Napoleão teria vencido em Waterloo. Uma vez que estas táticas (talvez) estavam ao alcance de seu comando, esta é uma abordagem contrafactual mais justificável. A abordagem contrafactual é, portanto, uma maneira de chegar a explicações históricas que estão determinadas por fatores estruturais e difíceis de serem explicados, por exemplo, no caso das escolhas estratégicas feitas por agentes ou como eles operam para mudar ou criar novas configurações institucionais (LAPUENTE & ROTHSTEIN, 2014, p. 2-3, tradução nossa).

A partir dessa abordagem tem-se a ideia de que, se o Estado instalasse os equipamentos de infraestrutura de forma mais igualitária nos territórios, o resultado “número de homicídios” seria similar nesses territórios. Assim, a escolha estratégica de um Estado, por ser “escolha”, carrega também um sentido de intenção. Cabe

salientar, porém, que uma escolha estratégica em dispor a infraestrutura em determinado território depende de fatores estruturais e complexos, como, por exemplo, a produção e reprodução do capitalismo através do mercado imobiliário, que valoriza e desvaloriza regiões pressionando o Estado a dispor seus equipamentos desigualmente.

No entanto, existem formas de lidar com essa pressão. Nesse sentido, o Estado pode não barrar a influência do capital, mas pode criar opções através de políticas públicas que minimizem as consequências negativas geradas pelo modo de produção capitalista.

Diante do exposto, nota-se que o presente trabalho utilizará a metodologia estatístico-matemática (empírico-analítica) para verificar a relação entre homicídio e infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. No entanto, discussões e perspectivas de outras abordagens serão utilizadas durante a construção do pensamento, a exemplo da abordagem crítica-dialética e a contrafactual.

“As cidades tratam de suas  
misérias  
Como quem trata uma praga  
Que não pára de crescer

Enquanto os ricos  
Não olharem para ela  
Será sempre uma panela  
Que a pressão faz explodir”

Cidade Negra, “Cidade  
Partida”, 2000.

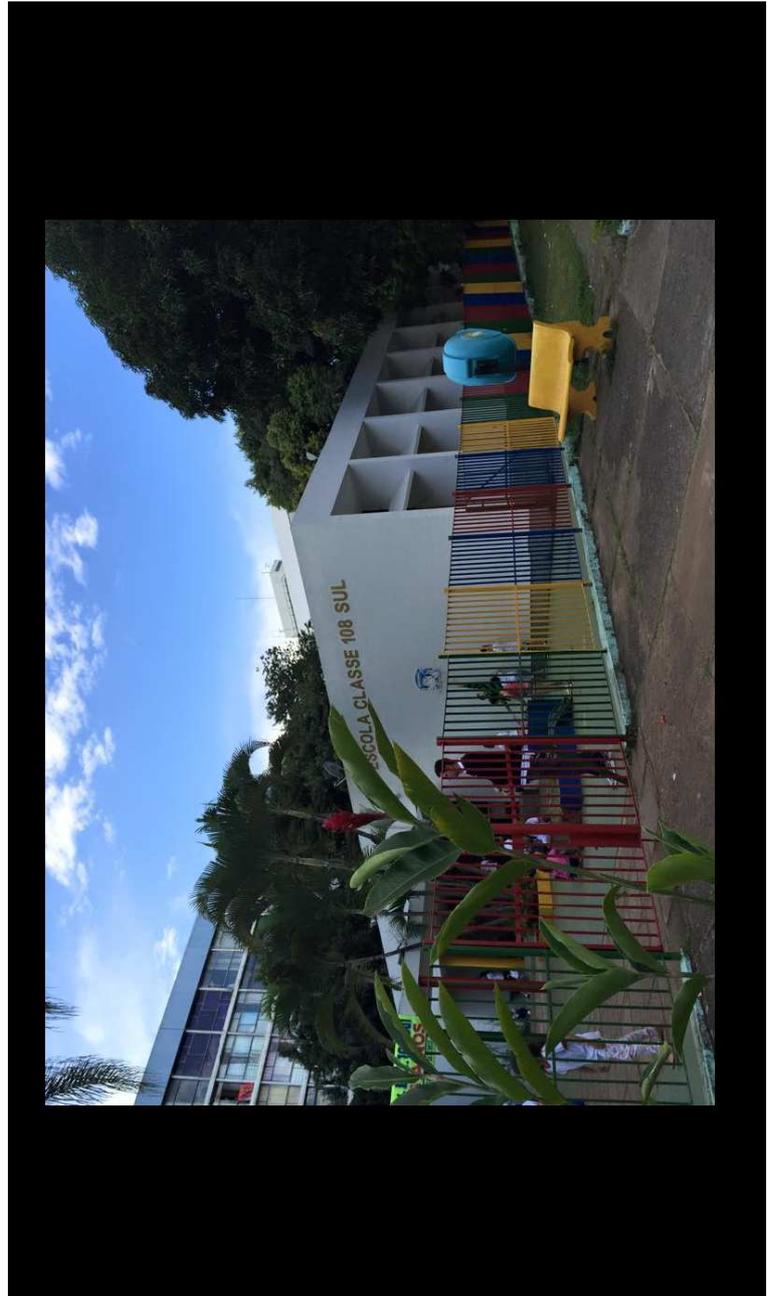


Foto 3 – Escola na região administrativa do Distrito Federal (19/05/2015).

## 1.2 O espaço e o território

As categorias a serem mais utilizadas nesta pesquisa serão o espaço de Milton Santos, o território de Marcelo Lopes de Souza, o ordenamento territorial de Gross e o território de risco de García-Tornel. Os territórios brasileiros a serem pesquisados serão: os bairros do Leblon, Santa Cruz e Madureira, na cidade do Rio de Janeiro; e as regiões administrativas Taguatinga e Ceilândia, no Distrito Federal.

A categoria espaço de Milton Santos auxiliará a abordagem da questão da infraestrutura por meio do sistema de objetos e do poder político por meio do sistema de ações, afinal, conforme assinala o autor:

O espaço é um híbrido de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 2012a).

A questão das ações políticas e da força das empresas (indústria imobiliária) será abordada por meio da categoria território:

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (SOUZA, 1996, p. 97).

A decisão do Estado de não equipar territórios com a mesma infraestrutura será observada através do conceito do ordenamento territorial de Gross:

Por otra parte, ordenamiento puede ser entendido como la acción y efecto de colocar las cosas en el lugar que consideremos adecuado. De esta manera, el concepto de ordenamiento territorial implicaría la búsqueda de la disposición correcta, equilibrada y armónica de la interacción de los componentes del territorio (GROSS, 1998, p. 1).

Por outro lado, ordenamento pode ser entendido como a ação e o efeito de colocar as coisas no lugar que consideramos adequado. Dessa maneira, o conceito de ordenamento territorial implicaria a busca da disposição correta, equilibrada e harmônica da interação dos componentes do território (GROSS, 1998, p. 1, tradução nossa).

O risco e o perigo ocasionados pelo Estado não equipar territórios com infraestrutura adequada serão abordados por meio da categoria território de risco:

En líneas muy generales los territorios de riesgo vienen determinados por aquellas regiones planetarias donde el hecho de ocurrir determinados fenómenos físicos o biológicos, o la presencia de instalaciones peligrosas, son más frecuentes, de manera que los riesgos mayores tienen unos espacios concretos, más o menos extensos, donde se manifiestan preferentemente y a los que ya hemos aludido al referirnos a sus características (GARCÍA-TORNEL, 2001, p. 124).

Em linhas muito gerais, os territórios de risco vêm determinados por aquelas regiões planetárias onde o fato de ocorrer determinados fenômenos físicos ou biológicos, ou a presença de instalações perigosas, são mais frequentes, de maneira que os riscos maiores têm espaços concretos, mais ou menos extensos, onde se manifestam preferentemente e aos que temos aludido ao nos referir as suas características (GARCÍA-TORNEL, 2001, p. 124, tradução nossa).

A abordagem da Psicologia Social também será utilizada nesta pesquisa. Essa abordagem considera o espaço envolvente nas manifestações comportamentais e tem suas raízes em diversas correntes da psicologia:

A Psicologia Social estuda as manifestações comportamentais suscitadas pela interação de um sujeito com outros – num dado espaço – ou pela mera expectativa de tal interação. Por outras palavras, os comportamentos dos indivíduos são influenciados pela presença dos seus semelhantes, presença essa que poderá ser real, imaginada ou implicada. Dado que os comportamentos poderão ainda serem caracterizados pelo tipo de espaço envolvente, consideramos pertinente ver algumas contribuições teóricas das diversas correntes ligadas à Psicologia Social, para o desenvolvimento da Psicologia Ambiental, nomeadamente a fenomenologia, a teoria da configuração e do campo, o behaviorismo e a aprendizagem social, a psicologia ecológica, a cibernética e, por fim, recentes conceitos como a apropriação e territorialidade, que originaram diferentes escolas de pensamento a respeito da relação homem-espaço (BARRACHO, 2001, p. 23).

É necessário, contudo, refletir sobre outros modos de observar tais construções sobre o espaço, com a finalidade de observar o motivo do uso desses termos. Lefebvre (2008) acredita que existem vários métodos para se chegar à realidade objetiva. Dentre eles, existe o método dos estudos do espaço percebido, o qual seria mais psicológico e sociológico.

O autor afirma a importância desse estudo, pois alega que a “abstração teórica já está no concreto” e “no seio do espaço percebido e concebido já se encontra o espaço teórico e a teoria do espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 38).

Lefebvre, ainda, tenta conceituar o que é espaço. A afirmação mais precisa presente no texto é a de que “todo espaço ou fragmento de espaço” é um “texto social” (LEFEBVRE, 2008, p. 37). No entanto, são traçadas três hipóteses a partir das quais se pode afirmar que, para o estudioso, o espaço: possui normas e valores da sociedade burguesa; deve ser vinculado à reprodução das relações (sociais) de produção; seria um esquema.

Num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas (LEFEBVRE, 2008, p. 48).

Pode-se destacar que o autor não acredita que o espaço possua uma lógica interna e, ainda, que o espaço próprio do capitalismo não é racional e, sim, despedaçado, global e pulverizado.

Conclui-se que Lefebvre não estabelece verdades absolutas, mas, por ser um filósofo, propõe uma reflexão sobre o método e o espaço, elaborando hipóteses e não verdades absolutas. Observa-se também que sua análise pode não agradar aos que procuram conceitos pré-definidos e diretos.

Em *A natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, de Milton Santos, observa-se uma variada gama de conceitos que estabelecem um sistema em que seria possível observar o fato de que o espaço pode ser visto de maneira dinâmica. Santos, ao trazer essa questão, apresenta os seguintes conceitos:

“O espaço é formado por um conjunto indissociável (...) de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2012a, p.63); o espaço seria um “conjunto de fixos e fluxos” (SANTOS, 2012a, p.61); a paisagem seria o “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2012a, p.103); e “a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se refazer” (SANTOS, 2012a, p.117).

Santos trata ainda da questão da divisão da história do meio geográfico, a qual ocorre em três etapas: “o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2012a, p. 234). O “meio técnico-científico (...) se dá com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas” (SANTOS, 1996, p. 37). Ainda, em outras obras, Santos elabora a idéia de que a faceta geográfica da globalização é o meio técnico-científico-informacional.

Desse modo, pode-se afirmar que onde reverbera a globalização ocorre uma profusão de técnicas. É necessário pontuar que, na atualidade, praticamente todo o espaço geográfico está sob a influência do meio técnico-científico-informacional. Isso porque até nas tribos indígenas mais remotas e isoladas é possível observar, por exemplo, um avião no céu. Logo, o mundo científico-informacional adentra muitas realidades.

A questão da divisão entre espaços opacos e luminosos sugere que alguns espaços são mais atingidos pelas necessidades do atual modo de produção científico-informacional. Assim, o espaço opaco seria “espaço de criatividade” e o espaço luminoso seria o da “mecânica rotineira, com um sistema de gestos sem surpresa” (SANTOS, 2012a, p. 325).

Milton Santos, em *Por uma nova geografia*, apresenta a questão de que, por muitos acreditarem que a geografia seja uma ciência de síntese por possuir uma ideia de totalidade, a interdisciplinaridade é extremamente necessária a esse ramo do conhecimento (SANTOS, 2002, p. 125). Sobre a busca pela totalidade, Santos assevera:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora (SANTOS, 1996, p. 54).

Nesse ponto, o autor traz uma ideia sistemática na qual se pode observar que o estudo desses elementos (tempo, espaço e mundo) levaria à totalidade tão importante para a geografia. Por isso, o presente trabalho engloba conhecimentos da geografia (tanto humana quanto física), antropologia, sociologia, direito e psicologia.

A perspectiva histórica dos territórios analisados é importante e justificada por Santos (2002, p. 254), que fala da necessidade de uma periodização nos estudos geográficos. Nessa lógica, o autor afirma que “o espaço é uma acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2002, p. 256).

A cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial (SANTOS, 2012b, p. 20).

Na obra *Espaço e Método*, de Milton Santos, o autor aponta que uma regra de método em geografia poderia ser a de dividir o espaço em partes, respeitando a totalidade, pois “o espaço deve ser considerado como uma totalidade” (SANTOS, 2012b, p. 15).

Assim, dessa divisão decorreriam os elementos do espaço, quais sejam: “os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas” (SANTOS, 2012b, p. 16). Neste trabalho, conforme já foi assinalado, as infraestruturas são o ponto central a ser analisado.

No entanto, sendo o espaço um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, as infraestruturas a serem analisadas nesta pesquisa (hospitais, delegacias, teatros, livrarias, creches e escolas públicas) podem ser vistas como objetos:

Hoje, os objetos técnicos são originariamente criados para comunicar entre si e para responder a uma finalidade, desejada por quem os concebe e quem os implanta, ainda que desde logo sejam suscetíveis de outros tipos de utilização. Sua energia é a informação (SANTOS, 2012a, p. 220).

Sobre a produção do espaço, é necessário compreender as mudanças no espaço ao longo do tempo e a relação espaço-sociedade. Milton Santos afirma que “sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial” (SANTOS, 2012b, p.

67). Ao afirmar que “a sociedade só pode ser definida através do espaço” (SANTOS, 2012b, p. 68), o autor apresenta a importância do espaço nos estudos sociológicos.

Na obra *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*, Milton Santos elabora a questão da sociedade-natureza, que justifica o uso de conceitos de geografia-física neste trabalho, pois, sobre a separação homem–natureza, o autor observa que “ontem, o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação, hoje, a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, o Local ou o Mundo, é cheia de mistérios” (SANTOS, 1996, p. 21).

Essa separação está presente na palavra “meio-ambiente”, atualmente corrigida para “ambiente” porque não se observa, de fato, separação entre o espaço do homem e o espaço da natureza. Logo, é necessário integrar a geografia física e a geografia humana, pois não existe separação entre o espaço da natureza e do homem.

A perspectiva mundial influencia a perspectiva do lugar, pois o mundo, cada vez mais, está conectado pelo meio técnico-científico-informacional. Assim, é necessário observar que o fenômeno a ser observado na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal é sentido também em outros territórios no mundo e ocorrem por motivos que devem ser explicados numa perspectiva mundial, pois a indústria do medo (empresas armamentistas, condomínios fechados, empresas de vigilância) e a insegurança são fenômenos mundiais.

No entanto, no “lugar” (visão local) alguns fenômenos perversos mundiais poderiam ser trabalhados em benefício dessa sociedade, trazendo a questão da esperança. Assim, a respeito do embate entre o “lugar” e o “mundial”, Santos afirma que o lugar seria:

“Como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário”, já sobre o mundial, o autor afirma “o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação, mas de competição”. “Lugar torna-se o mundo do veraz (onde há verdade) e da esperança; e o global,

mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo” (SANTOS, 1996, p. 37).

A falta de cooperação na esfera do mundial pode propiciar uma maior agressividade. Por isso, é importante estimular e valorizar os conhecimentos e os laços com o lugar:

Uma vez estabelecidos, contudo, os padrões de comportamento agressivo são difíceis de mudar. Para termos um mundo mais generoso e gentil, é melhor começarmos a modelar e a recompensar a sensibilidade e a cooperação desde a mais tenra idade, talvez treinando os pais para disciplinar sem modelar a violência (MYERS, 2015, p. 531).

Nesse sentido, pode-se relacionar a citação de Myers (2015) com o livro *Espaços de Esperança*, de David Harvey, no qual o autor apresenta a ideia de que é possível ter uma visão de esperança acerca do lugar.

Os postulados de Milton Santos, por terem caráter geral, podem explicar vários tipos de espaços por meio das seguintes ideias-chave: meio técnico, espaços opacos e luminosos, espaço como sistemas de objetos e sistemas de ações, produção do espaço e espaço como conjunto de fixos e fluxos. Se comparadas, a definição de espaço de Lefebvre (2008) é bastante social, enquanto as definições de Milton Santos são mais técnicas e estruturais.

O primeiro grande pensador a propor o conceito de território foi Friedrich Ratzel, que dava uma dimensão política e de poder ao verbete por intermédio da sua *Geografia Política*, que teve influência nas obras de Sack e Raffestin.

É necessário observar alguns pontos sobre as origens desse conceito. Ratzel (1990, p. 74) afirma que, sobre a ligação da sociedade com seu território, é imprescindível considerar o território como um recurso à habitação e à alimentação.

No que concerne ao estudo das categorias espaciais, o estudioso traz o princípio de que não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras. Assim, o Estado e o seu território não podem ser analisados sem a consideração de que ambos estão relacionados (RATZEL, 1990, p. 73).

Alguns outros conceitos básicos também devem ser revistos de modo a embasar o presente trabalho, quais sejam: a questão do território, o processo de desterritorialização e a divisão territorial do trabalho.

A palavra território tem sua origem no latim *territorium*, que tanto possui a ideia de terra como posse e domínio quanto a de terror na tentativa de proteção do território.

Cabe salientar que, na América Latina, o conceito de território é muito valorizado por causa da história do continente que envolve governos autoritários, o processo de colonização, os conflitos e a grande disputa territorial de grupos de resistência, como os índios e os moradores de favelas.

Análise mais subjetiva a respeito do território pode ser observada em Lefebvre (2008). O autor apresenta um significado de território que abrange tanto a dominação (política-econômica sobre um território físico e material) quanto a apropriação do espaço (no campo do vivido, da identificação do espaço, de forma mais cultural, onde pode haver uma territorialidade sem território).

Apesar de existirem conceitos de território mais simbólicos, como o estudado por Lefebvre (2008), esta dissertação utilizará um significado mais político da palavra. No campo relacional, as discussões acerca do território mostram que as relações de poder (não somente do poder político) interferem diretamente no espaço. Haesbaert (2011) aponta para esse olhar ao refletir que:

O território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas. Podemos dizer que essa é a noção mais ampla de território, passível de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico, e podendo igualmente ser confundida com a noção de espaço geográfico (HAESBAERT, 2011, p. 54).

No entanto, o autor adverte que não se pode restringir a discussão acerca do território apenas a Estados-Nações, asseverando que:

Numa perspectiva intermediária (...) temos o território definido a partir das relações de poder mediadas pelo espaço. Nesse caso, mister se faz definir de que forma estamos concebendo “poder”, pois dentro de uma perspectiva histórica ele muda de configuração – por exemplo, assumindo hoje em dia uma carga simbólica muito maior (o “poder simbólico” aludido por Bourdieu, 1989) (HAESBAERT, 2011, p. 54).

Souza (1995, p. 97), citado anteriormente, constrói sua concepção de território de forma semelhante. Sua concepção está ligada às relações de poder. O território também é tema da psicologia através dos termos da apropriação e da territorialidade:

Para os animais, o território é um local de vida e de sobrevivência; tem pois uma base essencialmente biológica. É um lugar de comportamentos (como sabemos, não há comportamentos sem território) que joga dois grandes papéis: o de ser um sistema de aprendizagem e um local de adaptação biológica. Ao contrário, para o homem, o território é um sistema de potencialidades sociais e não biológicas. A sua organização inserida num espaço geográfico próprio, depende de uma política econômico-social e de uma tomada de posição (consciência) por parte de seus ocupantes, garantindo assim um patrimônio utilizável, não só em caso de necessidade, mas também igualmente, como forma de acautelar o futuro (BARRACHO, 2001, p. 53).

O processo de desterritorialização forçado pelo Estado, que originou, por exemplo, as regiões de Taguatinga e Ceilândia, será estudado a partir da teoria apresentada por Haesbaert (2011), segundo o qual:

Para os mais pobres a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opções, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana (HAESBAERT, 2001).

Na história do Distrito Federal, os pedreiros, empregados e operários foram privados de seus territórios no Plano Piloto, isto é, houve uma desterritorialização e uma posterior realocação dessa população para regiões periféricas desconhecidas por eles.

No Rio de Janeiro, populações inteiras foram retiradas da região central da cidade durante as reformas urbanas de Pereira Passos, marcando assim a

desterritorialização. A forma escolhida por essa população para residir próximo ao centro foi ocupar os morros da cidade do Rio de Janeiro.

O conceito da divisão territorial do trabalho é visto, do ponto de vista crítico-marxista, como uma relação de exploração. Assim, o centro é o explorador a partir da desigualdade, enquanto a periferia é explorada em função da desigualdade.

Essa visão critica o ordenamento entre áreas centrais e periféricas, pois, nesse ordenamento, toda a dinâmica territorial é refletida por meio da diferença salarial, do trabalho manual e intelectual e do grau de escolarização, sendo o próprio ordenamento territorial o resultado da hierarquização da população.

Assim, o processo de migração dos menos abastados para a margem, ou morros (ou periferia), de áreas beneficiadas deve ser visto a partir da concepção de que esse processo é marcado pela desigualdade social.

Um conceito que passa por toda esta discussão é o da segregação. A população é segregada e pressionada a ocupar locais menos interessantes ao mercado imobiliário. Mas também os equipamentos de infraestrutura são segregados, pois são colocados em menor quantidade nas regiões de populações mais pobres. Sobre segregação e intencionalidade, Milton Santos afirma:

“O endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção dos lugares, atribuindo-lhes valores específicos e mais precisos, diante dos usos preestabelecidos. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade” (Santos, 2012a, p. 169).

Dessa forma, esta pesquisa que cria o conceito do território intencionalmente de risco chama atenção para as desigualdades existentes no espaço urbano que se refletem em um risco real para a vida dos moradores. Tal contribuição inclusive pode ser utilizada por diversas ciências tanto humanas quanto exatas.

“O som das crianças brincando nas ruas  
Como se fosse um quintal  
A cerveja gelada na esquina  
Como se espantasse o mal

O chá pra curar esta azia  
Um bom chá pra curar  
esta azia  
Todas as ciências de baixa  
tecnologia  
Todas as cores escondidas nas  
nuvens da rotina

Pra gente ver... por entre prédios e  
nós...  
Pra gente ver... o que sobrou do  
céu... o lá lá”

O Rappa, “O que sobrou do céu”,  
1999.

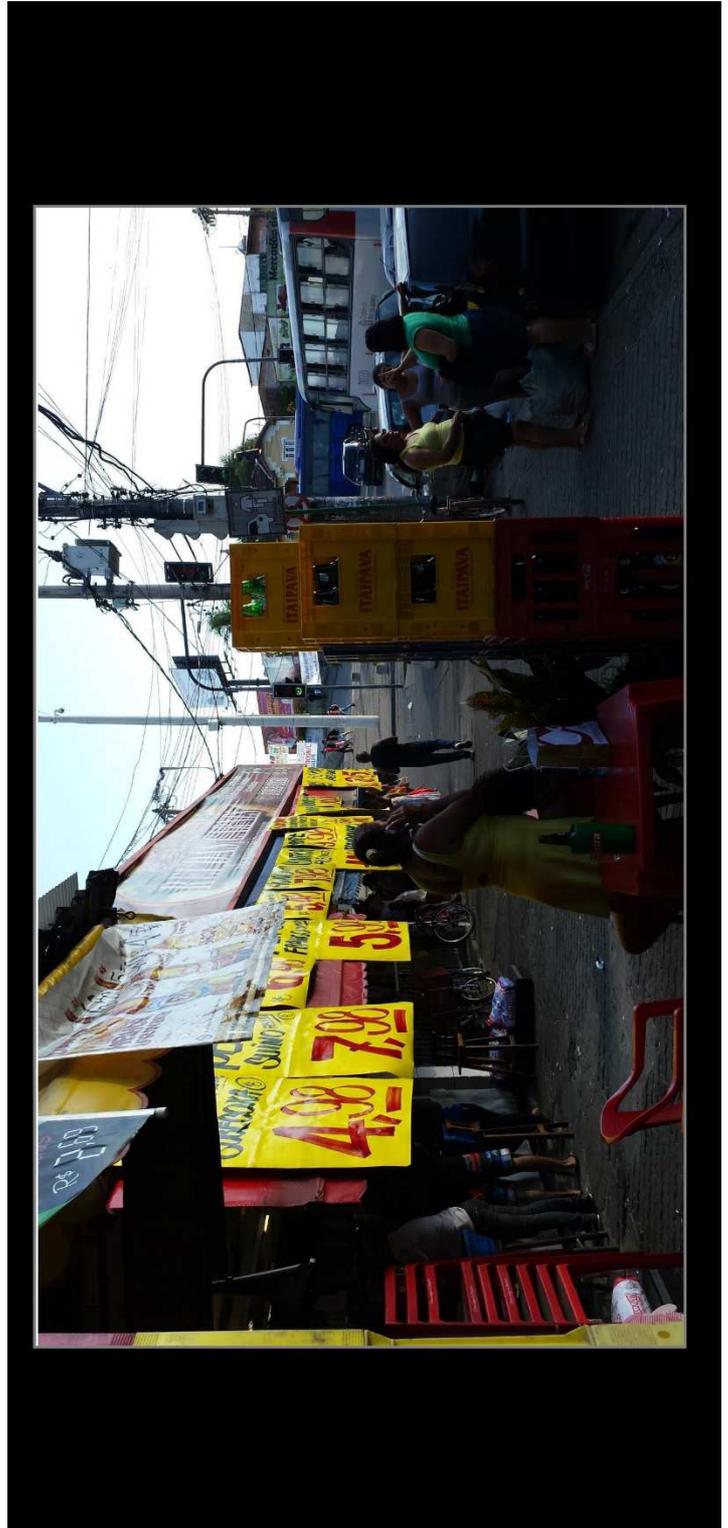


Foto 4 – Bar próximo à estação de trem de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 09/05/2015).

### **1.3 A cidadania: usufruir a cidade, o interesse coletivo ou por uma nova sociedade**

A palavra cidadania seria um sinônimo para nacionalidade que acaba por se reverter na capacidade do direito ao voto. Este é o significado usual desta palavra, segundo Bobbio:

“Quando se diz que duas ou mais pessoas são iguais quanto à idade, cidadania, raça, rendimentos, aptidão ou necessidades, isso significa simplesmente que possuem a mesma idade, nacionalidade, cor, renda, habilidades ou necessidades (Bedau in Pennock, 1967, 8), ou que são, em substância, semelhantes sob tais aspectos” (BOBBIO, 1998, p. 597).

Assim, quando é falado em um Estado-Cidadão é proposto um estado que realmente vise o interesse dos seus moradores dando-lhes acesso à saúde, educação, segurança e lazer de qualidade.

Tal concepção pode ser observada na construção do direito à cidade, onde Lefebvre afirma:

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar” (LEFEBVRE, p. 134, 2010).

O acesso desigual aos equipamentos de infraestrutura das cidades reflete também o acesso desigual à cidadania, pois, dentre diversos outros fatores, as cidades, especialmente aquelas estudadas nesta pesquisa, não dão acesso de forma igualitária a um mesmo número nem a uma mesma qualidade de equipamentos de infraestrutura. Desse modo, a violência homicida seria, em parte, uma expressão da desigualdade na disposição de infraestrutura entre os territórios, fator que limita vivenciar de forma plena a cidadania.

Ana Fani Carlos menciona a necessidade “de apreender o sentido da Geografia como disciplina capaz de produzir uma compreensão da espacialidade como momento de elucidação da realidade social” (CARLOS, 2011, p.18). A autora define, ainda, ser “o espaço compreendido como movimento e processo que se realiza como condição, meio e produto da realização da sociedade” (CARLOS, 2011,

p.74). Logo, tem-se a ideia de que produzir a vida também é um ato de produzir o espaço.

A autora, ao analisar a questão espacial, também traz a necessidade de se pensar que a condição da pós-modernidade não está apenas relacionada ao tempo, mas também ao espaço, pois essa nova condição causou não apenas uma profunda transformação temporal, mas também espacial. Barbosa (2013) apresenta uma síntese minuciosa do pensamento de Carlos (2011).

“Ana Fani Alessandri Carlos (...) traz sua contribuição teórica apresentada no quarto capítulo, intitulado “A prática socioespacial urbana como segregação e o ‘direito à cidade’ como horizonte utópico”, que foi dividido em seis partes. Na primeira a autora trabalha com a noção de segregação, de modo que é concretizada como um elemento negativo tanto para a cidade quanto para o próprio estilo de vida urbano existente. A segunda parte do texto é marcada pelo debate entre a morfologia segregada e a segregação como vetor das desigualdades sociais, enquanto a terceira parte aborda as contradições existentes entre o centro e a periferia, sem deixar de destacar a atuação dos processos de urbanização e industrialização na (trans)formação dos espaços, tendo como exemplo o surgimento de periferias como a representação das desigualdades socioespaciais. “O espaço urbano como valor de troca” é tratado na quarta parte deste artigo que ilustra este fenômeno por meio dos condomínios fechados e suas incontáveis transformações nas relações do indivíduo com o espaço. Na quinta parte a autora se dedica à análise dos papéis da metrópole e dos agentes da esfera pública e privada. Em sua última pauta, a autora apresenta propostas para debates sobre as desigualdades frente ao direito à cidade e aos serviços que ela dispõe. Para tanto, a autora considera que a segregação socioespacial só será superada se tiver como base os princípios do “direito à cidade”, isto é, uma cidade de e para todos” (BARBOSA, 2013, p. 132).

Fritjof Capra, em seu livro *O Ponto de mutação*, ao analisar as transformações das civilizações (a pós-modernidade está inserida nesse contexto), afirma que “todas as civilizações passam por processos cíclicos semelhantes de gênese, crescimento, colapso e desintegração” (CAPRA, 1982, p. 24), processos estes que afetam significativamente o espaço. Exemplo da transformação espacial é a reflexão de Carlos sobre a cidade:

“Se realiza como condição geral da produção, o que impõe uma determinada configuração morfológica que aparece como

justaposição de unidades produtivas formando uma cadeia interligada” (CARLOS, 2011, p.75).

Nesse sentido, transforma-se o espaço fazendo com que cidades sejam organizadas de modo a criar uma cadeia produtiva totalmente interligada ao fluxo do capital global. Assim, cidades inteiras são construídas (como em regiões do Mato Grosso, por exemplo) apenas com o intuito de criar condições mais favoráveis para a expansão e o lucro capitalistas.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) é originário de manifestações populares cujo objetivo era inserir o bem coletivo e os fins sociais na questão de propriedade da terra, minimizando assim os efeitos negativos da exploração puramente lucrativa dos espaços. No entanto, essa legislação não vem sendo aplicada de forma efetiva pelo Estado:

“Nas décadas de 1970 e 1980 do século XX moradores de áreas periféricas, de favelas, de cortiços lutam para obter o valor de uso da cidade. (...) No final da década de 1980 se organizam, se agrupam, se aliam ao verificarem que têm uma luta semelhante para usufruir do valor de uso da cidade que trabalham para construir. No congresso constituinte apresentam a emenda da reforma urbana, tendo como princípio a função social da cidade e da propriedade e instrumentos para sua aplicação em todas as áreas que não atendem aos interesses coletivos. O Congresso Constituinte (1988) aprova alguns instrumentos, porém define que os planos diretores municipais delimitem as áreas onde propriedades não cumprem sua função social. (...) O Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, ‘estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (art. 1º). A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...] (art. 2º)” (RODRIGUES *apud* PEREIRA, 2008, p. 117).

O Estado não é ente exclusivo a atuar na organização e na gestão do espaço, no entanto, não se pode excluir a responsabilidade estatal da forma desigual com que as infraestruturas são distribuídas:

“Outro ponto essencial é o fato de que, ao contrário do preconceito fortemente enraizado tanto no senso comum quanto no *mainstream* acadêmico, planejamento e gestão urbanos ‘não são’ e, portanto, ‘não devem ser vistos como’ prerrogativas exclusivas do aparelho de Estado, conforme o autor salientou alhures (Souza, 2002, p. 190-523; Souza, 2006<sup>a</sup>, p.167). É claro que o Estado possui uma série de

privilégios no tocante à organização do espaço urbano: ele institui leis e normas de uso do solo em escalas variadas, desde um bairro ou parte de um bairro até a cidade ou o município, e, valendo-se de seu poder de polícia, pode obrigar os agentes privados a respeitar essas leis e normas; ademais, o Estado realiza ou pode realizar investimentos vultuosos e obras de grande monta, valendo-se dos recursos que, por meio dos tributos mais diversos, arrecada dos agentes privados e, mediante a definição do perfil concreto dos gastos públicos (definição de em que e onde aplicar os recursos públicos), **o Estado é um agente que influencia padrões de segregação residencial e a perpetuação ou redução de disparidades infraestruturais no espaço urbano**” (SOUZA *apud* PEREIRA, 2008, p. 217, grifo nosso).

Outra realidade é a de que se produz um “novo espaço, sob a forma de produto imobiliário voltado ao mercado de locação” (CARLOS, 2011, p.118), assim se observa uma produção do espaço também como produto imobiliário.

Carlos também traz uma proposta chamada de “metageografia”, que seria “um caminho teórico-metodológico de superação do estado de crise em que se encontra a disciplina” (CARLOS, 2011, p. 147). A autora pondera ainda que a metageografia é uma:

“Nova inteligibilidade, fornecendo como ponto de partida a atitude crítica e a reflexão radical, como atributos indispensáveis para a compreensão do mundo moderno, em sua totalidade” (CARLOS, 2011, p.147).

Dessa forma, a autora pensa na hipótese de criação de uma geografia que possa criticar as contradições existentes, debatendo sobre as crises do capitalismo, trazendo a ideia de que é necessário criar outra sociedade.

Em sua obra *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, David Harvey apresenta a ideia de criação de uma sociedade que não esteja necessariamente comprometida com um crescimento de 3% para sempre. Esse alto patamar, de acordo com o autor, influencia drasticamente na configuração territorial.

No passado, para se alcançar esse patamar, foi necessário utilizar “guerras, desvalorização de bens, degradação da capacidade produtiva, abandono e outras formas de ‘destruição criativa’” (HARVEY, 2011, p.175). No entanto, é necessário

abandonar essa irracionalidade, pois ela cobrará um alto custo social (a exemplo da diminuição dos direitos trabalhistas, da repressão política e da violência policial contra os descontentes) e ambiental, produzindo também desigualdades territoriais.

A pressão das classes altas e da indústria imobiliária, formada em parte pelo capital financeiro, na disposição da infraestrutura é refletida por Harvey. Esse autor afirma que, nos últimos trinta anos, houve uma drástica reconfiguração da economia. Nesse intervalo, boa parte dos investimentos não foi direcionada para a produção, mas, sim, para o setor financeiro, no qual se especula o dinheiro. Assim, os Estados Unidos da América (EUA), para manter o dólar forte, ao rivalizar com o Japão e a Alemanha Ocidental, encontraram no sistema do capital financeiro a forma de “alocar o excedente de capital para onde a taxa de lucro fosse maior” (HARVEY, 2011, p. 35).

Dessa forma, o “capital-dinheiro líquido” (HARVEY, 2011, p. 25) foi investido na indústria imobiliária e em “derivados de ativos e, finalmente, até mesmo em derivados de contratos de seguros de derivativos de ativos” (HARVEY, 2011, p. 26). Obviamente, esse sistema baseado em valores fictícios é totalmente propenso a crises.

A título de elucidação, a indústria imobiliária é constituída, em geral, por empresas ligadas à construção de imóveis (dentre outras funções), segundo Freitas:

“Essa indústria tem como principal função gerir o empreendimento, subcontratando projetos, obras e realizando o financiamento e a comercialização dos imóveis. Tem como princípio a “produção em série, com tipologias padronizadas, variáveis de acordo com o padrão socioeconômico do público alvo e preço de venda”. A produção em série tem como condição a construção de um número significativo de unidades, de maneira que se obtenha economia de escala em sua implementação, tanto pelo tamanho produzido como pela produtividade dos modelos em série. (Pauline Stockins) Essas empresas ganham na quantidade e necessitam para isso de grandes glebas para a implementação desses projetos” (FREITAS, 2006, p. 145).

A questão que se delinea é a de que, ao enquadrar todo o mundo numa taxa de crescimento de 3%, há geração de crises nos lugares em que o capitalismo se reinventa, buscando novas formas de lucro. No entanto, essa busca constante pode ser, em longo prazo, muito desfavorável socialmente.

Aceitar sem questionamentos e sem buscar soluções sociais esses patamares do capitalismo vai de encontro aos próprios pilares da democracia, pois, cabe ressaltar, a democracia pressupõe conflitos e discordâncias para existir:

“A ‘democracia’ é o regime político que consente o desenvolvimento pacífico dos conflitos, e por meio destes as transformações sociais e institucionais. Legitimando e valorizando igualmente todos os pontos de vista externos e as dinâmicas sociais que os exprimem, ela legitima a mudança por meio do dissenso e do conflito. Este nexos entre democracia e conflito é biunívoco. Não apenas a democracia garante a luta pelos direitos, mas estes garantem, por sua vez, a democracia: uma oferece às outras os espaços e os instrumentos jurídicos, que são essencialmente os direitos de liberdade; as outras asseguram aos direitos e à democracia os instrumentos sociais de efetiva tutela e alimentam-lhe o desenvolvimento e a realização. Eis uma confirmação, pelo contrário, da intolerância por todas as formas de conflito e a consequente não efetividade dos direitos fundamentais nos regimes totalitários: onde quer que o Estado se assuma como expressão orgânica da sociedade e diretamente depositário de fins e valores, fica claro que este não pode não excluir os antagonismos políticos e sociais e as consequentes mudanças como outros tantos desvalores e atentados à sua existência” (FERRAJOLI, 2010, p. 871).

Ascher (1998) afirma que as principais dificuldades urbanas não são técnicas nem econômicas, mas, sim, políticas e sociais. Isso porque os moradores das cidades dificilmente se mobilizam em torno de interesses coletivos. Há, portanto, uma crise de cidadania, isto é, uma crise de cidadania, ocasionada, em partes, por essa ausência de mobilização.

“Os habitantes destas grandes cidades perdem, pouco a pouco, o sentimento dos seus interesses coletivos e a capacidade de se unirem e de se mobilizarem em torno de projetos comuns” (ASCHER, 1998, p. 181).

Dentre os interesses coletivos, está o direito à cidade, o direito à usufruir dos equipamentos e da vida social das cidades:

“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que ‘o urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível” (LEFEBVRE, 2010, p. 118).

Ascher (1998), no âmbito da mobilidade espacial, cita a perversidade existente na baixa capacidade de escolha residencial dos mais pobres, fato que “reforça as desigualdades perante o emprego e reforça os mecanismos de especialização social dos espaços e segregações” (ASCHER, 1998, p.93).

Dessa forma, outro aspecto doloroso é a fragilidade dos laços entre os vizinhos numa metrópole, pois reforça a individualidade, dificultando a existência de uma visão comunitária que crie uma resistência contra processos perversos, a exemplo da segregação espacial.

A força dos cidadãos é o que legitima o Estado. Se um Estado se afasta completamente dos interesses dos cidadãos, e vice-versa, ocorre então uma crise de legitimidade:

“Le peuple français remet le dépôt de la presente Constitution à la fidélité du Corps législatif, du Directoire exécutif, des administrateurs et des juges; à la vigilance des pères de famille, aux épouses et aux mères, à l’affection des jeunes citoyens, au courage de tous les Français”. Esta norma, com a qual se fecha a Constituição francesa do ano III, enuncia de maneira solene dois tipos de garantias externas – a garantia política da ‘fidelidade’ dos poderes públicos e a garantia social da ‘vigilância’ dos cidadãos – sobre as quais repousa a efetividade das garantias internas ou jurídicas e com elas o Estado de direito e a democracia” (FERRAJOLI, 2010, p. 867).

Diante disso, constata-se que quanto mais a sociedade luta por interesses comuns, mais mudança ela promove para auxiliar na resolução das dificuldades sociais e políticas.

“Se as lutas pelos direitos são o veículo necessário mediante o qual se afirmam necessidades vitais insatisfeitas, é essencialmente graças a elas que se produzem as mudanças progressivas na esfera

do direito positivo: do reconhecimento constitucional de novos direitos fundamentais à elaboração de novas garantias legais para os direitos já reconhecidos, das evoluções da jurisprudência às solicitações de responsabilidade política pela violação dos direitos já garantidos. E é precisamente nesta capacidade de mudar ou de influenciar a legislação, a jurisdição, o governo e a administração que consistem a força e o sucesso de uma luta social; por outro lado, é signo de esterilidade ou de fraqueza a sua falta de saídas, ou pior, de objetivos institucionais, idôneos a garantirem e a estabilizarem as instâncias em formas jurídicas positivas” (FERRAJOLI, 2010, p. 871).

Nesse contexto, Ascher (1998) menciona a importância de que haja uma “governância urbana’, isto é, um sistema de governo que articule e associe as instituições políticas, os atores sociais e as organizações privadas em processos de elaboração e de execução de escolhas coletivas capazes de provocar uma adesão ativa dos cidadãos” (ASCHER, 1998, p.182). Sem dúvida, a participação efetiva da sociedade nas questões coletivas é essencial para a criação de cidades mais justas. Sem participação e a pressão social, o processo de inovação e criação de cidades mais justas torna-se muito difícil.

## CAPÍTULO 2

“Eu só quero é ser  
feliz

Andar tranquilamente  
na favela onde eu  
nasci”

Cidinho e Doca, “Rap da felicidade”,  
1995.



Foto 5 – Visão frontal de escola pública em Taguatinga, Distrito Federal (Escola Classe 01, 19/05/2015).

## **CAPÍTULO 2: A VIOLÊNCIA, O ORDENAMENTO E SUAS COMPLEXIDADES GEOGRÁFICAS**

### **2.1 A violência e o ordenamento territorial**

Inicialmente, é imperioso apresentar o debate sobre as motivações da violência e da agressividade. Na psicologia, Myers (2015, p. 528) afirma que a agressão tem influências genéticas, neurais, bioquímicas, psicológicas, socioculturais e ambientais.

Dentre as influências biológicas, destaca-se “o papel da amígdala na raiva e no medo” (MYERS, 2015, p. 50); e, na genética, “estudos de gêmeos sugerem que os genes também influenciam a agressividade humana (...)” (MYERS, 2015, p. 528).

No que diz respeito às influências neurais, a agressividade atua de forma complexa no cérebro, pois o cérebro não tem um ponto neural específico responsável pela manifestação da violência, tendo em vista que:

Na verdade, nenhum ponto do cérebro controla a agressão, porque a agressão é um comportamento complexo que ocorre em determinados contextos. Em vez disso, o cérebro tem circuitos neurais que diante de provocação, facilitam a agressão. E ele tem um sistema de lobos frontais para inibir a agressão, tornando-a mais provável se esse sistema for danificado, desativado, desconectado ou não estiver totalmente amadurecido (MYERS, 2015, p. 529).

De acordo com Myers (2015), a influência bioquímica, como a do álcool e de outras substâncias, provoca a agressividade:

Hormônios, álcool e outras substâncias no sangue influenciam os circuitos neurais que controlam a agressão. (...) Embora os humanos sejam menos sensíveis a mudanças hormonais, os criminosos violentos tendem a ser jovens musculosos com escores de inteligência abaixo da média, níveis baixos do neurotransmissor serotonina e níveis de testosterona mais altos do que a média (Dabbs et al., 2001<sup>a</sup>; Pendick, 1994). (...) O álcool, por motivos biológicos e psicológicos, desencadeia respostas agressivas à frustração (Bushman, 1993; Ito et al., 1996; Taylor e Chermack, 1993). (MYERS, 2015, p. 529).

Após essa breve apresentação sobre alguns dos fatores que influenciam a manifestação da agressividade pela espécie humana, cabe discutir os fatores atinentes a esta pesquisa, ou seja, os fatores psicológicos e socioculturais da agressão. Ora, a agressão pode ser vista como uma resposta a uma frustração ou como um aprendizado, pois:

Embora às vezes fortaleça o caráter, o sofrimento também pode despertar o que há de pior em nós. Estudos nos quais animais ou humanos passam por eventos desagradáveis revelam que aqueles a quem se impôs sofrimento com frequência impõem sofrimento a outros (Berkowitz, 1983, 1989). Ser impedido de alcançar um objetivo quando se está próximo disso também aumenta a prontidão das pessoas para a agressão. Esse fenômeno é chamado de princípio da agressão-frustração: a frustração cria a raiva, que em algumas pessoas pode gerar agressão, em especial na presença de um elemento agressivo, como uma arma (...). A probabilidade de nossas reações serem mais agressivas é maior em situações nas quais a experiência nos ensinou que a agressão vale a pena. Crianças cujas agressões logram intimidar outras crianças podem se tornar mais agressivas (MYERS, 2015, p. 530).

No entanto, existem mecanismos de aprendizagem para modelar a resposta à agressão, pois:

A agressão pode ser uma resposta natural a eventos adversos, mas a aprendizagem pode alterar as reações naturais. Os animais comem naturalmente quando estão com fome. Mas se apropriadamente recompensados ou punidos, podem aprender a comer demais ou a passar fome (...). Uma vez estabelecidos, contudo, os padrões de comportamento agressivo são difíceis de mudar. Para termos um mundo mais generoso e gentil, é melhor começarmos a modelar e a recompensar a sensibilidade e a cooperação desde a mais tenra idade, talvez treinando os pais para disciplinar sem modelar a violência (MYERS, 2015, p. 530-531).

Winnicott (2012), em seus estudos psicológicos com crianças, oferece algumas soluções para o problema da agressão:

Finalmente, toda a agressão que não é negada, e pela qual poder ser aceita a responsabilidade pessoal, é aproveitável para dar força ao trabalho de reparação e restituição. Por trás de todo jogo, trabalho e arte está o remorso inconsciente pelo dano causado na fantasia inconsciente, e um desejo inconsciente de começar a corrigir as coisas (...). É parcialmente falso afirmar que 'devemos dar oportunidade para a expressão criativa, se quisermos neutralizar os impulsos destrutivos da criança'. O que se faz necessário é uma

atitude não-sentimentalista em relação a todas as produções, o que significa a apreciação não tanto do talento como da luta que há por trás de qualquer realização, por menor que seja. Pois, com exceção do amor sensual, nenhuma manifestação de amor é sentida como valiosa se não implicar agressão reconhecida e controlada. (...) Só se soubermos que a criança pode derrubar a torre de cubos, será importante para ela vermos que sabe construí-la (WINNICOTT, 2012, p. 101-102).

Nesse caso, é importante destacar as influências ambientais no desenvolvimento humano em ambientes desiguais:

As descobertas de Hunt são um caso extremo de outro achado mais geral: entre os pobres, as condições ambientais podem suplantar diferenças genéticas, debilitando o desenvolvimento cognitivo. Ao contrário de crianças abastadas, irmãos de famílias desfavorecidas têm escores de inteligência mais semelhantes (Turkheimer et al., 2003). Escolas com muitos alunos de classe baixa frequentemente têm professores menos qualificados, como descobriu um estudo feito com 1.450 estabelecimentos de ensino no estado da Virgínia. E mesmo após o controle para a pobreza, ter professores menos qualificados predizia resultados mais baixos de desempenho (Tuerk, 2005). A malnutrição também tem seu papel. Se crianças malnutridas receberem suplementos nutricionais, o efeito da pobreza sobre o desenvolvimento físico e cognitivo declina segundo Brown e Pollitt, 1996 (MYERS, 2015, p. 326).

Segundo Proshansky *et al.* (*apud* BARRACHO, 2001), o espaço e suas infraestruturas influenciam as ações e as relações com os outros:

O ambiente físico que o homem constrói é tanto um fenômeno social como um fenômeno físico. O mundo construído, quer se trate de uma escola, de um hospital, de um apartamento ou de uma auto-estrada, é a expressão particular de nossas relações com os outros. Para além disso, as respostas dos indivíduos ao mundo físico não são unicamente determinadas pelas propriedades das estruturas e acontecimentos que as definem. O espaço, as suas propriedades, as pessoas que aí vivem e as atividades nas quais estão implicadas representam sistemas significativos para os indivíduos e influenciam as respostas ao meio físico (Proshansky et al; 1970) (BARRACHO, 2001, p. 20).

Unido às diferenças inerentes à desigualdade social, nossa sociedade passa por um momento de enfraquecimento da solidariedade e cooperação social, pois:

De acordo com Agnew (1997), Durkheim concebia que o estado anômico é uma condição peculiar da sociedade moderna e

consequente do desenvolvimento econômico dela, na qual os valores, a moral e a ética é determinada pelo enriquecimento material das pessoas, fazendo com que se entreguem as suas paixões e vivam apenas para si mesmo, inexistindo solidariedade e cooperação entre os membros da sociedade, conseqüentemente, uma consciência que priorize o coletivo e o social. Segundo McClosky (1976, 1978), a anomia conduz o indivíduo para uma sociedade carente no consenso do conteúdo das normas sociais fazendo com que as pessoas vivam sem aderir ou cumprir as regras sociais necessárias para uma boa interação indivíduo-sociedade (FORMIGA, 2013, p. 36).

Essa conjuntura pode criar maior probabilidade para infringir normas (a não-agressão, por exemplo), já que:

Merton (1938/2002), em seu livro *Teoria social e Estrutura social*, com base na concepção da anomia e com o objetivo de avançar no conceito e explicação do problema do desvio social na sociedade moderna, além de ampliar o conceito esclarece a função da anomia quando se tratar de explicar os conflitos e a ordem social. Para esse autor, a anomia é um problema estrutural e não conjuntural, além de se originar do poder imposto das normas sociais exigidas pela classe social favorecida, trata-se da impossibilidade de que o sujeito aceite e aja normativamente, pois, isso se deve as desigualdades sociais determinadas pela classe social mais alta para a realização dos objetivos dos mais desfavorecidos. O rompimento da estrutura cultural dá lugar a uma separação entre as normas e os objetivos estabelecidos pela cultura e as condições estruturadas socialmente das pessoas da sociedade e do grupo seguir de acordo com o que se exige. Em outras palavras, para Merton a anomia teria como origem a constatação por parte de indivíduos e grupos de uma incongruência na sociedade, fazendo com que os meios socialmente disponíveis sejam insuficientes para o alcance de metas socialmente valorizadas (FORMIGA, 2013, p. 36).

Essas “desigualdades sociais determinadas pela classe social favorecida” podem ser observadas no processo de segregação residencial, no qual:

Nas cidades capitalistas, um dos processos espaciais mais marcantes, no que tange à distribuição da população, é o de segregação residencial. Ele se caracteriza, conforme Castells, citado por Corrêa (1989, p. 60), pela “tendência a uma organização espacial em áreas de ‘forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas’”. Segundo Corrêa (2001, p.131): “Estas áreas segregadas tendem a apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, status ocupacional, instrução, etnia, fase de vida – e migração, podendo-se falar em áreas sociais caracterizadas, por exemplo, por bairros operários com residências unifamiliares modestas, de bairros de classe média com apartamentos, de baixa classe média ou

pobres em prédios deteriorados ou em favelas etc. (CARDOSO, 2010, p. 75).

Esta pesquisa visa a observar se a segregação residencial, a partir da desigualdade de infraestrutura e também da desigualdade no número de homicídios. Essa diferença poderia ser parte da projeção espacial das desigualdades sociais (segregação residencial), pois:

Em sua explanação sobre o processo de segregação residencial e sua relação com o processo de diferenciação de classes, Corrêa (2001, p. 132) afirma que: “Em realidade, a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista” (CARDOSO, 2010, p. 76).

Assim, com base nessas pesquisas da psicologia e da sociologia, a presente pesquisa objetiva observar se a desigualdade na disposição dos equipamentos de infraestrutura, de fato, tem relação com o número de homicídios.

Cabe salientar que as pessoas não são produto passivo do meio, afinal, essa não é a reflexão que este trabalho propõe. Na psicologia, por exemplo, o enfoque maior é no indivíduo, pois se considera que cada indivíduo tem suas particularidades que influenciam no comportamento:

Há no entanto a ter em atenção que o homem não pode ser considerado como um produto passivo do ambiente, nem o ambiente apenas como um produto da acção humana: há entre eles intercâmbios e interacções permanentes. Para além do mais, sendo o homem um ser social, faz parte integrante de grupos, que por sua vez se organizam em sistemas sociais mais vastos (BARRACHO, 2001, p. 19).

Assim, a psicologia social permite observar qual o papel do ambiente nos processos do indivíduo:

Uma abordagem psicossocial do espaço, relacionada muitas vezes como um modelo causal da relação homem-espaço, põe em questão a ideia que o ambiente induz um comportamento como se de um estímulo mecânico se tratasse. Ao contrário, ela considera a relação ao espaço como um sistema de interdependências complexas em que o seu valor é determinado pela percepção e avaliação subjectiva de um local como objeto. Não se trata de ‘inventariar uma

correspondência estrita entre tal característica do espaço e o seu efeito sobre o comportamento, mas de precisar os processos pelos quais os dados da situação espacial, que são também econômicos, culturais e sociais, determinam as atitudes' (Fischer, 1992) (BARRACHO, 2001, p. 21).

Um dos papéis legitimadores do Estado é o de garantir a segurança dos cidadãos, mas, infelizmente, essa ação ocorre de forma diferenciada, condicionando certos territórios a serem mais seguros que outros:

A legitimação externa ou política do Estado, se disse, repousa essencialmente sobre a sua função de tutela dos direitos fundamentais do cidadão, a começar pelo direito à vida, que é garantido pela segurança interna e pela paz. Esta função, acrescentou-se, não se realiza senão de maneira perfeita: a ilegalidade de fato dos poderes públicos e a sua tendência a se tornarem autônomos em relação às suas bases e funções sociais e, por outro lado, a permanência ou desenvolvimento dos poderes selvagens, tanto públicos quanto privados, tornam a legitimação externa e, nos Estados constitucionais de direito também a interna, sempre parciais, contingentes e condicionadas (FERRAJOLI, 2006, p. 861).

A decisão de onde colocar equipamentos públicos surge de decisões públicas que visam ao ordenamento territorial. Dessa forma, o viés subjetivo envolvido no ordenamento não pode ser desconsiderado. Nesse sentido, de acordo com Gross (1998), o ordenamento territorial seria:

Por otra parte, ordenamiento puede ser entendido como la acción y efecto de colocar las cosas en el lugar que consideremos adecuado. De esta manera, el concepto de ordenamiento territorial implicaría la búsqueda de la disposición correcta, equilibrada y armónica de la interacción de los componentes del territorio (GROSS, 1998, p. 1).

Por outro lado, ordenamento pode ser entendido como a ação e o efeito de colocar as coisas no lugar que consideramos adequado. Dessa maneira, o conceito de ordenamento territorial implicaria a busca da disposição correta, equilibrada e harmônica da interação dos componentes do território (GROSS, 1998, p. 1, tradução nossa).

Nesse sentido, a palavra “coisas” poderia ser trazida para esta pesquisa como os “objetos” de Milton Santos, sobre os quais tratamos no Capítulo 1. Assim, a organização do espaço ocorre por ações públicas (e privadas) e também pela disposição de infraestrutura. Essas ações são influenciadas não somente pelo bem público, mas também por pressões de setores diversos, como o imobiliário.

Rodrigues *apud* Pereira (2006) reforça a pressão dos interesses privados sobre a segregação e o planejamento urbano:

Os instrumentos de planejamento urbano obedecem a normas e diretrizes de propriedade da terra, aos interesses de mercado, às ideias de padrão de vida moderno, simplificando as possibilidades de compreensão. As contradições ficam ocultas para colocar 'ordem' no traçado de ruas, avenidas, circulação, definição de lotes, mantendo sempre a propriedade da terra e das edificações. Os 'pobres' devem ficar em lugares não visíveis para não atrapalhar a ordem prevista nos planos e metas (RODRIGUES *apud* PEREIRA, 2006, p. 112).

Ao invés de se aceitar o desafio de viabilizar soluções para as desigualdades entre os territórios, simplesmente utilizam-se pressões que isolam ainda mais os grupos sofrendores da exclusão social:

A complexidade de relações societárias, as contradições, conflitos, de apropriação, posse e propriedade da terra não são consideradas. Qualquer elemento que demonstre falta de ordem é um problema a ser resolvido com a sua exclusão. Os problemas são enunciados de forma simplista, como: a população cresceu mais do que os equipamentos urbanos, as favelas são um 'câncer', os cortiços precisam ser erradicados, os 'pobres' o devem ser. Mas o mundo não é ordenado e nem caótico. Ordem e desordem, contradições, conflitos, embates constituem a realidade das formas de apropriação, propriedade e posse do território, do espaço, das riquezas naturais, dos meios de produção e das relações societárias. José Saramago, no romance 'Ensaio sobre a cegueira', mostra como numa grande cidade algumas pessoas ficam súbita e inexplicavelmente cegas. A cegueira é contagiante; assim, o primeiro grupo de cegos é isolado com guardas para vigiá-los. Em poucos dias, porém, todos ficam cegos. A luta pela sobrevivência é acirrada, dolorosa e desconhecida. São desventuras de uma sociedade que, acostumada a uma única forma de perceber o mundo, é levada a depender dos demais sentidos para tentar sobreviver. O isolamento é semelhante ao que se faz com problemas como 'favelas, cortiços, ocupações', que devem ser escondidos. A cegueira generalizada pode ser comparável ao planejamento simplificador, que tem como base uma falsa harmonia. A cidade ideal é o local de troca, de realização de acontecimentos, da ciência, do conhecimento, é planejada, sem pobres e sem pobreza, com alto padrão de vida. Na cidade real, os agentes capitalistas da produção do espaço urbano têm, entre si, contradições e conflitos, pois procuram obter a maior renda, lucro e juros. A produção e o consumo do espaço urbano obedecem à lógica dos agentes tipicamente capitalistas: os proprietários de terras, os promotores imobiliários, os setores industriais ligados aos insumos para a produção na e da cidade, a indústria de edificações, o setor de incorporação imobiliária e o capital financeiro (RODRIGUES *apud* FERREIRA, 2007, p. 112).

Os responsáveis (agentes públicos e privados) por essa operacionalização acabam agindo e decidindo sobre a infraestrutura de modo a privilegiar determinados grupos sociais, empresariais ou políticos.

Assim, a segregação é o conceito que elucida a questão apresentada nesta pesquisa porque os equipamentos de infraestrutura acompanham o processo de segregação social. Assim, em alguns espaços existe maior número de equipamentos de infraestrutura do que em outros. Este processo acaba por segregar também a infraestrutura mostrando a grande disparidade entre diferentes territórios. Sobre segregação afirma Corrêa:

“A segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas” (CORREA, 2005, p. 145).

No Rio de Janeiro, essa pressão acaba destinando aos mais desfavorecidos as áreas mais distantes, ou seja, favelas e subúrbios, para a moradia, pois:

A classe dominante ou uma de suas frações, (...), segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado (CORREA, 1989, p. 69).

A diferença social entre os moradores da zona sul com os moradores das favelas e dos subúrbios é drástica. Nos subúrbios, favelas e em outros espaços de população mais carente, muitos passam fome e vivem de forma precária, sendo privados do acesso ao básico para a sobrevivência digna.

O preconceito com os moradores das favelas, ainda, é um fator que faz com que muitos precisem esconder onde moram para conseguir trabalho. O relato de um morador da comunidade Santa Marta, do sexo masculino, de 24 anos, exemplifica isso:

Eu já fui num trabalho que eles pediam a quinta série e eu tenho a sexta e a menina que estava entrevistando, junto com outro rapaz, me perguntaram o que eu podia acrescentar à empresa deles

morando dentro de uma comunidade. Então eu perguntei pra eles qual é o problema de eu morar lá e a resposta foi que lá você não vai poder acrescentar nada para a empresa (ARAUJO, 2011, p. 107).

Apesar de as favelas constituírem uma segregação que não distanciou tanto fisicamente, o distanciamento provocado por elas se dá na diferenciação salarial e no acesso aos bens e serviços que os mais ricos têm. Exemplo disso é o acesso a escolas com maior qualidade.

Por seu turno, o ordenamento territorial no Distrito Federal é preocupante, se for observado como é desigual a disposição da infraestrutura:

Gouvêa (1996) observa que as diferenças espaciais, ligadas à condição de renda, existem em todo o país, mas nada se compara ao verdadeiro apartheid social que se criou planejadamente em Brasília (LÚCIO, 2003, p. 75).

Em estudo do ano de 2000, realizado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação de Brasília, o Lago Sul, moradia de aproximadamente 28 mil privilegiados, teria 0,945 de IDH. Isso configuraria o Lago Sul com o mais alto IDH do mundo, superando a Noruega, país líder no IDH com 0,942.

No entanto, o perfil dos moradores das cidades periféricas do Distrito Federal é completamente diferente. A população que reside longe dos arredores do Plano Piloto possui renda e qualidade de vida bastante inferior ao “padrão norueguês” experimentando pelo Lago Sul. Aldo Paviani destaca que:

Em pormenor, o centro da cidade, sede dos governos distrital e federal, e seus anexos, Lago Sul, Lago Norte, Setor Octogonal e Setor Sudoeste têm a marca de espaços privilegiados por abrigar a classe dirigente, setores abastados do comércio, indústria, serviços e setores bem postos do funcionalismo de ambas as esferas governamentais e de empresas. Trata-se de territórios elitizados e, por isso, dotados de infra-estrutura completa e qualidade ambiental; sua população demanda policiamento ostensivo em razão do incremento da violência, assaltos a residências, seqüestros-relâmpago e crescentes agressões entre jovens. O fato de o Plano Piloto ser tombado como patrimônio da humanidade não o isenta de ser palco de violências de diversos tipos como as listadas. Aqui e ali, pressionam-se por melhorias nas vias públicas, como pontes e viadutos, alguns já construídos. Os equipamentos deram ao Plano

Piloto de Brasília a qualidade de vida urbana de primeiro mundo (PAVIANI, 2007, p. 23).

Trata-se não somente da segregação espacial vivenciada no deslocamento das classes mais pobres para regiões periféricas durante a construção de Brasília, mas, sim, de um veto ao direito de deslocamento dos menos privilegiados. Assim, no âmbito das políticas públicas em geral, pode ser observado esse apartamento. O policiamento tanto na região administrativa de Brasília quanto na zona sul carioca, por exemplo, é bem maior do que nas demais regiões administrativas, subúrbios e favelas. Sobre territórios elitizados em Brasília, Paviani (2007) assevera:

Trata-se de territórios elitizados e, por isso, dotados de infra-estrutura completa e qualidade ambiental; sua população demanda policiamento ostensivo em razão do incremento da violência, assaltos a residências, seqüestros-relâmpago e crescentes agressões entre jovens (PAVIANI, 2007, p. 23).

A mesma diferença pode ser observada nas áreas de investimento em saúde, lazer e educação. Esse ordenamento territorial que segrega os equipamentos de infraestrutura pode ser explicado pelo viés de que por meio da capacidade de domínio sobre o espaço e pelo capital que se possui. Segundo Paviani (2007):

Nas demais localidades, outrora denominadas “cidades-satélites”, a perspectiva é menos promissora, pois, apesar de terem se constituído a partir de projetos urbanísticos, longe estão de incorporar o “planejamento urbano” do Plano Piloto; tanto que pesquisas entre seus moradores revelaram de maneira clara um sentimento de segregação. Sentem-se excluídos da cidade de Brasília por apresentarem carências múltiplas em termos de qualidade de vida: possibilidades de emprego nas localidades de residência, infraestruturas como esgotamento pluvial, asfalto e iluminação pública, equipamento de lazer, hospitais e escolas locais com recursos humanos e tecnológicos, segurança pública para o combate à violência constante e ao tráfico de drogas, transporte público eficiente, etc. Cada vez mais são freqüentes e ocupam maior espaço na mídia os homicídios, latrocínios, assaltos à mão-armada, seqüestros-relâmpago e violências de todo o tipo em todos os quadrantes do DF. Pela questão da falta de segurança e locais de trabalho, a percepção de exclusão é observada até mesmo nas cidades-satélites dotadas de melhorias públicas como ruas asfaltadas e de transporte por metrô (PAVIANI, 2007, p. 23).

De acordo com Bourdieu (1999, p. 164), se é permitido “manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis”, logo:

os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar (BOURDIEU, 1999, p. 164).

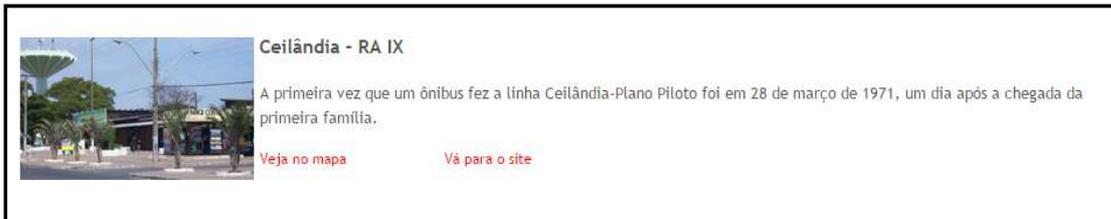
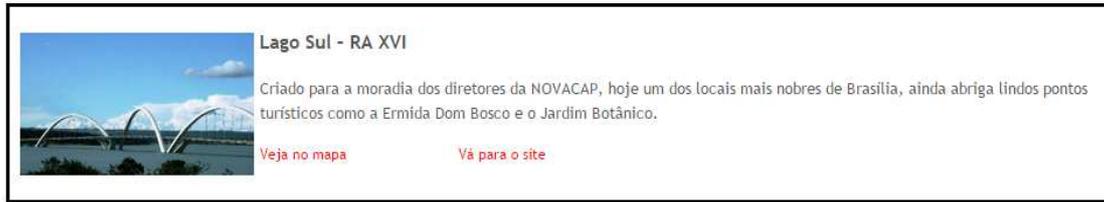
A percepção acerca do fenômeno observado tanto no Distrito Federal quanto no Rio de Janeiro não deve ser analisada através de comparações entre suas regiões administrativas e favelas, respectivamente, mas, sim, através da totalidade que esses espaços exprimem, pois “é a totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2006, p. 115). Logo, tanto a imagem da violência quanto a segregação socioespacial nessas áreas fazem parte de uma lógica mundial.

Imagens bem distintas são feitas no Distrito Federal por meio das regiões administrativas de Brasília e de Ceilândia. Isso também pode ser observado na cidade do Rio de Janeiro entre os bairros do Leblon e de Santa Cruz.

A percepção da totalidade dos espaços cariocas e brasilienses exprime uma desigualdade de infraestrutura dos territórios e não somente a imagem midiática expressa na relação segurança/insegurança.

As imagens produzidas acerca dos territórios são representadas, por exemplo, no sítio eletrônico do Governo do Distrito Federal, no qual o Lago Sul é caracterizado como “criado para a moradia dos diretores da NOVACAP, hoje um dos locais mais nobres de Brasília, ainda abriga lindos pontos turísticos como a Ermida Dom Bosco e o Jardim Botânico”, enquanto Ceilândia é assim descrita: “a primeira vez que um ônibus fez a linha Ceilândia-Plano Piloto foi em 28 de março de 1971, um dia após a chegada da primeira família”.

Figura 1 – Imagem produzida sobre diferentes territórios.



Fonte: <http://www.df.gov.br/sobre-o-governo/administracoes-regionais.html>. Acesso: 18/05/2015.

A distinção tanto imagética quanto espacial e cultural desses territórios é real, pois enquanto os moradores dos Lagos Sul e Norte pretendem manter afastados os indesejáveis, opondo-se, por exemplo, à construção de metrô em suas regiões, a população de Ceilândia se coloca a favor do metrô, pois necessita de meios para se deslocar até bens mais raros, como postos de trabalho, museus, áreas de lazer, etc.

A realidade marcada pela oposição entre a região administrativa do Lago Sul e a de Ceilândia pode ser explicada pela afirmação de que:

O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes: ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão (BOURDIEU, 1999, p. 166).

Assim, a construção do território intencionalmente de risco por esta pesquisa visa primordialmente apontar para um mundo mais igualitário, visando minimizar esse ciclo de estigmatização de certos bairros. Logo, este termo acaba contribuindo tanto as ciências humanas como também para as exatas.

“Rajada de fuzil em cima do caveirão,  
Bom dia a favela acaba na contenção  
Hoje não tem baile funk  
Hoje não tem diversão  
Só vejo os traçantes em cima dos  
alemão”

“O vício paga a munição  
da minha AK ,  
O governo prega a paz na  
minha televisão  
Discurso dos comédia do  
mais alto escalão  
A favela é a senzala  
da nova geração  
O asfalto paga o preço  
desses vacilão  
O bonde joga uma granada só  
pra dispersar  
O bope manda uma rajada pra  
me intimidar  
A mídia filma só de longe  
pra me divulgar  
A toca ninja esconde a face  
de quem tá...”

Mag e Suzy, “Repórter do Morro”, 2010.



Foto 6 – Favela da Serrinha, Madureira.  
Autoria: Eduardo Naddar/Agência O Dia,  
2010.

## 2.2 Do Estado-Polícia para o Estado-Cidadão: A violência jurídico-legislativa e policial nos espaços de população pobre, negra e parda

A violência praticada pelo Estado precisa de reflexão, pois o Estado, que deveria proteger seus cidadãos, muitas vezes acaba por ser o próprio agente e produtor da violência:

A vida e a segurança dos cidadãos são hoje, mais do que nunca, colocadas em perigo não apenas pela violência e pelos poderes selvagens dos particulares e, em nenhum caso por simples desvios ou ilegalidade de singulares poderes públicos, mas também, e em medida bem mais vistosa e dramática, dos Estados mesmo enquanto tais: guerra, armamentos, perigos de conflitos militares e, internamente, torturas, massacres, desaparecimentos de pessoas representam já ameaças incomparavelmente mais graves à vida humana. Se é verdade, como se diz, que a história das penas é mais infame para a humanidade que a história dos delitos, uma e outra juntas não se igualam, por ferocidade e dimensões, a delinquência dos Estados (...). Em suma sucedeu, para retomar a imagem de Hobbes, que 'este homem artificial que é o Estado', nascido para domar e frear aqueles 'homens lobos', que são os *homens naturais*, frequentemente se transformou em um *lobo artificial*. E os lobos artificiais se revelam tanto mais selvagens, incontroláveis e perigosos que os homens naturais que os criaram para afiançar sua tutela (FERRAJOLI, 2010, p. 861).

A violência dirigida às populações negras, pardas e pobres pode ser observada nas operações policiais às favelas do Rio de Janeiro que são geralmente denominadas como "guerra". Dessa forma, a população segregada acaba sendo tratada desproporcionalmente como um inimigo de guerra. Souza afirma sobre a segregação e violência que:

"As metáforas bélicas também passaram a ser ainda mais abundantemente empregadas. "A Guerra do Rio" é uma expressão consolidada há anos no jornal O Globo, e em vários outros grandes jornais como Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo. "Guerra", "batalha", "soldados do tráfico" e outras expressões corriqueiras, passaram a conviver com outras, mais desabridas, entre as quais destaca o "Dia D". Ironia das ironias: o complexo de favelas que, a partir do "Dia D", se buscava "reconquistar", se chama, precisamente, Complexo do Alemão. À diferença da Normandia ocupada pelas tropas do Terceiro Reich, contudo, os "inimigos", agora, são pessoas nascidas no mesmo país que os "libertadores" – "libertação", aliás, tem sido outra expressão muito empregada –; na sua esmagadora maioria, esses "inimigos" são jovens negros e mulatos, muitas vezes franzinos, armados com enormes fuzis, mas calçados com chinelos de borracha. A juventude pobre dos espaços segregados é, em última análise, o grande "inimigo" a se temer, real ou potencialmente, no imaginário das elites e da classe média" (SOUZA, 2012, p. 118).

A violência policial em espaços de população pobre, negra e parda é algo histórico. Desde os quilombos e casas de zungu até favelas e bailes *funk*, os grupos que constituem essa parcela da população são tratados de forma truculenta pelo aparato policial. A ideia subjacente a essas ações policiais é reforçar estereótipos que por fomentam o racismo e a discriminação social.

Quando algumas pessoas têm dinheiro, poder e prestígio e outras não, os que têm normalmente desenvolvem atitudes que justificam que a realidade seja como é. Um exemplo extremo eram os “donos” de escravos que os viam como naturalmente preguiçosos, ignorantes e irresponsáveis – portadores dos verdadeiros traços que “justificaram” escravizá-los. Em geral, as mulheres são vistas como inseguras, mas sensíveis, e portanto adequadas para as tarefas de cuidar que tradicionalmente desempenham (Hoffman e Hurst, 1990). Resumindo, os estereótipos racionalizam as desigualdades (MYERS, 2015, p. 526).

Perpetuar a ideia de que a pobreza ou a cor da pele influenciam na violência viabiliza a continuidade do preconceito a esses grupos, tendo em vista que:

A discriminação também aumenta o preconceito e estimula os estereótipos em consequência das reações que provoca em suas vítimas. Em seu clássico livro de 1954, *The Nature of Prejudice*, Gordon Allport observou que ser vítima de discriminação pode produzir autoacusação ou raiva. As duas reações podem criar novas bases para o preconceito através da clássica dinâmica de culpar a vítima. Se as circunstâncias da vida na pobreza propiciam uma taxa de criminalidade maior, alguém pode então usar a taxa de criminalidade maior para justificar a continuidade da discriminação contra os que vivem na pobreza (MYERS, 2015, p. 526).

O espaço onde os pobres e negros se reúnem e realizam atividades de gastronomia, música, religião e cultura, infelizmente, são oprimidos tanto pelas instituições de segurança quanto pelo sistema legislativo e jurídico do país, pois a atividade policial atua de forma violenta na desestruturação desses grupos, com respaldo dos tribunais e das lacunas da lei brasileira.

O impacto dessa atividade policial reverbera não somente na morte da população, mas também na tentativa de extermínio das diversas culturas marginalizadas.

No século XIX, no Rio de Janeiro certos espaços eram duramente atacados no contexto urbano. A casa de zungu, por reunir negros escravos e libertos, é um exemplo. O zungu era visto como um problema de segurança pública (FARIAS, 2006, p. 83).

Os quilombos, verdadeiras cidades negras organizadas, também eram estruturalmente investigados e dizimados pelo poder público. Tanto as casas de zungu quanto os quilombos eram locais onde se disseminava e se reproduzia a cultura africana. Eram um dos poucos domínios nos quais ainda havia a produção e reprodução da prática afro-cultural em larga escala.

Na escala da segregação social e do ordenamento territorial, a lei brasileira e o controle policial no século XIX mantinham restrita a circulação dessa população pobre, escrava ou liberta, como se tais pessoas estivessem “sempre diante da 'suspeição generalizada' de ter cometido algum crime ou ser escravo fugido” (FARIAS, 2006, p. 74).

Era comum a necessidade de apresentar a carta de alforria ou algum documento que justificasse a circulação na cidade durante as revistas policiais. Dessa forma, havia dois instrumentos à disposição da classe senhorial para subordinar os cativos urbanos: “o chicote e a prisão”. Essas duas ameaças estavam “sempre presentes na vida de qualquer escravo urbano, sendo que todo esse aparato tinha por finalidade garantir a segurança das elites e a manutenção da ordem” (FARIAS, 2006, p. 74).

Atualmente, os bailes *funk* têm sofrido ataques estatais. Após a entrada de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) nas favelas, vários bailes têm sido proibidos pelos comandantes policiais. Cabe ressaltar que, assim como o samba ou o candomblé, o *funk* carioca é também uma expressão cultural de raiz negra e excluída. A cultura afro-brasileira tem sofrido continuamente essa perseguição jurídico-legislativa, policial e institucional.

No Distrito Federal, os moradores de regiões marginalizadas sofrem abuso policial tanto nessas regiões quanto nas áreas mais centrais da cidade. O direito do

cidadão parece mudar nos olhos da polícia, variando de acordo com a cor da pele e o endereço.

Sobre a violência jurídico-legislativa, Fernandes (2012, p. 260) afirma que ao réu é dado o direito à defesa técnica indeclinável (“a defesa deve estar assegurada desde a fase policial”) e o direito à defesa efetiva (“a defesa deve ser efetiva, não sendo suficiente a aparência de defesa”). No entanto, os juízes raramente se manifestam contra procedimentos jurídicos e policiais que contenham erros e irregularidades no trato dos direitos do réu marginalizado, seja durante o inquérito policial ou durante o processo penal.

Dessa forma, é necessário que o próprio advogado do réu se coloque efetivamente contra a violação ao direito do seu cliente. Assim, o réu tem que ter acesso a um advogado que seja muito atuante. Nesse ponto, contudo, eis a questão: será que advogado de um réu pobre assegurará plenamente os direitos de seu cliente?

A violência contra a população pobre, negra ou parda é permitida pelos juízes e pela lei (pois a lei não prevê mecanismos para a punição efetiva no caso do desrespeito aos direitos do réu), permitindo assim que absurdos sejam cometidos nas ações policiais e dentro das delegacias.

Esses diferentes recortes históricos trazem a mesma questão: a reiterada perseguição jurídico-legislativa e policial contra os negros e pobres. Perseguição essa não somente refletida no índice de mortes de negros, mas também na perseguição da cultura afro-brasileira.

Ainda, no tocante ao tratamento desrespeitoso e violador de direitos do Estado para com pobres, negros e pardos, ou seja, no caso observado nas periferias brasileiras, a polícia tem uma grande participação. Essa população é tratada como se não fosse possuidora de garantias legais. Dessa forma, suas casas são invadidas violentamente, de modo que “um mandado de busca e apreensão passa a ser um obstáculo ostensivo ou simples ninharia” (BRITO, 2013, p. 86).

A população pobre, negra e parda é atingida por disparos de policiais como se todas as ocorrências relacionadas a essa população fossem de auto de resistência. Essas ações, ainda, sofrem do agravo de que são realizadas pelos policiais como se fossem legítimas, pois, na luta “contra a pobreza e a negritude”, vale tudo para prender “os maus”.

De acordo com Brito (2013, p. 87): “a favela é tratada como o lócus do mal, e o favelado é identificado como um inimigo potencial, iminente ou mesmo posto”. A lógica maniqueísta parece ser um argumento usado desde o século XIX para este tratamento penal da população pobre, parda e negra. A partir dessa construção, que divide os cidadãos de bem (ou de bens) e ou maus, o Estado, por meio de seus juízes e agentes, legitima a violência e os homicídios cometidos pelos policiais para com essa população com a justificativa de que foram mortes necessárias ou de que a violência utilizada é um mal necessário. Sobre tal desumanização:

Os abusos tornam-se comuns especialmente quando estão presentes as condições de facilitação que identificamos anteriormente – um sentimento de emergência, a desumanização dos inimigos, a culpabilização das vítimas, as operações secretas sem supervisão ou vigilância externa, o anonimato do perpetrador e o descomprometimento moral generalizado. As ditaduras adotam essas condições mais explicitamente que as democracias, já que não precisam ter tanta preocupação com a oposição dos cidadãos. As democracias têm de ser mais controladas e secretas em seu trabalho de violência, a fim de não despertar a ira dos partidos políticos de oposição ou de grupos zelosos de cidadãos. As democracias devem desejar ardentemente que os cidadãos não acreditem que a tortura ocorra, que a mídia não revele a tortura, que a polícia não investigue alegações de sua existência, que os advogados e os tribunais não façam acusações a torturadores, mas aceitem as provas provindas de sua prática na obtenção de confissões. Já se disse que a falta praticamente universal de responsabilização pela tortura faz dela o “crime perfeito” na maioria das sociedades (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS & ZIMBARDO, 2006, p. 477).

No entanto, permanece fora de discussão o fato de que esses cidadãos de territórios marginalizados devem ser tratados de maneira que sejam respeitados seus direitos e sua cidadania.

Ao se colocar no debate o tratamento dado a esses espaços apenas como questão de segurança pública, obscurecem-se as questões de saúde, educação e

lazer. Trata-se de uma opção política em que as instituições escolhem observar a periferia pela ótica da “questão de segurança”, ao invés de olhar na perspectiva da falta de equipamentos de infraestrutura de saúde, educação e lazer.

A violência policial nesses territórios é uma consequência dessa opção governamental de olhar a exclusão social como “questão de polícia”. No entanto, é necessário desconstruir essa ótica criminal que tenta esconder, por um lado, os abusos dos direitos humanos e, por outro lado, a desigualdade social e de infraestrutura.

Sobre a violência vivenciada de maneira desigual entre setores mais abastados e setores mais pobres, Huggins, Haritos-Fatouros & Zimbardo (2006) asseveram:

Os relatórios anuais da Anistia Internacional e das Nações Unidas tornam evidente a disseminação por todo o mundo da tortura e de outras formas de tratamento desumano e aviltante de cidadãos por forças de segurança vinculadas ao Estado. Recente noticiário distribuído pelo secretariado internacional da Anistia Internacional (2001b) resumiu seu levantamento mundial sobre tortura: mais de 150 países foram identificados como praticantes de tortura ou maus-tratos por agentes do Estado, sendo que em mais de setenta deles a tortura é amplamente difundida. Mais ainda, “a maioria das vítimas de tortura por agentes do Estado são suspeitos de crimes oriundos dos setores mais pobres e marginalizados da sociedade. A maioria de seus torturadores são oficiais da polícia (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS & ZIMBARDO, 2006, p. 476).

Uma opção política positiva para essa situação poderia ser a de ver esses territórios não como “locus do mal”, mas, sim, como “locus da exclusão”. Desse modo, as instituições poderiam optar por investir nessas regiões, a fim de melhorar a infraestrutura e diminuir a desigualdade social. Afinal, será a desigualdade social uma questão de polícia? Ou será uma questão de fome, saúde, escola, hospital, emprego e profunda desigualdade de renda?

“As grades do condomínio são pra trazer proteção

Mas também trazem a dúvida se é você que está nessa prisão”

O Rappa, “Minha alma (a paz que eu não quero)”, 1999.

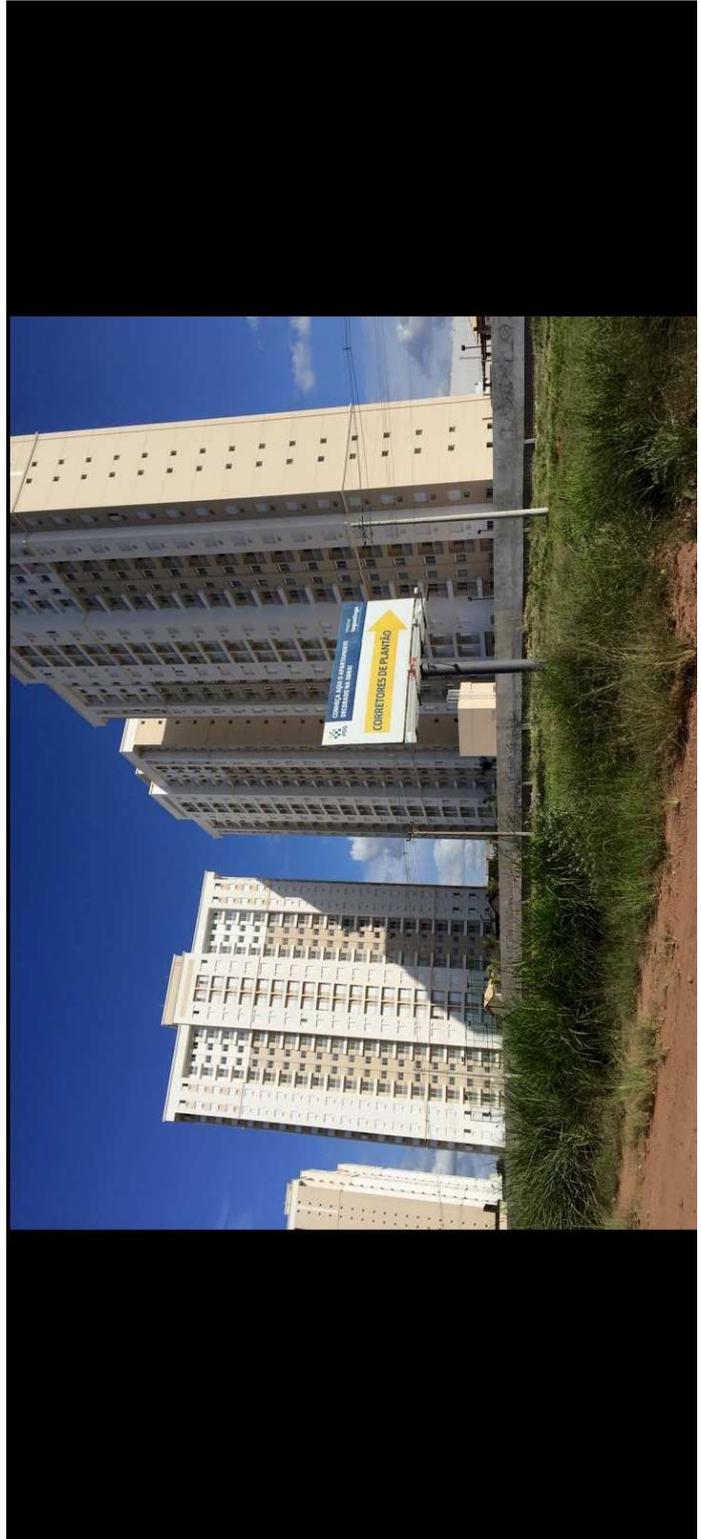


Foto 7 – Condomínio recém-lançado em Taguatinga (Distrito Federal, 09/05/2015).

### 2.3 Breve reflexão acerca da imagem da violência e da indústria do medo

A questão psíquica de qualificação de determinados espaços traz à tona a questão de que o imaginário tem o papel de mascarar a predominância das pressões, a fraca capacidade de apropriação, a acuidade dos conflitos e os problemas “reais” (LEFEBVRE, 1991, p. 99). Assim, ao invés de se buscar mecanismos que promovam a melhoria da infraestrutura, a distribuição de renda, a qualificação educacional, apenas é levantada a questão da segurança pública como prioritária e urgente.

Dessa forma, certos setores, como a indústria imobiliária, de segurança e midiática, exploram o medo e a insegurança, espetacularizando a criminalidade. Acerca da questão da imagem da violência, Bourdieu (1999) assevera:

Falar hoje de “subúrbio com problemas” ou de “gueto” é evocar, quase automaticamente, “não realidades”, aliás muito amplamente desconhecidas daqueles que falam disso de muito bom grado, mas fantasmas, alimentados de experiências emocionais suscitadas por palavras ou imagens mais ou menos não controladas, como aquelas que a imprensa sensacionalista e a propaganda ou o boato político veiculam (BOURDIEU, 1999, p. 159).

A segregação funciona de duas formas diferentes, a segregação imposta e a autosegregação, segundo Souza & Caetano:

“A título de diferenciar as práticas de segregação que derivam da escolha voluntária de certos grupos sociais daquelas referentes à população marginalizada socialmente e carente de opções de moradia, Corrêa (2003, p. 64) esclarece, então, que “em realidade pode-se falar em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda dos grupos sociais cujas opções de morar são pequenas ou nulas” (SOUZA & CAETANO, 2014, p. 72).

Sobre a autosegregação de grupos que se isolam em condomínios fechados pressionados pelo medo, Caldeira afirma que:

“Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão

muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’, Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘ marginalizados’ e os sem-teto” (CALDEIRA, 2000, p. 211).

A indústria do medo acaba fomentando a criação de verdadeiras fortalezas bélicas urbanas através da sua propaganda que vende serviços como: câmeras de vigilância, armas, seguranças privados, serviços de blindagem de carros, cercas elétricas, construção de presídios, scanners de raio-x, empresas de segurança cibernética etc. Maiolino afirma que:

“A solidão e o medo do outro passam a preponderar de tal forma nesse contexto que determinam desde comportamentos (incluindo-se aí a vigilância e os hábitos de consumo que sustentam a chamada indústria do medo) até arquiteturas, como nos esclarece o autor: Os lares de muitas áreas urbanas do mundo agora existem para proteger seus habitantes, não para integrar as pessoas a suas comunidades (Gumpert & Drucker *apud* Bauman, 2004, p. 119). A cultura do medo promove, portanto, o agravamento da já existente dissolução dos laços afetivos e sociais, reforçando assim a velha representação do mundo como uma selva, onde cada um tem de lutar como pode para sobreviver (Costa, 1986, p. 119). Nesse ambiente hostil, a tendência do indivíduo é voltar-se cada vez mais para si mesmo, buscando, em uma defesa de cunho narcísico, sua autopreservação e fortalecimento psíquico” (CANIATO & NASCIMENTO, 2007).

A indústria do medo acaba criando uma dissociação entre realidade e fantasia. A fantasia cria uma paranoia onde o pobre é visto como potencial inimigo, algo completamente fora da realidade. Assevera Arantes:

“No âmbito doméstico, o medo faz de todo pobre o potencial inimigo e confina os ricos (ou os que gostariam de sê-lo) em um mundo exclusivo de condomínios fortificados, carros blindados, câmeras de televisão, rastreamentos por GPS e escoltas particulares. O traficante é o nosso terrorista e qualquer pivete parado no semáforo pode ser uma ponta do crime organizado. Seria interesse identificar quem se

beneficia, direta ou indiretamente, com a paranóia e contabilizar os lucros da proveitosa indústria do medo” (ARANTES, 2007).

Dessa forma, setores utilizam “não realidades” ou até mesmo “realidades” para vender e disponibilizar serviços que garantem a segurança, como: condomínios fechados, sistemas de segurança, carros blindados, truculência policial etc. Logo, é criada uma imagem falsa de determinados espaços (Ceilândia no Distrito Federal, Santa Cruz e Madureira no Rio de Janeiro), os quais são retratados pela mídia e imaginados pelos moradores das áreas mais valorizadas como um espaço de violência e insegurança.

Ainda sobre a violência nas cidades, é necessário ressaltar que os índices de criminalidade não são números desprovidos de intenção, eles são ao mesmo tempo: estratégias políticas tanto para conseguir votos quanto para os governantes se manterem no poder; estratégias de vendas para empresas relacionadas às câmeras de segurança e vigilância; estratégias imobiliárias, nas quais se vende um habitat livre de perigo ou se precariza determinado espaço para valorizar outro; estratégias midiáticas, nas quais se espetaculariza a violência; dentre outras estratégias.

A questão do medo é manipulada e utilizada por esses entes (governos, empresas de segurança e imobiliárias) para estimular suas ambições. Sobre o medo, Bauman (2008) afirma que, apesar de a nossa sociedade ter chegado ao ponto de evitar ou derrotar grande parte das ameaças à segurança humana:

É nossa ‘obsessão com segurança’, assim como nossa intolerância a qualquer brecha – ainda que mínima – no seu fornecimento, que se torna a fonte mais prolífica, auto-renovável e provavelmente inexaurível de nossa ansiedade e de nosso medo (BAUMAN, 2008, p. 169).

Desse modo, cria-se uma indústria do medo, que usa esse sentimento humano, num determinado momento, para se favorecer. De acordo com o interessante da indústria do medo, uma cidade pode passar a ser divulgada como próspera e segura ou como violenta e degradada. Assim, tanto no Distrito Federal quanto no Rio de Janeiro não é apenas a segregação sócio-espacial das relações

sociais de produção que existe, há também uma segregação criada através do imaginário.

A indústria que lucra manipulando o medo, contudo, só é concreta e rentável porque a sociedade, em geral, tem sentido insegurança. Assim, a estratégia relacionada à indústria da segurança privada traz à tona a questão de que atualmente se vive numa sociedade de risco. A esse respeito, Beck (2010) argumenta:

Em contrapartida ao ideal da igualdade, na sociedade de risco o contraprojeto normativo, que lhe serve de base e de impulso, é a segurança. O lugar do sistema axiológico da sociedade “desigual” é ocupado assim pelo sistema axiológico da sociedade ‘insegura’. Enquanto a utopia da igualdade contém uma abundância de metas contudístico-positivas de alteração social, a utopia da segurança continua sendo peculiarmente negativa e defensiva: nesse caso, já não se trata de alcançar efetivamente algo ‘bom’, mas tão somente de evitar o pior. O sonho da sociedade de classes é: todos querem e devem compartilhar do bolo. A meta da sociedade de risco é: todos devem ser poupados do veneno (BECK, 2010, p. 59).

Logo, é imperioso analisar não somente a criminalidade ou a segurança em si, mas observar também o contexto envolvido, como a infraestrutura e a desigualdade social.

A violência policial, a segregação sócio-espacial, os índices de criminalidade e a imagem da violência são aparelhos essenciais para a manutenção da indústria do medo.

É necessário ponderar que olhar os territórios marginalizados pelo viés desses conceitos gera uma sensação de insegurança que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento dos setores ligados à indústria do medo. Alguns desses setores são: indústria armamentista, serviços de segurança pública e privada, empresas de câmeras de vigilância, setores imobiliários, programas televisivos que espetacularizam a violência e partidos políticos.

Assim, é necessário refletir sobre como combater, de fato, a violência, evitando o erro do discurso da indústria do medo, que não pretende resolver a questão em si, mas, sim, pretende lucrar monetária ou politicamente.

Assim, o conceito do território intencionalmente de risco foi criado por esta pesquisa com a finalidade de chamar atenção para a desigualdade na distribuição dos equipamentos de infraestrutura que geram riscos reais à vida humana. Este termo visa contribuir com os diferentes ramos do conhecimento que visam manter as pessoas vivas.

## CAPÍTULO 3

“Enquanto uma escola é  
construída num lugar

Já se tem dez prisões a  
mais pra inaugurar

Política opressora,  
exclusão social”

Dexter, “Salve-se quem puder”, 2006.



Foto 8 – Área sem limpeza regular próxima a uma escola pública em Santa Cruz (Favela de Antares, Santa Cruz, Rio de Janeiro, 09/05/2015).

## **CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO INTENCIONALMENTE DE RISCO NO RIO DE JANEIRO E NO DISTRITO FEDERAL**

### **3.1 Breve perspectiva histórica, econômica e política da cidade do Rio de Janeiro e do Distrito Federal: seus desdobramentos em segurança pública**

Historicamente, pode ser observada a pouca escolha da população mais pobre do Rio de Janeiro e do Distrito Federal na decisão sobre onde irão se localizar. Tal processo pode ser observado pelo conceito de segregação de Marcuse, onde:

“Segregação (segregation) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto” (MARCUSE, 2004 p. 24).

O território da cidade do Rio de Janeiro foi descoberto em 1502, e a cidade foi fundada em 1565. Em 1808, com a transferência da família real portuguesa, um número expressivo de equipamentos urbanos foi instalado na cidade, a exemplo do Jardim Botânico, da Biblioteca Nacional e da Quinta da Boa Vista.

No contexto urbano, até meados do século XIX, o centro do Rio de Janeiro era repleto de cortiços que abrigavam um número exorbitante de famílias pobres. No entanto, essa realidade foi transformada através das obras do “bota-abaixo” de Pereira Passos, que demoliram vários cortiços:

Segundo Fernandes, o “rpto ideológico da categoria subúrbio” ocorreu a partir da Reforma Passos. Este conjunto de reformas se constituiu no marco da transformação do Rio de Janeiro em uma cidade caracteristicamente capitalista. Naquele momento, não apenas modernizou-se o centro da cidade e seu porto, mas também, como decorrência, foram expulsas as camadas de menor *status* para os bairros ao norte da cidade, os “subúrbios”, e para as favelas, enquanto, por outro lado, empreendeu-se também a urbanização e a modernização do setor sul da cidade, valorizando-o para ser ocupado pelas camadas de maior *status* social (ABREU, 1987). Assim, a ocupação e o desenvolvimento do bairro de Copacabana

viriam completar a feição deste Rio de Janeiro moderno, que seria o símbolo da República recém implantada e das suas classes dominantes. Copacabana e, por mimetismo, a “zona sul” seriam a representação do espaço social das novas elites. Entre aquelas representações que passaram a compor o mapa social da cidade foi “inventada” a “zona sul”, depois de haver sido “inventado” o “subúrbio” e em sua oposição (CARDOSO, 2010, p. 84).

Assim, os mais pobres começaram a ocupar os morros, como uma saída para ainda continuarem a residir próximo às regiões centrais, ou as áreas mais afastadas da cidade, que não possuíam infraestrutura adequada.

Apesar das reformas urbanas posteriores, a exemplo do caso da região do central da cidade, as ruas mais antigas não possuem um padrão cartesiano e reto (ou “ordenado”). Uma “amostra espacial” disso é a Rua do Riachuelo – antigamente denominada Rua de Matacavalos e citada na obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. No entanto, esse “caos criativo” (que resiste a reformas urbanas) gerou um ambiente propício para o nascimento de movimentos culturais, como o samba ou o *funk* carioca, dentro de cortiços e favelas.

Economicamente, até a Independência do Brasil, a agricultura fluminense vivia uma fase importante por meio da produção de cana-de-açúcar na região de Campos dos Goytacazes e do cultivo do café no Vale do Paraíba, porém a decadência veio durante a República Velha, período em que os cultivos agrícolas nos estados de São Paulo e Minas Gerais se tornaram polos nesse setor. A movimentação monetária na cidade do Rio de Janeiro, contudo, se manteve aquecida pelo tráfico de escravos e pela atividade comercial.

Na esfera política, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de grandes acontecimentos políticos. A cidade foi capital de Portugal durante a presença da família real portuguesa no Brasil, foi palco de importantes movimentos sociais, como a Revolta da Vacina e a da Chibata, e, ainda, foi nela em que se criou a primeira favela, no Morro da Providência.

A cidade do Rio de Janeiro sempre exerceu forte influência em todo o Brasil. No entanto, seu poder político decaiu quando a cidade deixou de ser o centro político do país, em 1960, com a transferência da capital federal para Brasília.

Após a perda da dianteira econômica para São Paulo e da centralidade política para Brasília, o Rio de Janeiro necessitou se refuncionalizar e, assim, optou pelo turismo e pela atração de grandes eventos para aquecer sua economia.

Dessa forma, várias obras e projetos têm sido realizados para criar um ambiente voltado para o turismo, como o *Rio sem homofobia* (projeto estatal), a Transcarioca (Transporte rápido por ônibus entre Barra da Tijuca e Aeroporto Internacional na Ilha do Governador), as intervenções urbanísticas nas favelas, as obras no Maracanã, o projeto Porto Maravilha e as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora).

Atualmente, a maioria da população do Rio de Janeiro atua no setor terciário, diferentemente do Distrito Federal, em que os empregos públicos, principalmente na região administrativa de Brasília, são predominantes.

Os eixos políticos atuais no Rio de Janeiro são: turismo e atração de eventos (e.g. Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas, Carnaval, Rio+20); petróleo (e.g. Petrobrás, indústria naval, refinarias, gestão petroleira); e cultura (e.g. Rede Globo, cultura LGBT, samba, carnaval). A partir do investimento em infraestrutura nesses eixos, a indústria imobiliária também é privilegiada com os gastos públicos. No entanto, bairros da Zona Oeste, como Santa Cruz, não recebem investimentos como outros bairros da cidade:

Os benefícios públicos deveriam, assim, ser alocados privilegiadamente nos locais onde o retorno do capital investido estivesse garantido via impostos e tarifas, justificando a concentração dos recursos nas áreas valorizadas já servidas de infraestrutura e equipamentos urbanos. Foi o que Vetter (1975) chamou de distribuição espacial desigual da 'renda real', ou seja, distribuição da acessibilidade a oportunidades de trabalho, a serviços públicos e privados e à infraestrutura física, e distribuição dos custos sociais. Para o autor, a distribuição da 'renda real' do Rio de Janeiro era ainda mais desigual do que a distribuição da renda monetária. Os dados sobre a distribuição dos investimentos em água e esgoto no

período 1975-77 mostram que cerca de 60% deles foram alocados na área correspondente às Zonas Sul, Norte e Centro – incluindo a Barra da Tijuca -, que em 1970 já apresentava 83% dos domicílios ligados à rede de água e 77%, à rede de esgoto, enquanto na Zona Oeste da cidade esses percentuais não passavam de 78% e 14%, respectivamente (Vetter e Massena, 1982) (LAGO, 2000, p. 74).

No Rio de Janeiro, a segurança pública é dotada de um viés que busca proteger o turista e a elite carioca que circulam predominantemente nos bairros da Zona Sul. Por isso, a escolha do Leblon para a análise desta pesquisa.

A cidade do Rio de Janeiro por escolher o turismo como atividade econômica propiciou a criação de diversos projetos e o governo fez a opção política de colocar os equipamentos de infraestrutura resultantes desses projetos nas áreas mais nobres ou no entorno de áreas funcionais (autovias, aeroportos, estádios). Assim, a maior parte do território continua segregada socialmente:

O “fechamento” das áreas mais valorizadas, a concentração dos investimentos públicos no núcleo e a intensa produção de lotes populares na periferia intensificaram a dinâmica migratória no interior da metrópole do Rio de Janeiro, em curso desde os anos 50, consolidando um padrão de estruturação socioespacial profundamente desigual (LAGO, 2000, p. 77).

Os equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança já se encontravam concentrados em pontos nobres, mas, atualmente, com a Copa do Mundo de 2014 e a vinda das Olimpíadas de 2016, esse processo se intensificou.

Do ponto de vista criminal, dados da Secretaria de Segurança Pública revelam índices muito altos de criminalidade na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o Estado, com a tentativa de culpabilizar as populações mais pobres por esses índices, trouxe o discurso de que as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) poderiam diminuir esse quadro. Infelizmente, dessa forma, a favela, que já é vista como o lugar da desordem, violência, falta de cultura e caos, tem sua imagem ainda mais manchada com a criação desse imaginário.

A opção governamental pelo turismo criou assim equipamentos violentos de segurança pública nas favelas, como a gestão violenta através das UPPs, ao passo

que a cidadania, o acesso à saúde, à educação e ao lazer de qualidade não têm sido estimulados nesses territórios. Existe, ainda, a falta de participação da população desses territórios nos acontecimentos feitos pelas UPPs, isso produz um distanciamento ainda maior entre policiais e a comunidade.

A violência de muitos agentes da polícia que agem de forma truculenta e ditatorial nas favelas tem gerado medo ao invés de liberdade, pois a população, mesmo livre do tráfico, passa, na realidade, a viver em um novo tipo de cerceamento das liberdades individuais. Casos como a proibição de bailes *funk*, a dificuldade de se realizar eventos culturais e a constante revista nos moradores trazem a sensação de que a segurança pública não tem respeitado a cultura local.

Assim, apesar de o Rio de Janeiro possuir altos índices de criminalidade devido à falta de políticas públicas pelo Estado e devido ao Estado não ter a sua presença efetiva nas áreas ocupadas pelos mais pobres, é necessário que o poder público ouça a comunidade quando programar e implementar suas ações.

O território de uma favela não é pertencente ao tráfico de drogas nem ao Estado com sua polícia geralmente truculenta. O território é dos moradores, são eles que devem participar da gestão desse espaço, pois apenas dessa forma eles exercerão sua plena cidadania.

A opção pelo turismo no Rio de Janeiro não deve propiciar a gestão violenta das favelas pela UPPs, mas, sim, estimular a saúde, a educação e o lazer de qualidades. A Copa do Mundo e as Olimpíadas são eventos importantes para se gerar renda na cidade, no entanto, não pode esquecer-se dos verdadeiros moradores da cidade e de suas reais necessidades.

No caso do Distrito Federal, Brasília, inaugurada em 1960, foi criada para ser a capital do Brasil numa área praticamente isolada do resto do país:

A saga da organização socioespacial de Brasília inicia-se com a decisão do presidente Juscelino Kubitschek em incluir em seu “Plano de Metas” a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, ao tempo da campanha eleitoral dos anos 1950. Ao

ser eleito determina o início das obras: constrói-se o “Catetinho”, em 1956 e o primeiro núcleo de apoio – a “Cidade Livre”, posteriormente denominada Núcleo Bandeirante (PAVIANI, 2011, p. 3).

Após a construção da nova capital, a mão de obra menos qualificada (pedreiros e domésticas), que participou de sua construção, foi “expulsa” do Plano Piloto e realocada em regiões menos “nobres” – salvo exceções, como a Vila Planalto, localizada no Plano Piloto. Logo, a segregação sócio-espacial em Brasília se deu desde sua construção:

No processo de urbanização, Brasília acabou se transformando no conjunto atual de núcleos disseminados no território, ou uma constelação urbana induzida pelo que se considerou “planejamento urbano”. Nesse território polinucleado, não se percebe a mesma perspectiva futura para as cidades-satélites, por vezes denominadas abreviadamente “periferia”, em relação ao Plano Piloto e adjacências. As cidades-satélites, com menor status, foram recebendo população excedente, como descrito acima. Esse conjunto foi ocupado pelos assalariados: funcionários de baixo escalão dos governos federal e distrital, habitantes de favelas “erradicadas”, enfim, os desvalidos. No centro, esmero nas soluções urbanístico-arquitetônicas; nos núcleos esparsos, carências múltiplas, descompromisso e demora no atendimento de demandas básicas. Por isso, DF pode ser considerado um espaço da exclusão social, propício a todas as formas de segregação socioespacial e violência (PAVIANI, 2007, p. 17).

A descrição de Paviani (2007) reflete o caso de regiões administrativas como Taguatinga e Ceilândia, criadas para realocar os operários envolvidos na construção de Brasília que já moravam precariamente no Plano Piloto.

Dessa forma, tradicionalmente, formou-se um padrão de ocupação do solo onde os mais ricos residem em Brasília enquanto a população mais pobre vive nas denominadas “cidades-satélites”, nomenclatura que reforça que essas áreas estão localizadas à margem – não por acaso, o uso dessa nomenclatura foi proibido nos documentos oficiais e em outros documentos públicos do Governo do Distrito Federal por meio do Decreto nº 19040, de 1998.

Nesse caso, a divisão territorial do trabalho foi praticamente implantada pelo Estado, tendo em vista que operários, empregadas domésticas e pedreiros foram transferidos para regiões periféricas:

Projetada em 1958 para abrigar trabalhadores, Taguatinga foi o passo inicial para o polinucleamento realizado com as transferências de população das favelas e “grandes acampamentos de obras” para a periferia próxima e remota do Plano Piloto de Brasília. Na periferia próxima, vamos encontrar o pioneiro Núcleo Bandeirante e Candangolândia (esta originada de antigo acampamento de construtoras), a fixação da antiga favela do Paranoá, a ampliação do Cruzeiro (daí Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo). Na continuidade ao desafogo populacional do centro, surgem outros núcleos: Gama, Sobradinho, Guará, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião e ampliação das pré-existentes Planaltina e Brazlândia. A classe média e rica pode contar com os bairros do Lago Norte e Sul e, mais recentemente com o bairro Sudoeste, junto ao Plano Piloto. Ainda nessa fase de concentração, iniciam-se as escavações e obras do novo bairro, o Noroeste, destinado à classe média e alta, em razão do elevado custo do metro quadrado (entre R\$ 10 e 12 mil) (PAVIANI, 2011, p. 4).

A escolha de Brasília como capital federal e, portanto, como centro político, acabou por deixar a maioria da população, a partir da década de 1960, afastada do centro político, o que colocou uma barreira espacial no exercício do direito político do protesto, por exemplo.

Ademais, a região administrativa de Brasília foi totalmente projetada, pensada e idealizada para ser uma capital política. Assim, no Plano Piloto, é necessário pedir autorização para qualquer modificação arquitetônica nos edifícios. Esse esmero com o patrimônio arquitetônico não é sentido nas outras regiões administrativas do Distrito Federal.

A região administrativa de Brasília é tanto urbanisticamente quanto policialmente controlada de forma mais efetiva que as outras regiões do Distrito Federal. É, ainda, na região administrativa de Brasília em que há a maior presença de funcionários públicos. Em outras regiões administrativas, como Ceilândia e Taguatinga, tanto a segurança quanto a presença de uma população com maior renda não é observada:

Hoje, Brasília está longe daquilo que idealizaram os seus fundadores. Um colar de cidades-satélites espalha-se pelo quadrilátero, expondo carências, dramas e problemas, que as nossas autoridades empurram com a barriga. Aliás, muitas dessas cidades satélites foram criadas pelo poder público, uma ciranda populista e

irresponsável que potencializou a miséria, o atraso e o descalabro ambiental na capital brasileira. Em geral, as cidades-satélites são carentes de abastecimento d'água, de redes de esgoto, de escolas, hospitais, policiamento, e, dependendo da época do ano, suas ruas são lamaçais ou vulcões de poeira (AGUIAR, 2003, p. 402).

No Distrito Federal, a segurança pública possui tanto um viés de proteção da elite quanto um caráter político-estratégico de controle da região administrativa de Brasília, pois é nela que estão os monumentos arquitetônicos que sediam os três poderes nacionais (executivo, legislativo e judiciário): o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados) e o Supremo Tribunal Federal.

“A hora do encontro  
É também de despedida  
A plataforma dessa estação  
É a vida desse meu lugar”

Maria Rita, “Encontros e despedidas”,  
2003.

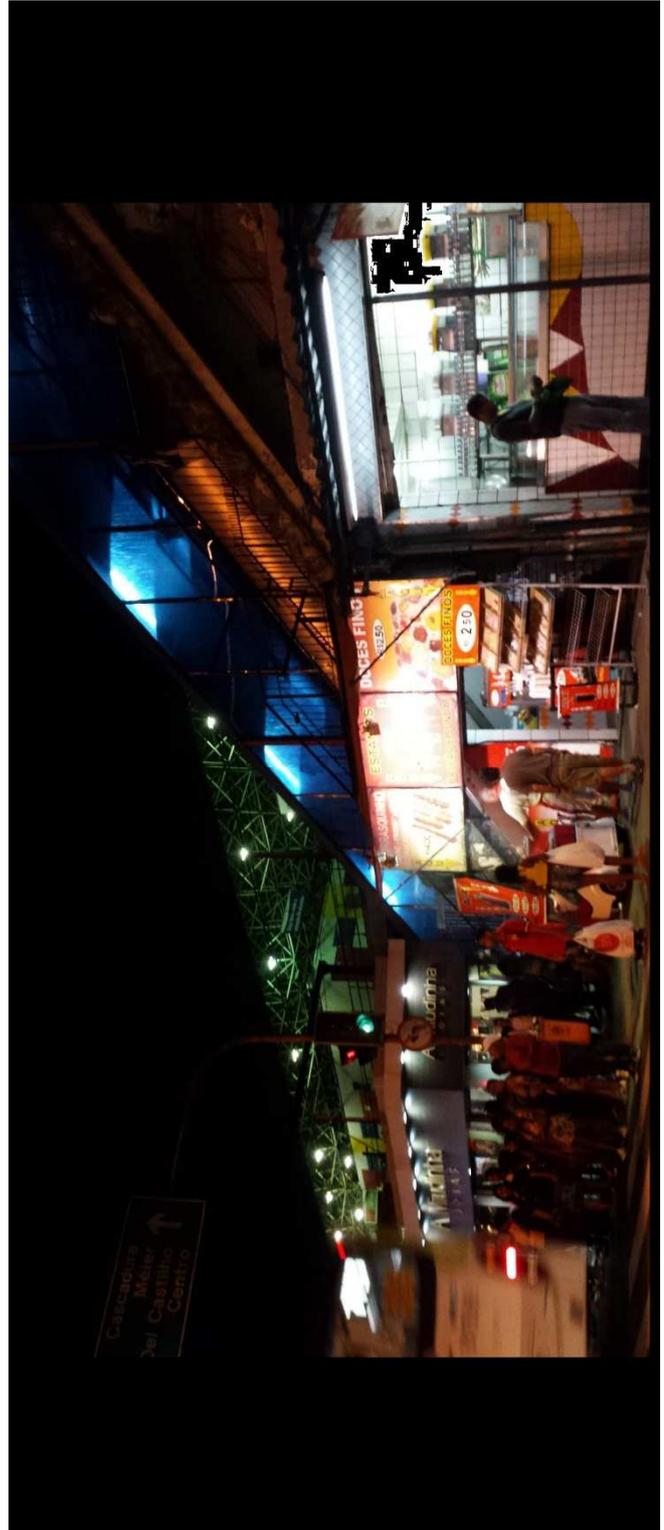
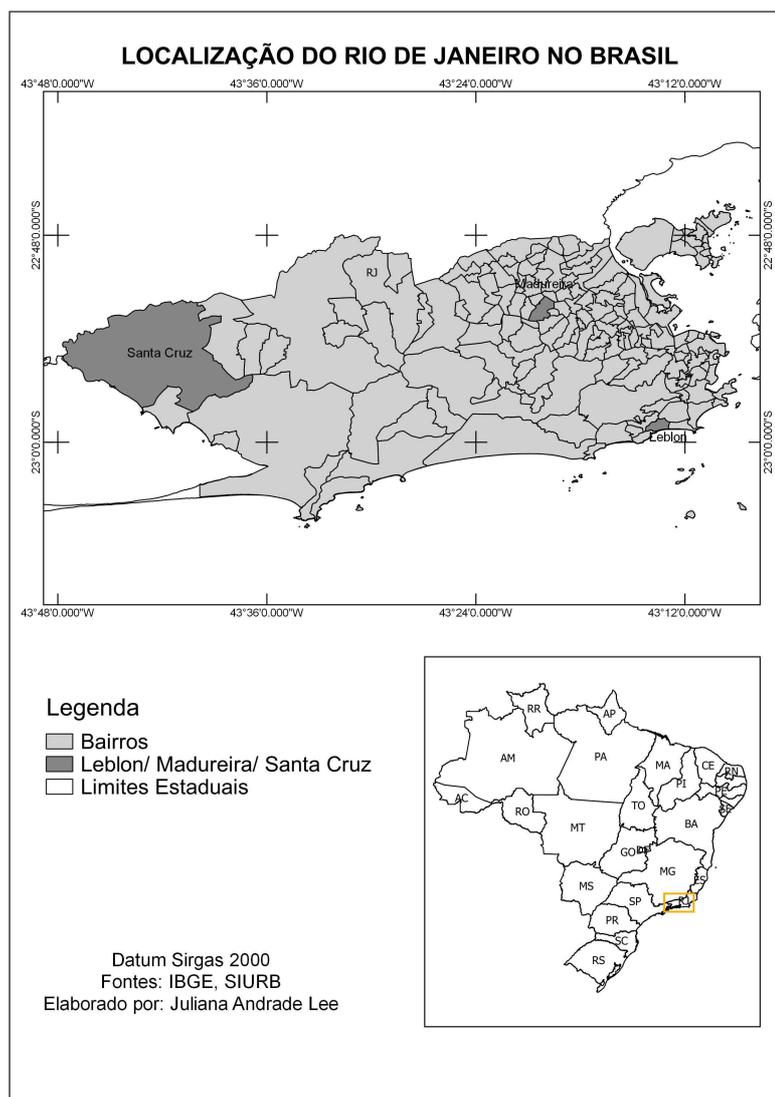


Foto 9 – Estação de trem de Madureira  
(Rio de Janeiro, 09/05/2015).

### 3.2 A pesquisa em si: análise de territórios do Rio de Janeiro e do Distrito Federal por índices de infraestrutura e de homicídios

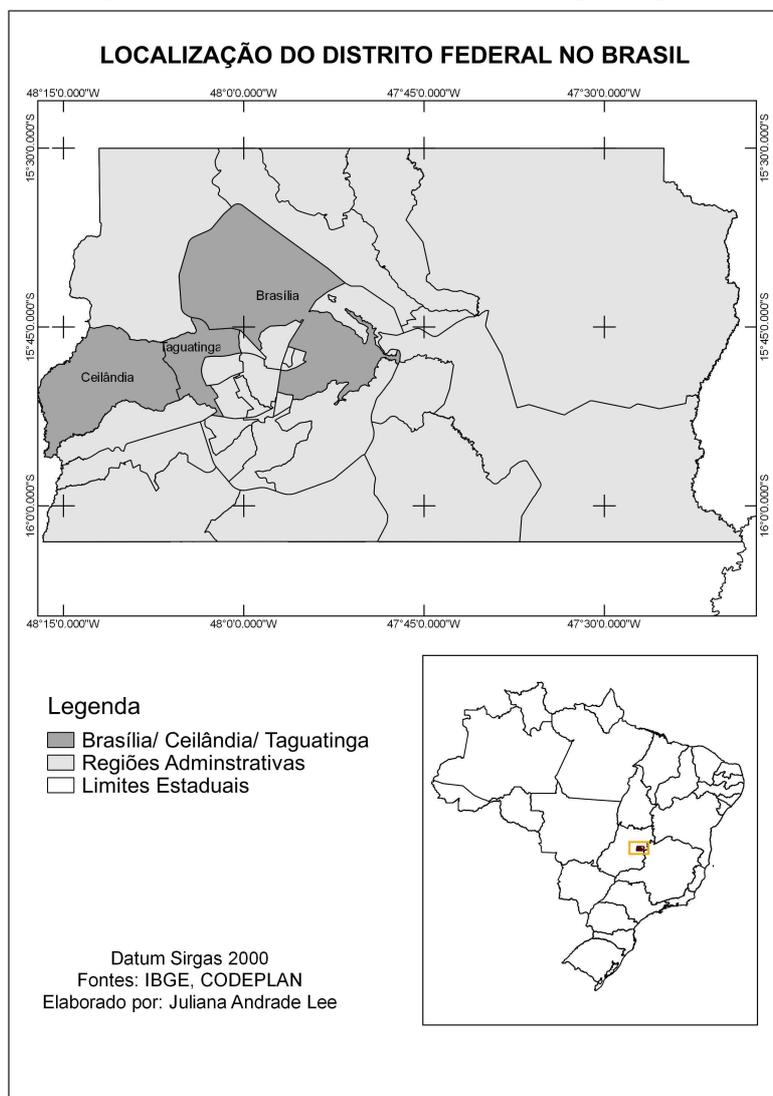
Na cidade do Rio de Janeiro, conforme já assinalado, os territórios analisados serão os bairros do Leblon, Madureira e Santa Cruz (ver MAPA 1). Desses bairros, o Leblon é o que possui população com IDH mais elevado, renda *per capita* mais alta e infraestrutura básica e de lazer alta. Santa Cruz possui população com IDH baixo, renda *per capita* baixa, infraestrutura básica e de lazer baixa, enquanto Madureira possui índices medianos.

Mapa 1  
Localização dos bairros do Leblon, Madureira e Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro.



No Distrito Federal, serão estudadas as regiões administrativas de Brasília, Taguatinga e Ceilândia, as quais podem ser vistas no Mapa 2. Brasília possui população com IDH mais elevado, renda *per capita* alta, bem como infraestrutura básica e de lazer alta. Ceilândia possui população com IDH baixo, renda *per capita* baixa, infraestrutura básica e de lazer baixa, enquanto Taguatinga possui índices medianos.

Mapa 2  
Localização das regiões administrativas de Brasília, Taguatinga e Ceilândia.



### 3.2.1 Número de homicídios nos territórios

A criminalidade a ser observada é o número de homicídios dolosos por se tratar do crime mais penalizado pelas leis brasileiras. Os dados são relativos ao ano de 2013 e foram recolhidos nas Secretarias de Segurança do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, os índices são medidos por AISP (área integrada de segurança pública), que contém outros bairros além daqueles analisados nesta pesquisa. No entanto, a profunda diferença entre os índices das AISP contribui para a análise da questão. Os Quadros 1 e 2, a seguir, apresentam esse contraste acerca dos índices de homicídios entre as regiões da cidade do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

Tabela 1

Média anual de homicídios por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro no ano de 2013 por AISP.

<p>(AISP 23)  <u>Leblon,</u>            Rocinha, Ipanema, Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, São Conrado e Vidigal  <u>Média de 5,4 homicídios</u></p>
<p>(AISP 27)  <u>Santa Cruz,</u>            Paciência, Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba  <u>Média de 37,92 homicídios</u></p>
<p>(AISP 9)  <u>Madureira,</u>            Campinho, Cascadura, Praça Seca, Quintino Bocaiúva, Vila Valqueire, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Madureira, Turiaçu, Vaz Lobo, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz Coelho Neto, Colégio (Parte), Honório Gurgel e Rocha Miranda  <u>Média de 32,4 homicídios</u></p>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, 2013.

Tabela 2

Média anual de homicídios por 100 mil habitantes no Distrito Federal no ano de 2013.

(RA 01) <u>Brasília</u> <u>Média de 9,58 homicídios</u>
(RA 03) <u>Taguatinga</u> <u>Média de 17,52 homicídios</u>
(RA 09) <u>Ceilândia</u> <u>Média de 40,72 homicídios</u>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, 2013.

No Rio de Janeiro, a AISP do Leblon teve, em 2013, índice anual de 5,4 homicídios por 100 mil habitantes. Esse índice é bastante pequeno se comparado com os índices de Santa Cruz e Madureira, de 37,92 e 32,4 respectivamente, no ano de 2013.

No Distrito Federal, a região administrativa de Brasília teve, em 2013, índice anual de 9,58 homicídios por 100 mil habitantes. Nesse caso, o profundo contraste ocorre com Ceilândia, que possui índice de 40,72. O índice de 17,52 homicídios por 100 mil habitantes de Taguatinga, apesar de não ser tão alto, é o dobro do de Brasília.

### 3.2.2 Infraestrutura nos territórios

Este estudo empírico sobre os territórios intencionalmente de risco abarca, no quesito infraestrutura, o número de delegacias, hospitais, teatros, livrarias e escolas, pois considera que esses bens ora mais básicos ora mais raros. Assim, nos Quadros 3 e 4, se pode observar a discrepância da disposição de infraestrutura nos territórios analisados.

Tabela 3  
Infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro.

	<b>Leblon</b>	<b>Madureira</b>	<b>Santa Cruz</b>
<b>População</b>	46.044	50.106	217.333
<b>Hospitais públicos</b>	1	1	1
<b>Delegacias</b>	3	1	1
<b>Teatros</b>	6	1	0
<b>Livrarias</b>	10	4	3
<b>IDH</b>	0,967	0,831	0,742
<b>Renda per capita</b>	5.805,42	980,13	509,71
<b>Escolas e creches públicas</b>	3	18	92

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Municipal Pereira Passos, Secretaria de Estado de Educação do RJ, Secretaria Municipal de Educação do RJ, Polícia Civil do RJ, Lista Telefônica do RJ, 2013.

Tabela 4  
Infraestrutura no Distrito Federal.

	<b>Brasília (RA 01)</b>	<b>Taguatinga (RA 03)</b>	<b>Ceilândia (RA 09)</b>
<b>População</b>	208.666	199.715	402.729
<b>Hospitais públicos</b>	6	2	1
<b>Delegacias</b>	9	4	4
<b>Teatros</b>	8	1	1
<b>Livrarias</b>	70	16	5
<b>IDH</b>	0,936	0,855	0,784
<b>Renda per capita</b>	3.835,27	1.318,38	611,29
<b>Escolas e creches públicas</b>	85	55	89

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Codeplan, Seplan, Secretaria de Educação do DF, Secretaria de Saúde do DF, Polícia Civil do DF, Lista telefônica, Jornal Correio Braziliense, 2013.

Nos dados da Tabela 3, no que tange à área da saúde, é necessário observar que, apesar de o número de hospitais públicos ser o mesmo em todos os bairros, a população de Santa Cruz representa proporcionalmente quatro vezes a população do Leblon. Madureira, no entanto, possui proporcionalmente o mesmo número de hospitais por pessoa do que o Leblon.

No Distrito Federal, a região administrativa de Brasília possui proporcionalmente três vezes mais hospitais do que Taguatinga e doze vezes mais hospitais do que em Ceilândia. Cabe ressaltar que as populações das regiões periféricas necessitam mais de hospitais públicos, pois não possuem a mesma renda dos moradores do Leblon e de Brasília, que têm mais facilidades no acesso à saúde privada.

Em segurança pública, a diferença é drástica: a cada 100 mil habitantes no Leblon, há 6,51 delegacias, enquanto em Madureira e em Santa Cruz há 2 e 0,46 delegacias, respectivamente, por 100 mil habitantes. Nesse mesmo viés, Brasília possui proporcionalmente, se analisarmos em proporção quanto à população, 2,25 vezes mais delegacias do que Taguatinga e 4,5 vezes mais do que Ceilândia.

No quesito lazer, os dados das tabelas mostram que é alarmante a diferença entre as regiões com renda *per capita* mais alta: proporcionalmente à população, o número de teatros no Leblon é seis vezes maior do que em Madureira e vinte e quatro vezes maior do que em Santa Cruz. Ainda proporcionalmente à população, Brasília possui oito vezes mais teatros que Taguatinga e dezesseis vezes mais teatros do que Ceilândia.

O número de livrarias no Leblon é aproximadamente quinze vezes maior do que em Santa Cruz e duas vezes e meia maior do que em Madureira, em proporção populacional. Já no Distrito Federal, o número de livrarias de Brasília é 4,5 vezes maior se comparado à Taguatinga e nove vezes maior se comparado à Ceilândia, em proporção populacional.

Na área de educação, em proporção à população, Brasília possui 1,5 vezes mais escolas e creches públicas que Taguatinga e aproximadamente duas vezes

mais escolas do que em Ceilândia. No Rio de Janeiro, comparável ao Leblon, Madureira possui seis vezes mais escolas e creches públicas, e Santa Cruz praticamente possui oito vezes mais escolas e creches públicas do que o Leblon. Assim, no quesito educação, numa primeira análise, é perceptível que o número de escolas e creches públicas de Madureira e Santa Cruz é alto se comparados com o Leblon. No entanto, cabe refletir sobre a situação das escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro.

Os anos da política de aprovação automática e o descaso com a educação pública têm gerado alunos que saem da escola praticamente como analfabetos funcionais. A família do aluno do Leblon buscará um ensino privado e de qualidade, enquanto grande parte da população de Madureira e Santa Cruz terá a necessidade de utilizar a escola pública, geralmente desprovida de infraestrutura e recursos que auxiliem no bom desenvolvimento educacional e cognitivo de seus alunos.

Cabe ainda refletir se as escolas observadas no Rio de Janeiro possuem ações que promovam a cooperação, a sensibilidade e a cultura de paz. A importância das ações que promovam a cidadania pode ser observada no estudo de ações que unem agentes públicos e a UNESCO em prol da promoção de uma cultura de paz. Nessa perspectiva, Waiselfisz & Maciel (2003) afirmam que:

Com características básicas comuns, mas com diferentes estratégias de operacionalização, as Escolas de Paz do Rio de Janeiro e as Escolas Abertas de Pernambuco apresentam fortes evidências quanto a sua capacidade de produzir, em prazos relativamente curtos, resultados altamente significativos em relação a sua intenção principal: controlar, a partir da oferta de alternativas para os jovens nos finais de semana, a espiral de violência que envolve nossa juventude (...). Pais de alunos e membros da comunidade, participando diretamente das atividades oferecidas pelas escolas nos finais de semana, apropriam-se de um espaço que antes, só em teoria, era público. Esses elos criados com a comunidade propiciam a reversão de um conjunto de agressões e violências que as escolas vinham sofrendo, muitas delas originadas no ambiente externo e com forte impacto nas formas de convívio dentro da escola. Atos de vandalismo, pichações, roubos e agressões pessoais são algumas das tantas manifestações de violência que começam a diminuir, gradativamente (WASELFISZ & MACIEL, 2003, p. 101-103).

Escolas que apoiam a sensibilidade e a cooperação poderiam impactar de forma efetiva os índices de homicídios. A vivência e a aprendizagem que recompensem a sensibilidade e a cooperação podem gerar um convívio menos agressivo: “[p]ara termos um mundo mais generoso e gentil, é melhor começarmos a modelar e a recompensar a sensibilidade e a cooperação desde a mais tenra idade (...)” (MYERS, 2015, p. 530-531).

Assim, convém salientar que, quando é desigual, a educação desigual:

Embora o DF possua um orçamento que lhe permitiria alavancar a política educacional, tem-se por concreto que não aplica devidamente os recursos às áreas necessárias para a melhoria da educação pública. Assim é que se percebe o sucateamento das estruturas físicas de ensino, pouco incentivo à cultura e à ciência. Duarte (2012) faz um minucioso levantamento, conciliando pobreza e educação no DF; quanto mais os indicadores sociais e o desenvolvimento econômico sejam favoráveis a uma determinada região, isso não se reflete em benefícios para a educação pública, gerando espaços de aberto conflito e disparidades que se transformam em vetores de criminalidade e fracasso escolar. Tal recorte fica evidenciado quando se analisam as escolas públicas em diferentes espaços do Distrito Federal que definem índices díspares que geram pobreza, criminalidade e desigualdade social. Tal fenômeno é chamado pela pesquisadora de urbanocentrismo e que em larga escala é aplicada aos entes federados e aos municípios brasileiros, cujo ‘tamanho dos municípios influencia na escolaridade da população’ (p.28). Leve-se em conta que tal fenômeno é recorrente no DF, ao mesmo tempo em que, em estudo pormenorizado, se demonstre a incidência da defasagem escolar em estudantes com renda familiar menor cujo tempo de conclusão dos estudos seja maior ou de evasão escolar maior para suprir as necessidades escolares. Corrobora, com isso, para a afirmação de que ‘quando a educação é desigual, ela desiguala – principalmente no que se refere à empregabilidade e renda salarial’ (p. 28) (GUILHERME & SALVADOR *apud* YANNOULAS, 2013, 152).

Conforme verificado nas tabelas 3 e 4, a desigualdade de distribuição de renda e a diferença de IDH são alarmantes entre os territórios observados na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. No Rio de Janeiro, o morador do Leblon tem ganhos proporcionais de quase seis vezes a renda do morador de Madureira e de onze vezes a renda do morador de Santa Cruz. O IDH do Leblon é comparável ao de países que estão no topo de IDH do mundo, como a Noruega, possuindo índice muito alto de desenvolvimento humano, enquanto o IDH de Madureira e o de Santa Cruz são 0,1 a menos, o que corresponde a mais de 10% de diferença,

comprovando a grande diferença no desenvolvimento humano presente entre esses bairros.

No Distrito Federal, o morador da região administrativa de Brasília ganha aproximadamente três vezes mais do que o morador de Taguatinga e seis vezes mais do que o morador de Ceilândia. O IDH apresentado na Tabela 4 reforça as desigualdades que são observadas na área de infraestrutura, demonstrando que o índice na região administrativa de Brasília seria comparável ao índice dos países que estão mais bem classificados no IDH, enquanto Taguatinga teria 0,81 a menos de IDH (quase 10% de diferença) e Ceilândia, 1,5 a menos (15% de diferença).

### *3.2.3 Relação entre infraestrutura e homicídios nos territórios*

As tabelas 5 e 6, nas páginas que se seguem, foram elaboradas de forma a realizar uma síntese entre os dados de infraestrutura e o número de homicídio. Foi necessário criar uma relação proporcional com a população para se chegar a uma relação mais precisa. Assim, na cidade do Rio de Janeiro (ver TABELA 5), a população do bairro do Leblon é representada por “x”, a população de Madureira também é representada por “x” (por possuir aproximadamente o mesmo número do Leblon) e a população de Santa Cruz, por “4x” (por possuir aproximadamente quatro vezes o número do Leblon). No Distrito Federal (ver TABELA 6), a população da região administrativa de Brasília será representada por “x”, a população de Taguatinga será representada por “x” (por ser praticamente igual a de Brasília) e a população de Ceilândia será representada por “4x” (por possui quatro vezes o número de Brasília).

Na coluna “Há relação?”, é indagado se existe algum tipo de relação entre o índice de homicídios e uma determinada infraestrutura. Essa relação será assinalada com “sim” se, na diminuição da infraestrutura, ocorrer aumento do número de homicídios; o “não” será utilizado quando o aumento da infraestrutura não implicar diminuição no número de homicídios. Cabe salientar que essa relação não foi quantificada esta relação por se considerar que o fenômeno da violência e da agressividade é complexo e envolve, portanto, diversos fatores.

Tabela 5

Relação entre infraestrutura e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.

	Leblon		Madureira		Santa Cruz		Há relação?
	- População "x"		- População "x"		- População "4x"		
	Relação Infraestrutura/ população	Homicídios	Relação Infraestrutura/ população	Homicídios	Relação Infraestrutura/ população	Homicídios	
Hospitais públicos	1 : x	5,4	1 : x (igual a Leblon)	32,4	1 : 4x = 0,25 : x ("4" vezes menor que Leblon)	37,92	Sim, devido à diferença de renda
Delegacias	3 : x	5,4	1 : x ("3" vezes menor que Leblon)	32,4	1 : 4x = 0,25 : x ("12" vezes menor que Leblon)	37,92	Sim
Teatros	6 : x	5,4	1 : x ("6" vezes menor que Leblon)	32,4	0 : 4x (Não existe)	37,92	Sim
Livrarias	10 : x	5,4	4 : x ("2,5" vezes menor que Leblon)	32,4	3 : 4x = 0,75 : x ("13,33" vezes menor que Leblon)	37,92	Sim
Escolas e creches públicas	3 : x	5,4	18 : x ("6" vezes maior que Leblon)	32,4	92 : 4x = 23 : x ("7,6" vezes maior que Leblon)	37,92	Sim, pois apenas a educação não pode suprir a falta das outras infraestruturas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Municipal Pereira Passos, Secretaria de Estado de Educação do RJ, Secretaria Municipal de Educação do RJ, Polícia Civil do RJ, Lista telefônica do RJ, Secretaria de Estado de Segurança Pública do RJ, 2013.

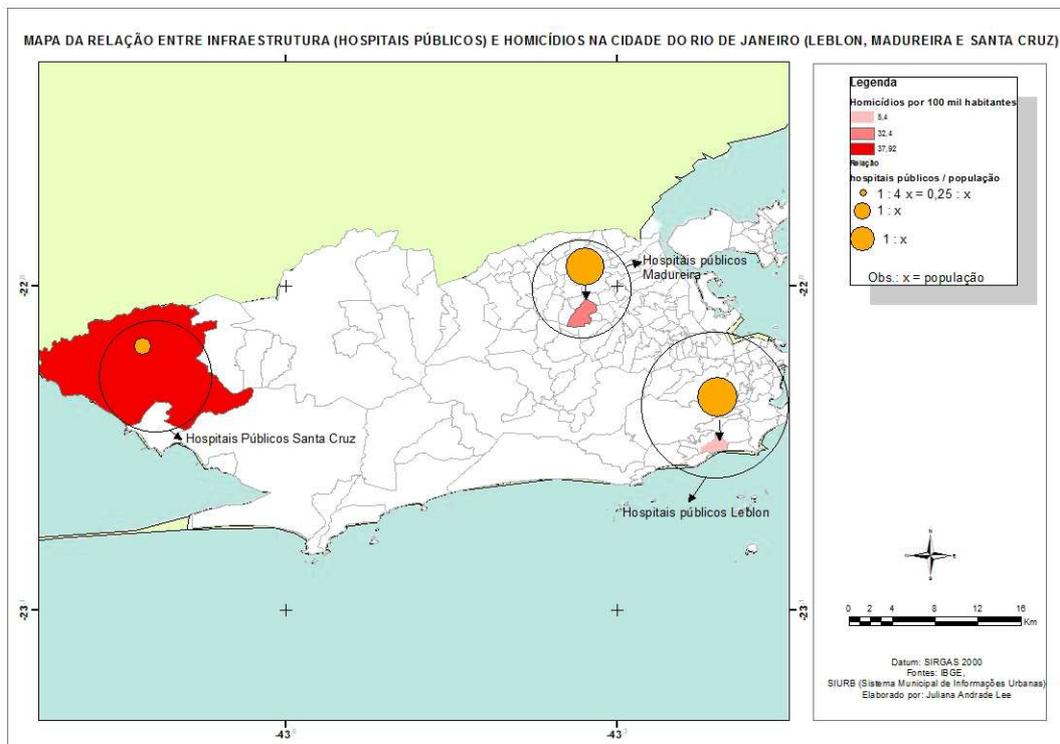
Tabela 6  
Relação entre infraestrutura e homicídios no Distrito Federal.

	RA Brasília - População "x"		RA Taguatinga - População "x"		RA Ceilândia - População "4x"		Há relação?
	Relação Infraestrutura/ população	Homicídios	Relação Infraestrutura/ população	Homicídios	Relação Infraestrutura/ população	Homicídios	
Hospitais públicos	6 : x	9,58	2 : x (“3” vezes menor que Brasília)	17,52	1 : 2x = 0,5 : x (“12” vezes menor que Brasília)	40,72	Sim
Delegacias	9 : x	9,58	4 : x (“2,25” vezes menor que Brasília)	17,52	4 : 2x = 2 : x (“4,5” vezes menor que Brasília)	40,72	Sim
Teatros	8 : x	9,58	1 : x (“8” vezes menor que Brasília)	17,52	1 : 2x 0,5 : x (“16” vezes menor que Brasília)	40,72	Sim
Livrarias	70 : x	9,58	16 : x (“4,4” vezes menor que Brasília)	17,52	5 : 2x = 2,5 : x (“28” vezes menor que Brasília)	40,72	Sim
Escolas e creches públicas	85 : x	9,58	55 : x (“1,55” vezes menor que Brasília)	17,52	89 : 2x = 44,5 : x (“1,91” vezes menor que Brasília)	40,72	Sim

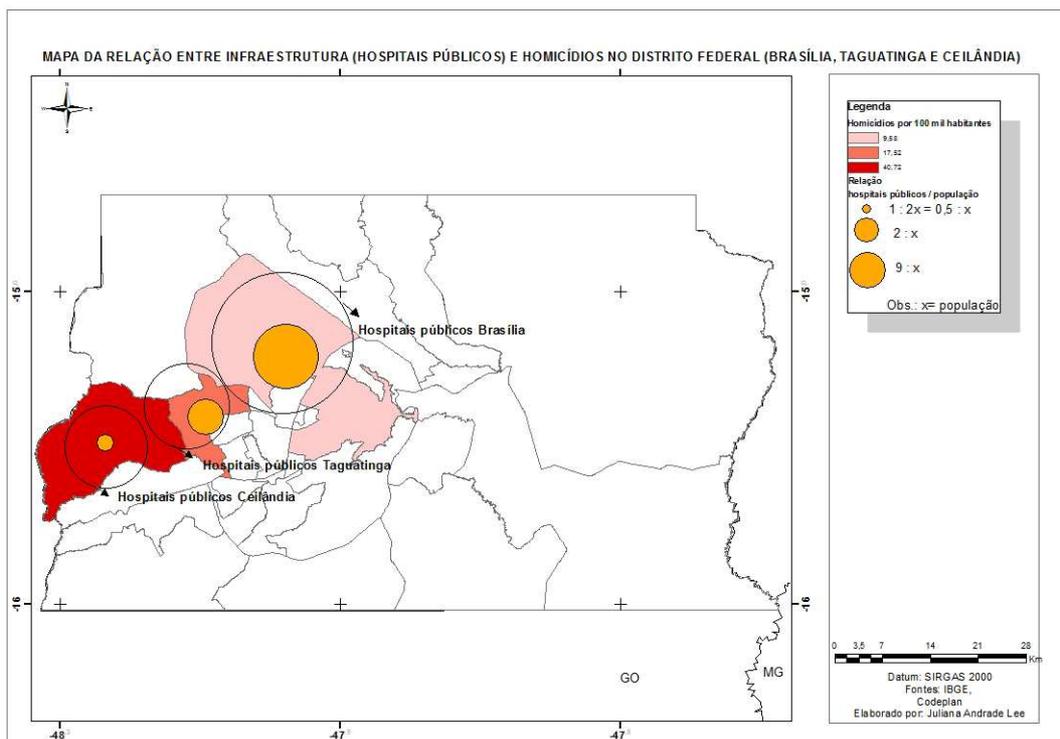
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Codeplan, Seplan, Secretaria de Educação do DF, Secretaria de Saúde do DF, Polícia Civil do DF, Secretaria de Segurança do DF, Lista telefônica, Jornal Correio Braziliense, 2013.

Nos Mapas 3 e 4 observamos a relação entre a quantidade de hospitais públicos e o número de homicídios na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

**Mapa 3**  
Relação entre hospitais públicos e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.

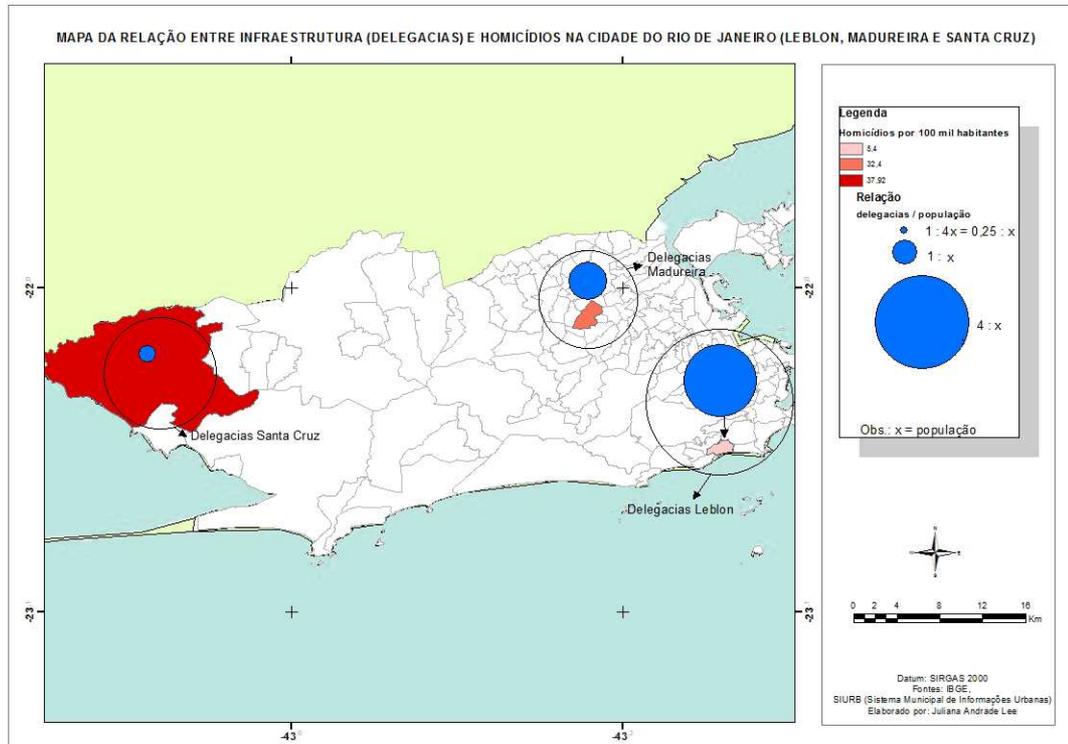


**Mapa 4**  
Relação entre hospitais públicos e homicídios no Distrito Federal.

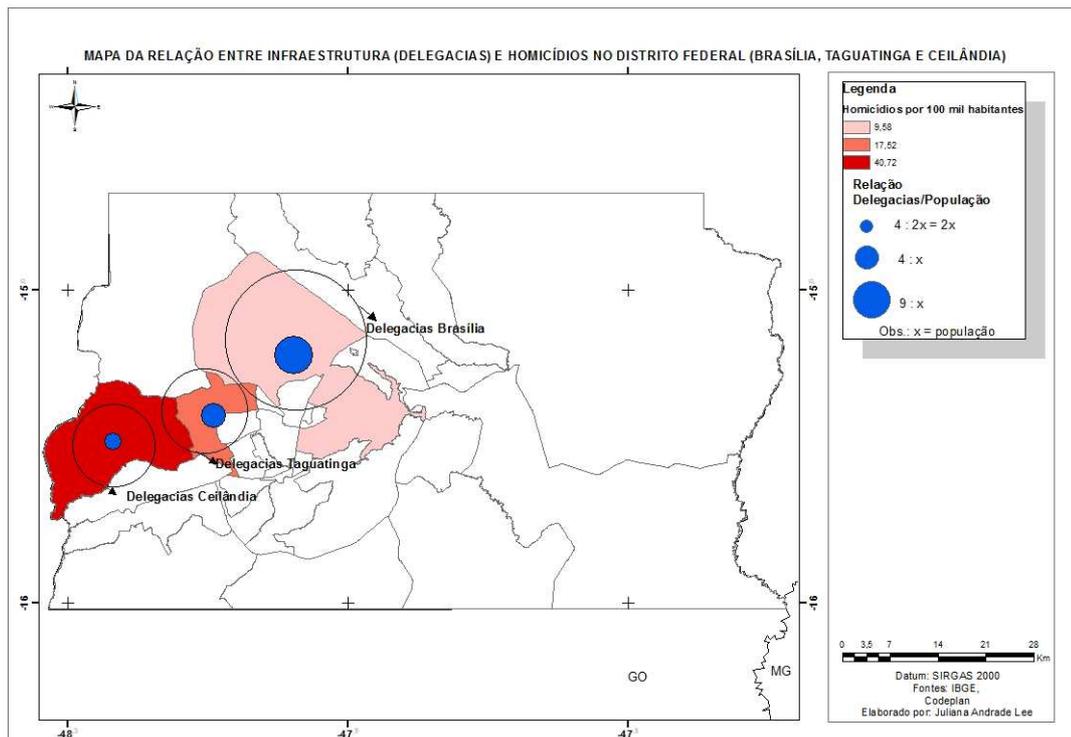


Nos Mapas 5 e 6 observamos a relação entre a quantidade de delegacias e o número de homicídios na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

Mapa 5  
Relação entre delegacias e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.

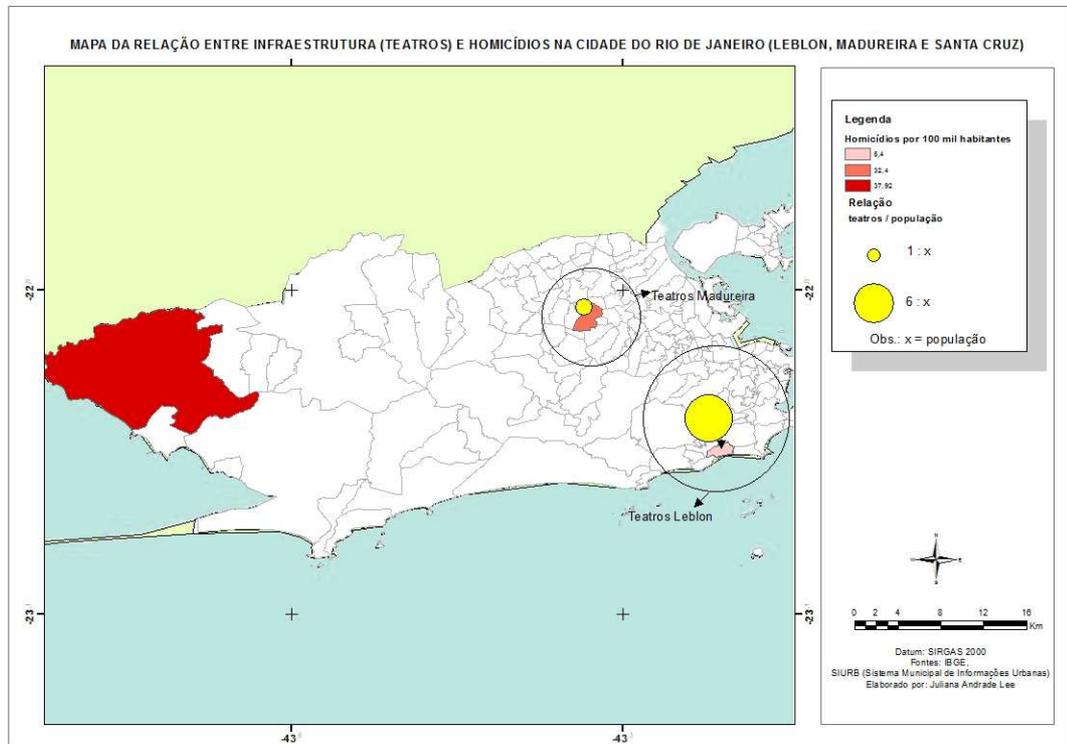


Mapa 6  
Relação entre delegacias e homicídios no Distrito Federal.

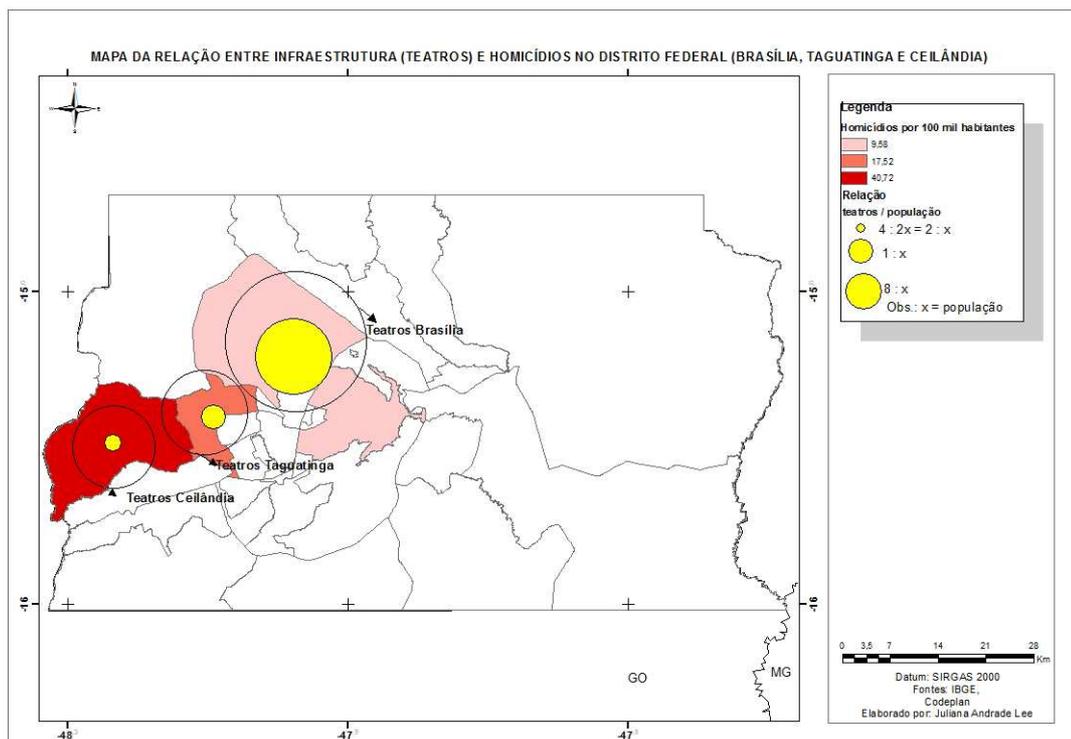


Nos Mapas 7 e 8 observamos a relação entre a quantidade de teatros e o número de homicídios na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

Mapa 7  
Relação entre teatros e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.

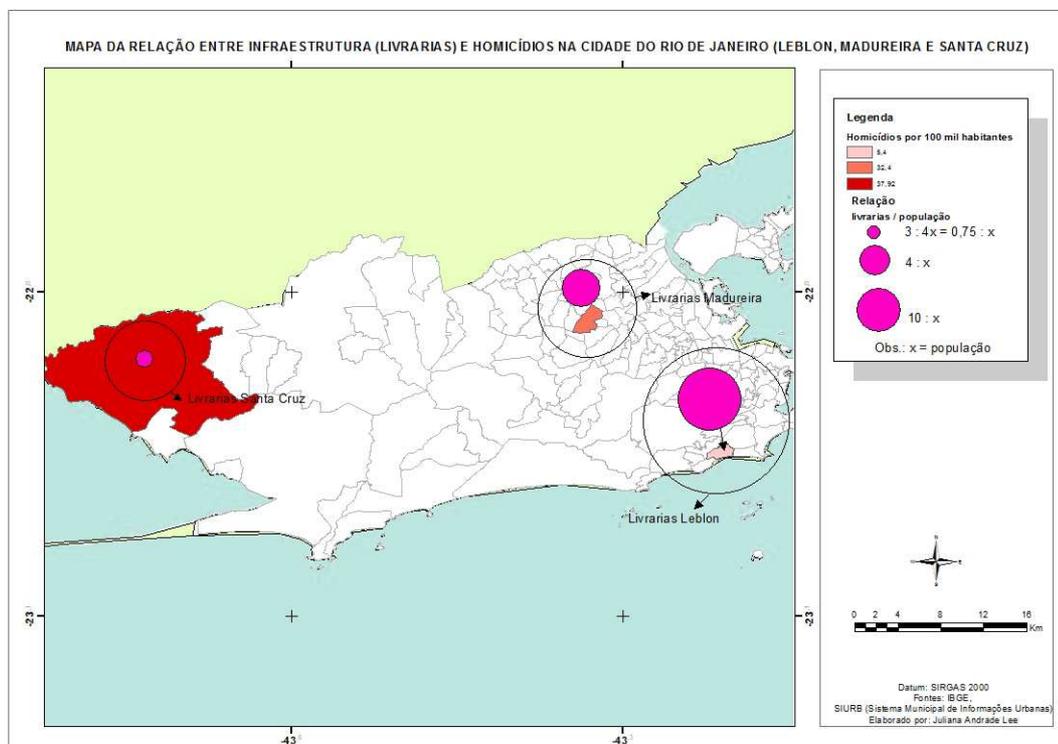


Mapa 8  
Relação entre teatros e homicídios no Distrito Federal.

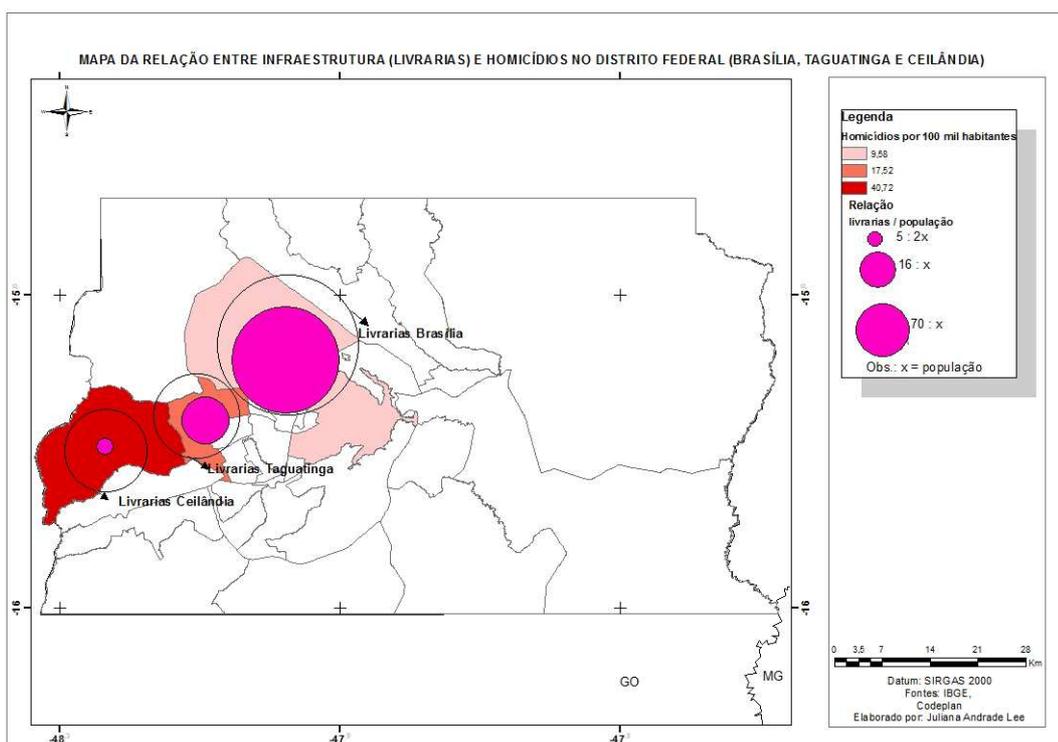


Nos Mapas 9 e 10 observamos a relação entre a quantidade de livrarias e o número de homicídios na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

Mapa 9  
Relação entre livrarias e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.

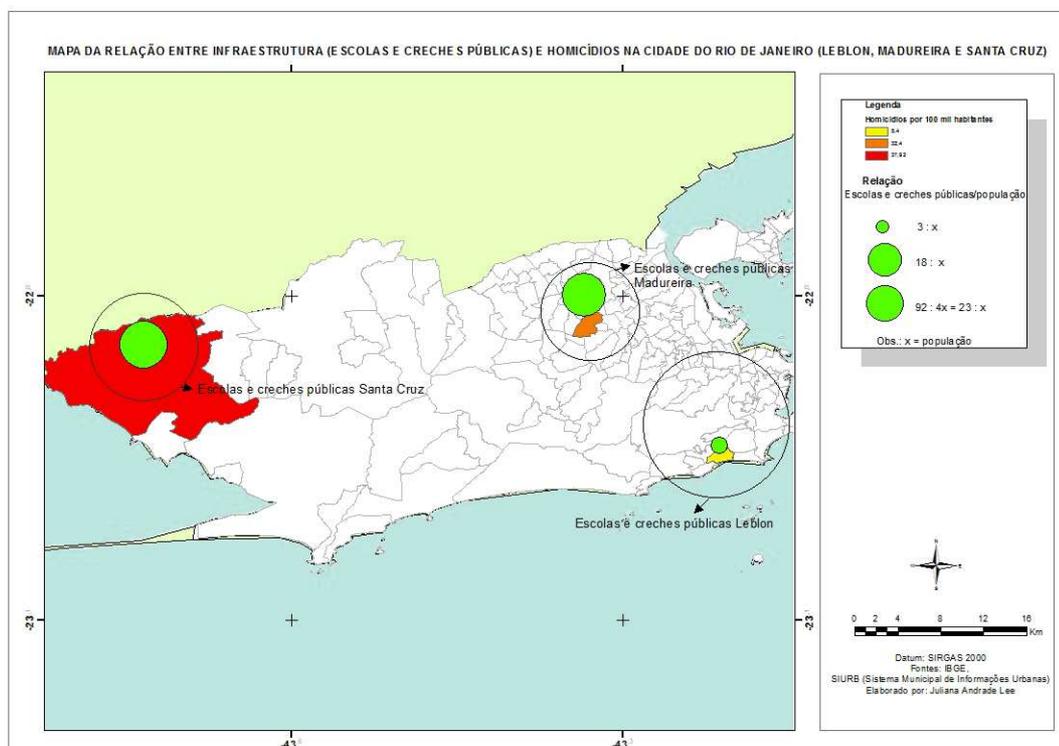


Mapa 10  
Relação entre livrarias e homicídios no Distrito Federal.

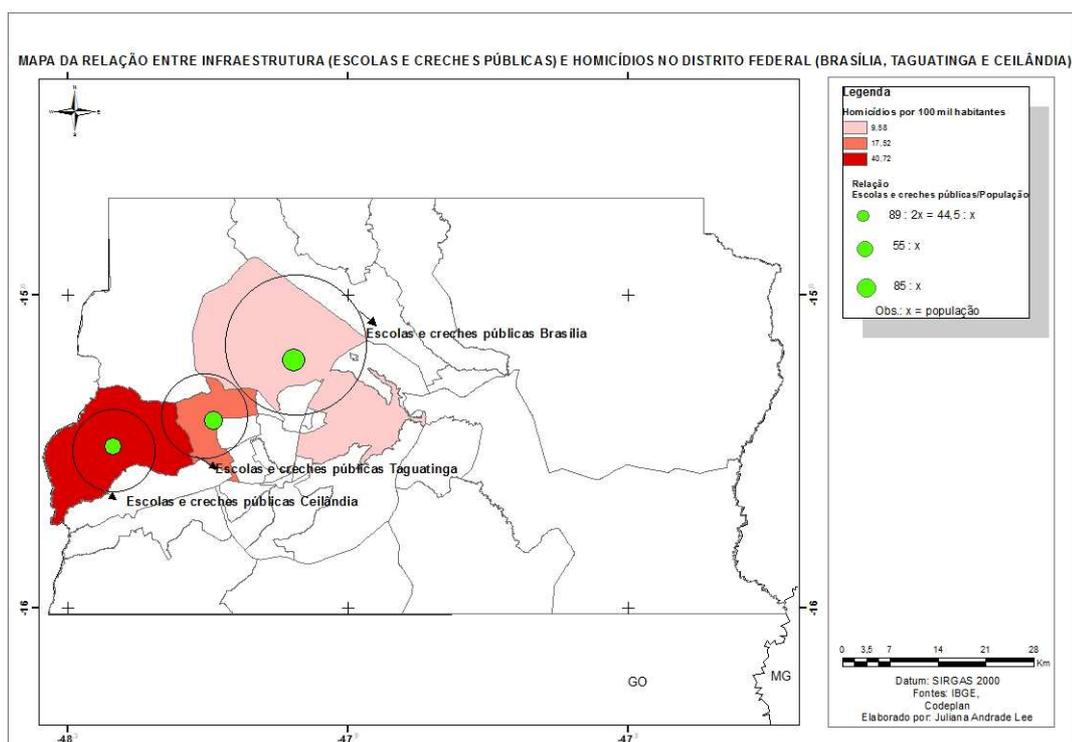


Nos Mapas 11 e 12 observamos a relação entre escolas/creches públicas e o número de homicídios na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

Mapa 11  
Relação entre escolas/creches públicas e homicídios na cidade do Rio de Janeiro.

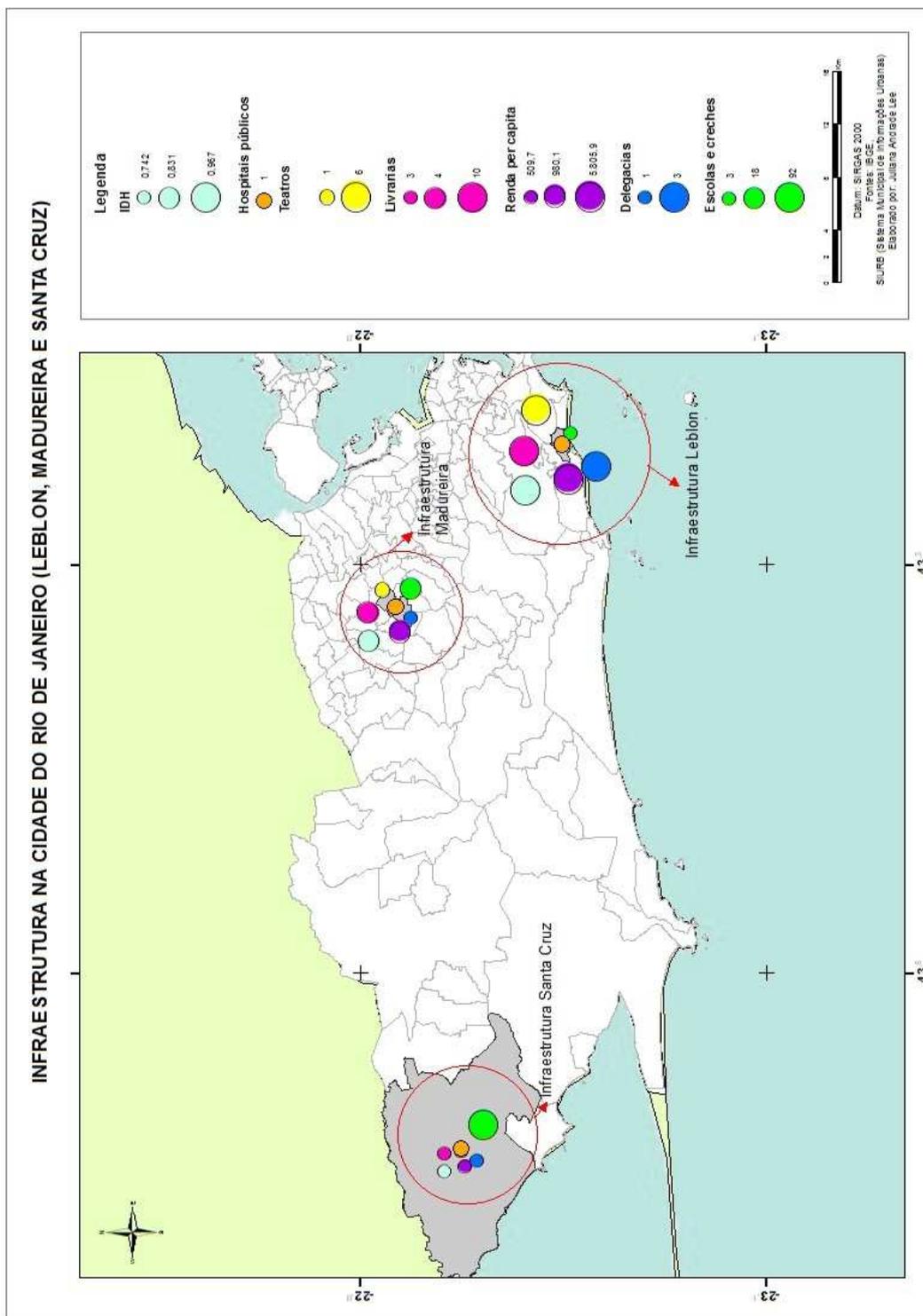


Mapa 12  
Relação entre escolas/creches públicas e homicídios no Distrito Federal.



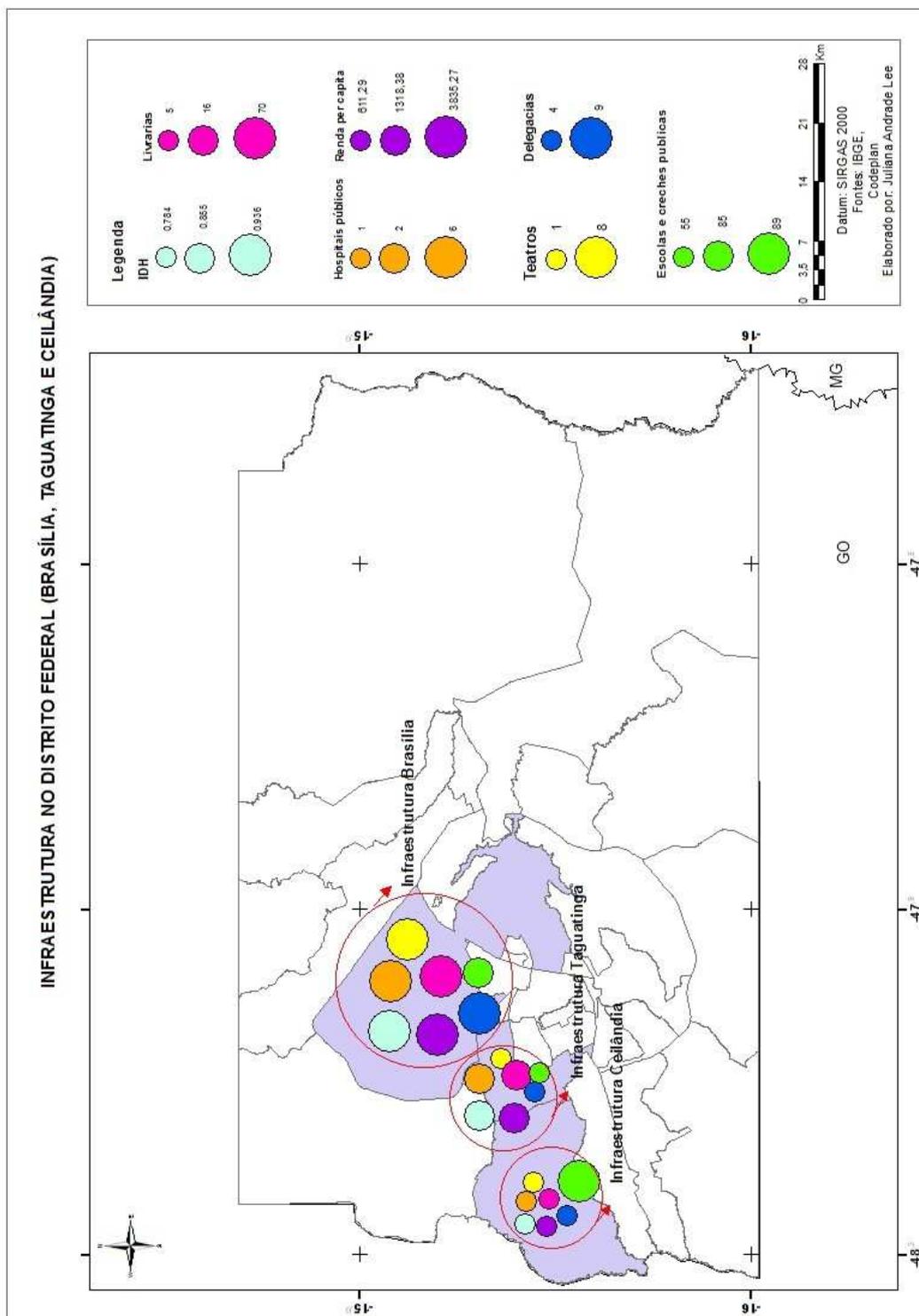
No Mapa 13 observamos o IDH, a renda per capita e as infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas na cidade do Rio de Janeiro de Janeiro.

Mapa 13  
IDH, Renda per capita e infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas na cidade do Rio de Janeiro.



No Mapa 14 observamos o IDH, a renda per capita e as infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas no Distrito Federal.

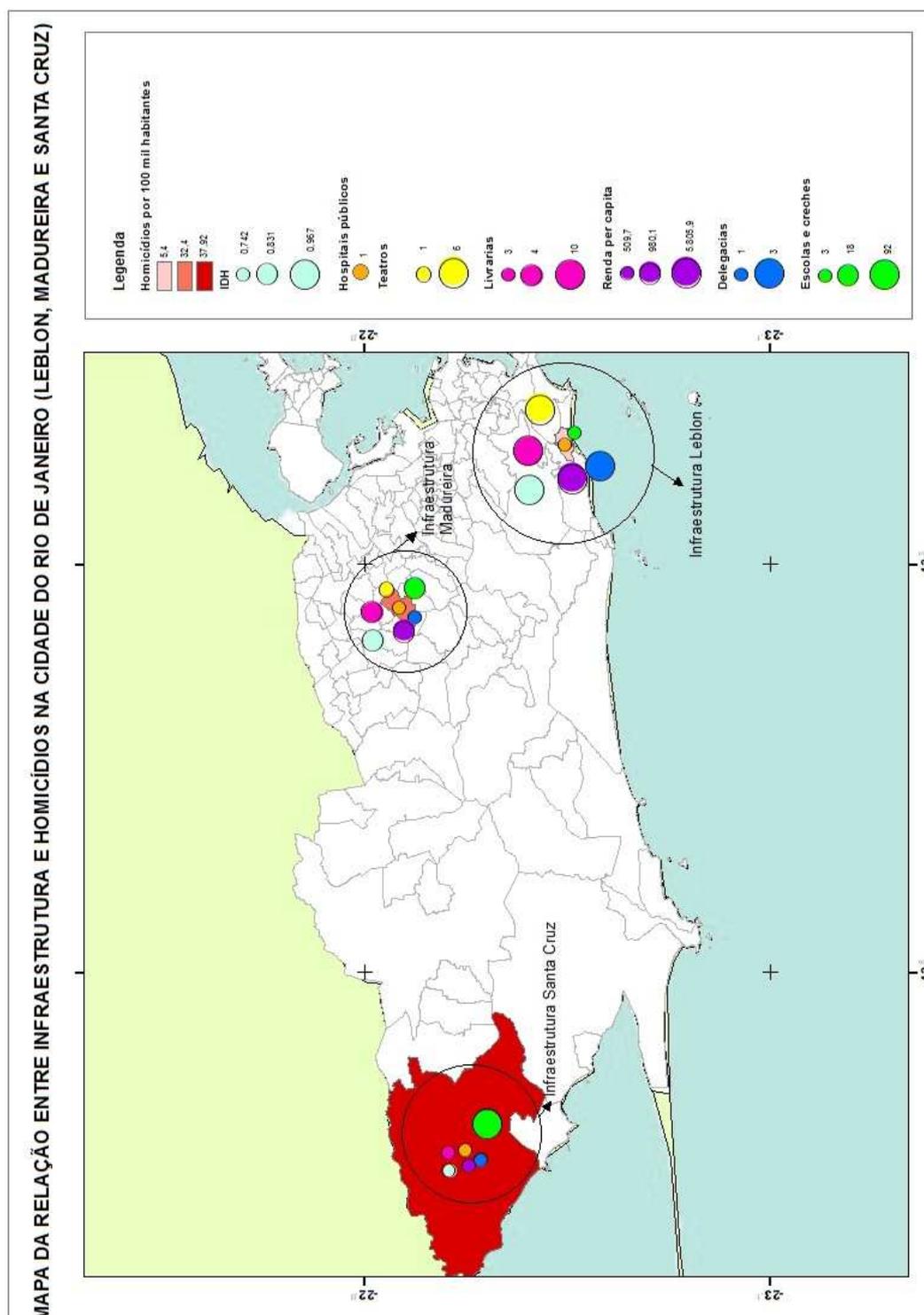
Mapa 14  
IDH, Renda per capita, Infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas no Distrito Federal.



No Mapa 15 observamos a relação entre o número de homicídios, o IDH, a renda e as infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas na cidade do Rio de Janeiro.

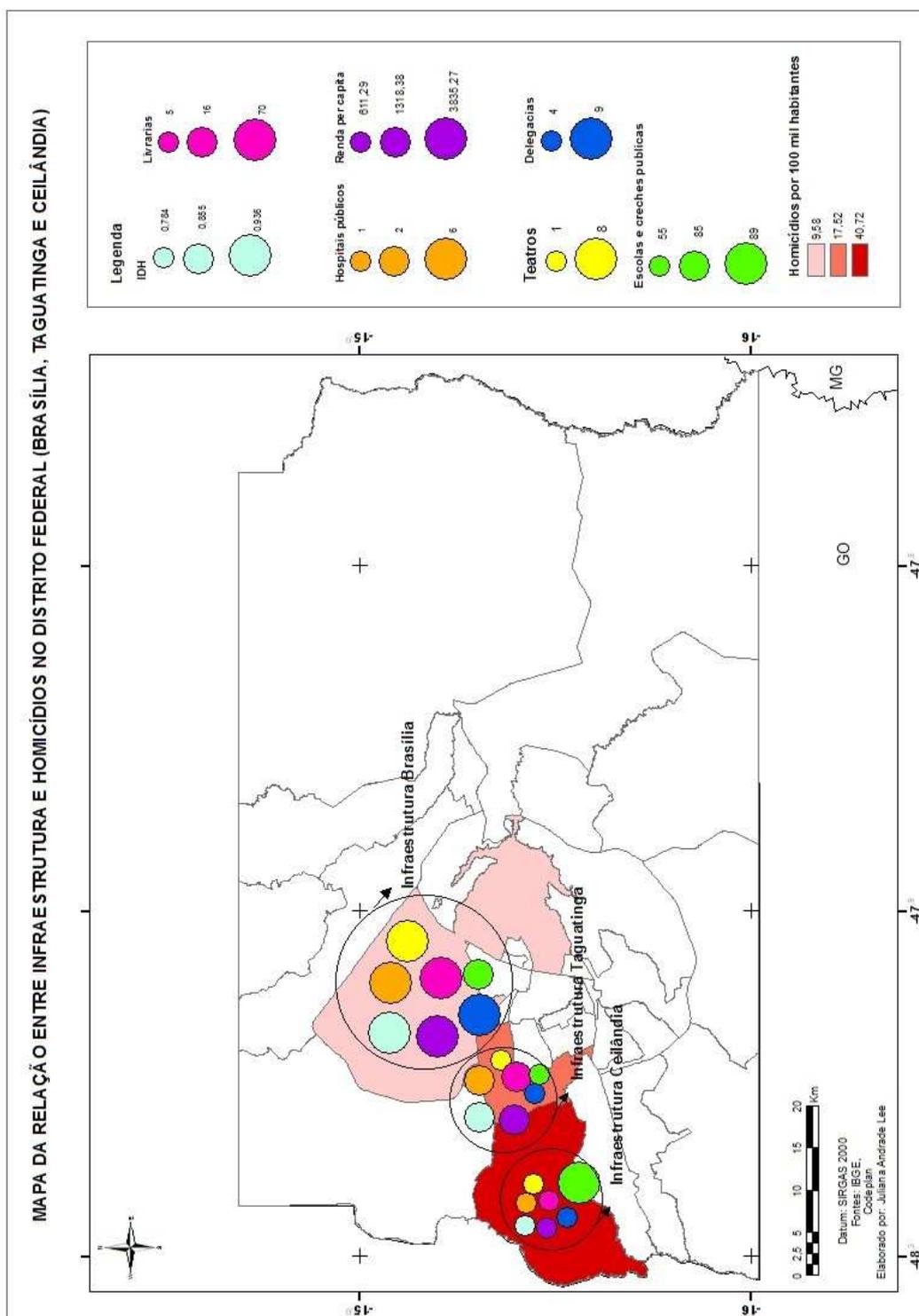
Mapa 15

Relação entre o número de homicídios, o IDH, a renda e as infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas na cidade do Rio de Janeiro.



No Mapa 16 observamos a relação entre o número de homicídios, o IDH, a renda e as infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas no Distrito Federal.

Mapa 16  
Relação entre o número de homicídios, o IDH, a renda e as infraestruturas de hospitais, delegacias, teatros, livrarias, escolas/creches públicas no Distrito Federal.



A relação entre as infraestruturas e as atitudes e relações dentro das sociedades é relevante para esta pesquisa, pois:

O mundo construído, quer se trate de uma escola, de um hospital, de um apartamento ou de uma auto-estrada, é a expressão particular de nossas relações com os outros. (...) O espaço, as suas propriedades, as pessoas que aí vivem e as atividades (...) representam sistemas significativos para os indivíduos e influenciam as respostas ao meio físico (Proshansky *et al*; 1970)” (BARRACHO, 2001, p. 20).

Assim, no Rio de Janeiro, foi verificado que existe relação direta entre o índice de homicídios e os seguintes fatores: número de hospitais públicos, delegacias, teatros e livrarias. O fator “hospitais públicos” foi considerado, pois, devido à diferença de renda (no Leblon, a média de renda é seis vezes maior que em Madureira), o hospital público é mais necessário para os que possuem menor renda. A relação entre escolas e creches públicas e os homicídios também foi considerada, pois, na falta de outras infraestruturas, a educação não consegue sozinha mudar o cenário da violência. Assim, a carência de infraestrutura no Rio de Janeiro (número de hospitais públicos, delegacias, teatros, livrarias, escolas e creches públicas) está relacionada ao alto número de homicídios.

No Distrito Federal, foi verificado que existe relação entre o alto índice de homicídios e a carência de infraestrutura (número de hospitais públicos, delegacias, teatros, livrarias, escolas e creches públicas). Logo, de fato, o poder público tem equipado de forma desigual os espaços, dispondo os equipamentos de infraestrutura (delegacias, hospitais e teatros) de modo desigual.

A abordagem estatística apontou que a falta de infraestrutura em geral em bairros de população com menor renda na cidade do Rio de Janeiro acabou por gerar maiores índices de homicídios, apesar de esses bairros possuírem maior infraestrutura de educação pública. Ou seja, a educação pública sozinha não pode reduzir a violência se outras infraestruturas não estiverem presentes em número e qualidades adequadas.

A visão estatística geralmente não engloba questões difíceis de quantificar, como a qualidade da educação oferecida (escolas e creches). Um evidência disso é

o fato de que, se a presente pesquisa englobasse o número total de escolas e de creches, somando os equipamentos públicos e privados, seria difícil quantificar a diferença qualitativa entre essas infraestruturas.

Cabe destacar que no campo da psicologia, a qualidade da educação faz diferença na construção do indivíduo:

As descobertas de Hunt são um caso extremo de outro achado mais geral: entre os pobres, as condições ambientais podem suplantar diferenças genéticas, debilitando o desenvolvimento cognitivo. Ao contrário de crianças abastadas, irmãos de famílias desfavorecidas têm escores de inteligência mais semelhantes (Turkheimer et al., 2003). Escolas com muitos alunos de classe baixa frequentemente têm professores menos qualificados, como descobriu um estudo feito com 1.450 estabelecimentos de ensino no estado da Virgínia. E mesmo após o controle para a pobreza, ter professores menos qualificados predizia resultados mais baixos de desempenho (Tuerk, 2005). A malnutrição também tem seu papel. Se crianças malnutridas receberem suplementos nutricionais, o efeito da pobreza sobre o desenvolvimento físico e cognitivo declina segundo Brown e Pollitt, 1996 (MYERS, 2015, p. 326).

Logo, oferecer educação sem fornecer qualidade e o suporte adequado de outras infraestruturas não influenciará significativamente o desenvolvimento dos indivíduos, mas reforçará o preconceito para com as classes mais pobres: “[s]e as circunstâncias da vida na pobreza propiciam uma taxa de criminalidade maior, alguém pode então usar a taxa de criminalidade maior para justificar a continuidade da discriminação contra os que vivem na pobreza” (MYERS, 2015, p. 526).

A relação verificada entre o número de homicídios e o número de teatros e livrarias pode ser tanto uma mera coincidência como ocorrer devido a motivos como: a influência real da promoção da cultura na redução do índice de homicídios por provocar a reflexão acerca de temas como a sensibilidade e cooperação (temas que influenciam no controle da agressividade); o fato de que se buscam locais mais seguros para se instalarem teatros e livrarias; a expectativa de retorno financeiro por conta do investimento para a abertura de teatros e livrarias; dentre outros.

A instalação de uma livraria depende geralmente de investimento privado, contudo, a instalação de um teatro geralmente ocorre por meio de investimento

público ou por meio de parceria de capital público e privado. Assim, questiona-se por que esse capital público do setor da cultura (seja do Ministério da Cultura ou das Secretarias de Cultura) é mais investido na construção de teatros nas áreas com população mais rica? Por que será que em um bairro como Santa Cruz, com mais de 200 mil habitantes, não há sequer um teatro instalado com financiamento público?

A cultura, por meio de teatros e livrarias, pode disseminar valores ligados à cooperação e à sensibilidade, auxiliando na redução da agressividade e dos homicídios.

Dentre as três infraestruturas verificadas como possuidoras de relação com o índice de homicídios, o número de delegacias é possivelmente a infraestrutura dedutivamente mais presente na discussão do senso comum a respeito da redução dos índices de violência, afinal, essa relação entre delegacias e homicídios não é apenas uma coincidência, é um fato facilmente verificado. Esse fato, aliás, já é sabido e constatado pelo poder público, que conhece o impacto positivo da instalação de delegacias nos índices de homicídios.

Diante disso, indaga-se: qual seria o motivo de distribuírem de forma tão desigual o número de delegacias? Por que o número de delegacias é proporcionalmente maior em territórios com índices de homicídios menores? O maior número de delegacias não deveria ocupar os territórios mais inseguros?

Se existe uma diferença bastante perceptível na presença de delegacias para se reduzir sensivelmente o número de homicídios, constata-se que essa distribuição desigual das delegacias é feita de forma intencional, de modo que se observa que o poder público busca proteger mais determinados territórios do que outros.

“Que justiça a gente tem, que  
justiça nós queremos?”

Os corruptos cassados?  
Nunca serão!  
Cidadãos bem informados?  
Nunca serão!  
Hospitais bem equipados?  
Nunca serão! Nunca serão!!  
Nunca serão!!!

Os impostos bem usados?  
Nunca serão!  
Os menores educados?  
Nunca serão!  
Todos alfabetizados?  
Nunca serão! Nunca serão!!  
Nunca serão!!!”

Gabriel, o Pensador, “Nunca  
serão”, 2013.

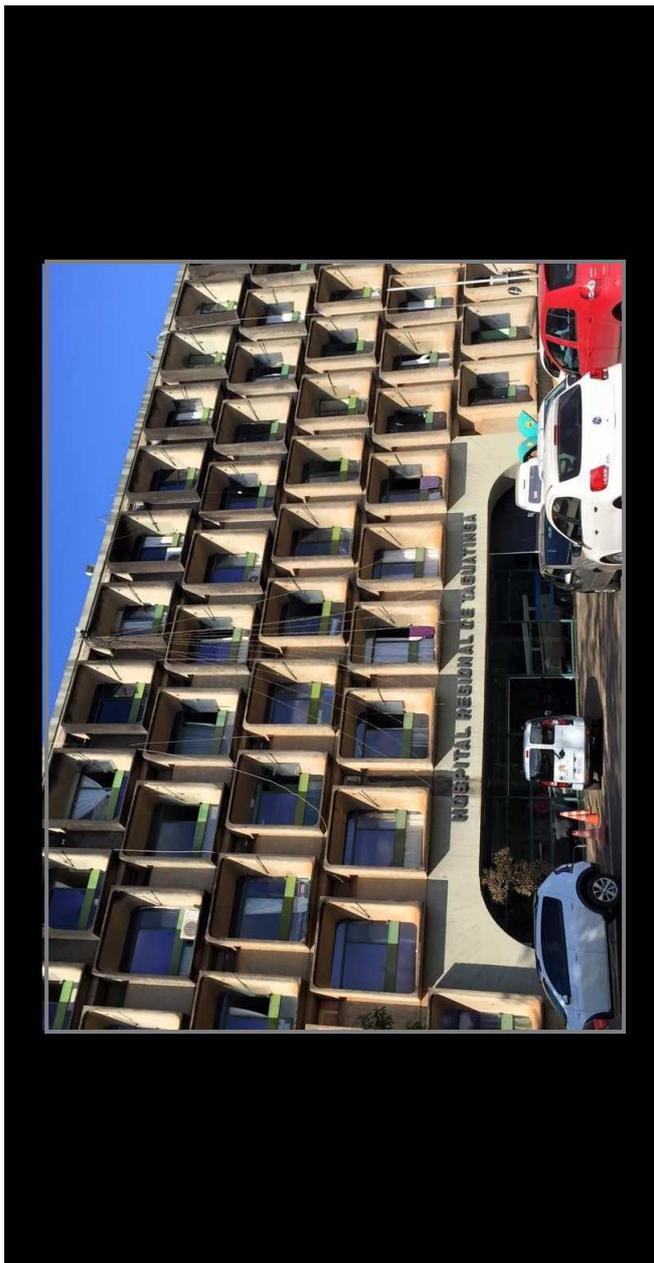


Foto 10 – Hospital em Taguatinga (Distrito Federal, 19/05/2015).

### **3.3 O sujeito e o território: vulnerabilidade social *versus* território intencionalmente de risco**

Esta pesquisa acabou proporcionando a criação do conceito do território intencionalmente de risco com a finalidade de dar um alerta à sociedade: A desigualdade na distribuição de infraestruturas cria riscos reais à vida humana. Por este motivo, este conceito pode ser usado em todas as áreas do conhecimento. No entanto, é necessário explicar a construção deste termo.

A discussão acerca da escolha sobre qual construção conceitual deveria ser utilizada para a abordagem da relação entre a violência e a infraestrutura trouxe à tona inicialmente a categoria vulnerabilidade social. Contudo, por ser uma discussão geográfica baseada na infraestrutura, esse termo não pôde sistematizar o fenômeno observado.

A reflexão sobre conceitos geográficos trouxe então uma nova categoria para ser utilizada neste estudo, a saber, o território intencionalmente de risco. Destaca-se que a intencionalidade estatal ocorre desde a disposição específica de uma delegacia num determinado bairro até a escolha de qual será a equipe governamental. Ambas as escolhas repercutem no território. O Estado pode, assim, criar equipes governamentais realmente interessadas em políticas públicas ou apenas satisfazer interesses egoístas para permanecer no poder. Esse é um dos pontos fundamentais que pode culminar na adoção de políticas que promovam o acesso à cidade, à cidadania e também aos equipamentos de infraestrutura da cidade. A questão de criar equipes mais interessadas no bem-estar coletivo pode ser observada na seguinte passagem sobre a Suécia (assegurada as devidas diferenças existentes entre Suécia e Brasil):

In 1936, while Sweden gave birth to one of the most peaceful solutions to class conflict (i.e. the Neo-Corporatist Welfare State) with the iconic signature of the Saltsjöbaden Accord, Spain gave birth to the most violent results: the Spanish Civil War. Why did the political, social and economic elites choose collaboration in Sweden and violent confrontation in Spain? Building on recent findings by economic historians, this paper shows the notable socio-economic similarities between the two countries: with European-record levels of social conflict, both were also late industrialist economies enjoying

remarkable growth rates as well as decreasing levels of economic inequalities. The paper underlines an overlooked factor: the public bureaucracy. In the key decades of state expansion (late 19th-early 20th century), the semi-authoritarian Sweden – where executive and administrative positions, firmly in hands of the Crown, were unaccountable to the parliament – created and consolidated a meritocratic autonomous bureaucracy which promoted impartiality and the rule of law. On the contrary, the instable and, on average, more liberal Spain – where executive and administrative positions were frequently accountable to parliamentary dynamics – built a patronage-based administration which allowed successive political incumbents to implement their most preferred policies above the rule of law (LAPUENTE & ROTHSTEIN, 2014, p. 1).

As a result of the consolidation of a coalition of merit-based autonomous bureaucrats in Sweden during the late 19th century, the Swedish state was able to resist the posterior intense attempts by both far-right and far-left political incumbents to, first, politicize the administrative apparatus with political appointees and, second, to subordinate rule of law to class interests during the polarized interwar period. At the time of the introduction of representational democracy (1908-1917), the Swedish administrative state was already in hands of a coalition of autonomous bureaucrats with the technical skills and the cohesion to resist attempts of politicization. Interestingly, Swedish bureaucrats did not enter the political game and, since then, they have been both formally and informally precluded to take part in active politics. Hence it is not only that politicians did not occupy administrative positions, but bureaucrats could not become politicians either. This is in sharp contrast with Spain where bureaucrats not only could engage in active politics, but they became leading figures in several parties. In historical comparative terms, Sweden presents one of the most clear-cut separations of politics and administration (Dahlstrom & Lapuente 2009, 2010). In the first place, there is hardly “politicization from above” – that is, politicians do not occupy positions reserved to bureaucrats. Secondly, the level of “politicization from below” – that is, bureaucrats having themselves a political career and eventually becoming party (LAPUENTE & ROTHSTEIN, 2014, p. 24).

Em 1936, enquanto a Suécia deu origem a uma das soluções mais pacíficas para os conflitos de classe (ou seja, o Estado de Bem-Estar Neocorporativista), com a icônica assinatura do Acordo de Saltsjöbaden, a Espanha deu à luz um dos resultados mais violentos: a Guerra Civil Espanhola. Por que as elites políticas, sociais e econômicas escolheram a colaboração na Suécia e confrontos violentos na Espanha? Com base em resultados recentes de historiadores da economia, este artigo mostra a notável similaridade socioeconômica entre os dois países: com níveis europeus recordes de conflitos sociais, ambos possuíram economia industrial tardia e aproveitaram as taxas de crescimento notáveis, bem como a diminuição dos níveis de desigualdade econômica. O documento sublinha um fator ignorado: a burocracia pública.

Nas décadas-chave da expansão do Estado (final do século 19 e início do século 20), a semi-autoritária Suécia – onde cargos executivos e administrativos estavam totalmente nas mãos da Coroa, que era pouco responsabilizada perante o parlamento - criou uma

burocracia autônoma meritocrática que promoveu a imparcialidade e a norma jurídica (“Estado de Direito”). Em contraste, a instável e, em média, mais liberal Espanha - onde cargos executivos e administrativos eram frequentemente escolhidos por dinâmicas parlamentares - se construiu em uma administração baseada em patrocínio que permitiu que sucessivos titulares políticos pudessem implementar as suas políticas preferidas, acima da norma jurídica (“Estado de Direito”) (LAPUENTE & ROTHSTEIN, 2014, p. 1, tradução nossa).

Como resultado da consolidação de uma coalizão de burocratas autônomos com base no mérito, na Suécia durante o final do século 19, o Estado sueco foi capaz de resistir a tentativas posteriores intensas por ambos os operadores políticos de extrema-direita e de extrema-esquerda de, em primeiro lugar, politizar o aparelho administrativo com nomeações políticas e, por outro, a regra de direito subordinado aos interesses de classe durante o período entre guerras. No momento da introdução da democracia representativa (1908-1917), o estado administrativo sueco já estava em mãos de uma coalizão de burocratas autônomos com habilidades técnicas e de coesão para resistir às tentativas de politização. Curiosamente, os burocratas suecos não entram no jogo político e, desde então, têm sido formal e informalmente impedidos de participar na política ativa. Por isso, os políticos não ocupam cargos administrativos e os burocratas não podem tornar-se políticos também. Isso está em nítido contraste com a Espanha, onde burocratas não só poderiam se envolver em política ativa, mas tornaram-se figuras importantes em várias partes. Em termos comparativos históricos, a Suécia apresenta uma das separações mais claras entre política e administração (Dahlstrom & Lapuente 2009, 2010) (LAPUENTE & ROTHSTEIN, 2014, p. 24, tradução nossa).

Milton Santos descreve o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Neste trabalho, adota-se essa perspectiva, isto é, a das ações políticas e dos objetos dispostos no espaço. A perspectiva das relações de poder também é observada, por isso a denominação de território. Por esse motivo, o trabalho não versa propriamente sobre a vulnerabilidade social.

Na esfera brasileira de políticas públicas, muito se usa o termo vulnerabilidade social, no entanto, este trabalho utiliza a expressão território intencionalmente de risco.

A justificativa para esse uso se dá pelo fato de que, quando se fala em vulnerabilidade social, coloca-se o foco no sujeito e em suas ações, sendo isso também um fator importante. Porém, o enfoque desta pesquisa é a influência do poder público nesse processo. Assim, a responsabilidade por territórios serem mais

ou menos perigosos é resultado de um campo complexo de relações em que a esfera da decisão política é fundamental (mas não exclusivamente a única) nos territórios, conforme foi apontado acima. Por conta disso, sugere-se o termo território intencionalmente de risco, pois nota-se que há uma intencionalidade quando o governo não equipa determinado território com a infraestrutura necessária.

O termo vulnerabilidade social foi construído de forma diferente por diversos autores, porém, na maioria de suas concepções, a análise se fixa no sujeito. Neste trabalho, é proposto, no entanto, uma abordagem através do território e da infraestrutura disposta nele.

A construção do conceito de vulnerabilidade social foi baseada na idéia da exclusão social, pois o processo ocorre, segundo Castel, quando:

A desafiliação (exclusão) (...) representa uma ruptura de pertencimento, de vínculos sociais (CASTEL *apud* BRASIL, 2007, p. 11).

Assim, um dos processos dessa exclusão seria a ruptura que caracteriza a vulnerabilidade social, pois, segundo o mesmo autor:

A vulnerabilidade social é uma zona intermediária instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. Se ocorrer algo como uma crise econômica, o aumento do desemprego, a generalização do subemprego, a zona de vulnerabilidade dilata-se, avança sobre a zona de integração e aumenta a desfiliação. (CASTEL *apud* BRASIL, 2007, p.13).

Atualmente, em termos gerais, o significado geral mais utilizado de vulnerabilidade social poderia ser entendido como o transcrito por Pompeu (2011):

A vulnerabilidade social, caracterizada pela fragilidade do vínculo firmado entre indivíduo e sociedade, a qual pode levar à sua ruptura, à exclusão propriamente dita do sujeito (POMPEU, 2011, p. 216).

O termo vulnerabilidade social, portanto, analisa a questão através do indivíduo pela empregabilidade, fome, taxa de natalidade etc. Essa discussão, desde os anos 80, é amplamente debatida pela sociologia, antropologia e até pela

geografia. Debate que se faz importante, pois situa a problemática a partir da escala do indivíduo até o plano da sociedade.

No entanto, a decisão política que cria a infraestrutura que reduz índices de criminalidade não conseguiria ser explicada por esse conceito. A necessidade é encontrar um termo que, de acordo com Milton Santos, perceba o espaço como um híbrido de sistema de objetos e de sistema de ações – representados, nesse caso, pela infraestrutura e pela decisão política, respectivamente.

Não é possível compreender o fenômeno da criminalidade apenas pela perspectiva dos criminosos, pois se poderia estigmatizar ainda mais as populações pobres, afirmando que elas seriam mais vulneráveis a praticar crimes.

Essa construção, além de fortalecer o preconceito e a segregação social, ainda retira da esfera política a corresponsabilidade (jurídica, inclusive) por esses crimes. Ora, se em um território marginalizado, o poder político não constrói delegacias suficientes nem teatros, viabilizando o lazer e a cultura para a construção do indivíduo, nem hospitais, para cuidar dos doentes, como pode o Estado culpabilizar apenas o criminoso?

Se uma mulher grávida não tem acesso a um leito de hospital com qualidade, se seu filho não tem acesso à escola de qualidade, se os escapes criativos e profissionais através do lazer e da cultura não são oferecidos, como é possível que alguém nessa condição seja culpabilizado individualmente?

A responsabilidade do poder político que gerou o ambiente propício à violência também deve ser considerada. Por isso, é necessário frisar e advertir ao máximo que existe intencionalidade por parte do Estado em criar territórios mais seguros do que outros. Na lei brasileira, quando existe intencionalidade (ou dolo), o criminoso recebe penas mais altas.

De igual modo, dever-se-ia pensar acerca da responsabilidade existente nos atos dos agentes políticos ao privilegiar a construção de equipamentos de infraestrutura em territórios que não precisam daquele investimento emergencialmente.

Por isso, a abordagem adotada nesta pesquisa não pretende analisar a ação do indivíduo, mas, sim, a ação política e propor a corresponsabilização desta por crimes ocorridos em territórios com infraestrutura precária.

A geografia, por ser ciência que tem o espaço como seu objeto principal de pesquisa, ao abordar a violência, necessita de uma categoria que tenha por centralidade algum termo espacial. Região, rede, lugar, território são exemplos de termos. Ademais, de acordo com os resultados observados nesta pesquisa, é necessário um termo que abarque a infraestrutura, pois a infraestrutura relacionada a delegacias, a teatros e a livrarias foi verificada como tendo relação com o índice de homicídios. Logo, a presente análise necessita de outras abordagens, pois não tem a pretensão de dar enfoque à escala psicológica do indivíduo, mas, sim, à relação entre infraestrutura e índice de homicídios.

Na geografia, o espanhol García-Tornel cria um sentido novo para a vulnerabilidade social, sendo esta:

De una forma muy general es posible definir la vulnerabilidad como “la expresión del desequilibrio o desajuste entre la estructura social y el medio físico, constructivo y natural que nos rodea” (Lafontaine, 1989), de manera que aparece como um concepto multidimensional que engloba simultaneamente factores físicos y sociales y que al mismo tempo “depende em líneas generales, del tipo de intensidad de la amenaza, em consecuencia no tiene valor absoluto” (Diaz Cassou, 1887) (GARCÍA-TORNEL, 2001, p. 108).

De uma forma muito geral, é possível definir a vulnerabilidade social como “a expressão do desequilíbrio ou desajuste entre a estrutura social e o meio físico, construtivo e natural que nos rodeia” (Lafontaine, 1989), de maneira que aparece como um conceito multidimensional que engloba simultaneamente fatores físicos e sociais e que ao mesmo tempo “depende em linhas gerais, do tipo de intensidade da ameaça. Em consequência não tem valor absoluto” (Diaz Cassou, 1887) (GARCÍA-TORNEL, 2001, p. 108, tradução nossa).

Essa análise engloba, ainda, a escala sociológica por abordar a estrutura social. No entanto, por ser uma reflexão geográfica, consegue incluir o meio e os aspectos físicos. Logo, essa construção une a geografia física e humana em uma visão mais holística. No entanto, esse desenvolvimento teórico, abordado no livro

*Sociedades e territórios em risco*, serve para explicar a temática principal do autor, qual seja: a do território de risco. O território de risco é o espaço onde existe a maior possibilidade de ocorrer uma catástrofe: “os territórios de risco vêm determinados por aquelas regiões planetárias onde o fato de ocorrer determinados fenômenos físicos ou biológicos, ou a presença de instalações perigosas são mais frequentes” (GARCÍA-TORNEL, 2001, p. 124, tradução nossa).

Oriundo da geografia física, esse conceito pode e deve ser instrumentalizado pela geografia humana por conta de sua qualidade teórica. Esse conceito utiliza o termo região e cita a infraestrutura (no caso, as instalações perigosas), advertindo que o fenômeno do risco tem espaços concretos. Ora, os mais altos índices de homicídios na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal também têm espaços concretos, os quais são territórios de infraestrutura precária.

Em pesquisa sobre violência na Suécia (guardadas as devidas diferenças entre Brasil e Suécia), há uma discussão sobre as motivações do homicídio pelo estudioso Lenke:

Lenke's research was focused on the connections between alcohol and drug policies and violent crime levels. However, he also wrote several studies on the links between general politics and violent crime (Lenke 1990, 2009a, 2009b, 2009c). Lenke argued (2009c) that those links can be divided into two main categories: political circumstances that create violence directly and political circumstances that create violence indirectly. In the first category, direct violence functions as an accepted method of conflict resolution. In the second category, violence is the result of the frustrations created by the existing political system (social, economic, and political). According to Lenke, frustrations linked to the political system explained to a large extent the homicide rate differences between Finland and Sweden in the 20th century (GANPAT *et al.*, 2011, p. 13).

A pesquisa de Lenke focou-se nas ligações entre álcool e as políticas de drogas e os índices de crimes violentos. No entanto, ele também escreveu vários estudos sobre as relações entre políticas gerais e crimes violentos (Lenke 1990, 2009a, 2009b, 2009c). Lenke argumentou (2009c) que essas relações podem ser divididas em duas categorias principais: circunstâncias políticas que criam a violência diretamente e circunstâncias políticas que criam a violência indiretamente. Na primeira categoria, a violência direta é tratada como um método aceitável de resolução de conflitos. Na segunda categoria, a violência é o resultado das frustrações criadas pelo sistema político existente (social, econômica e política). De acordo com Lenke, frustrações ligadas ao sistema político explicam em grande medida, as diferenças de taxas de homicídio entre a Finlândia

e a Suécia no século 20 (GANPAT *et al.*, 2011, p. 13, tradução nossa).

Ainda no mesmo estudo, mas a respeito da produção finlandesa, se observam outras correntes que analisam a violência:

The new research can be described as empirical or as a multiple factor approach which seeks to understand homicide by disaggregating it. This tradition, represented by the studies of Hakko, Kivivuori, Lehti, Savolainen and Viljanen, among others, describes how the causes of lethal violence are located in the socio-demographic structure of society as well as in the recurring temporal and spatial dimensions and rhythms of everyday life (Hakko 2000; Kivivuori 1999; Kivivuori 2002; Kivivuori & Lehti 2006; Lehti & Kivivuori 2005; Savolainen & Lehti & Kivivuori 2008; Savolainen & Messner & Kivivuori 2005; Viljanen 1983). The central themes in these studies have been the role of alcohol, alcohol abuse and social marginalization in criminal violence (Kivivuori & Lehti 2010). The works of Ylikangas again represent a combination of sociological theory and historical research. He explains historical variations in homicide levels by incorporating them under more general law-like propositions concerning human motivation and its embeddedness in structural and cultural conditions (Ylikangas 1998b). The research of Ylikangas has dealt mainly with connections between economic processes and crime in pre-industrial Finland, but his work also comprises studies on more recent phenomena of homicidal crime (see, for example, Ylikangas 1976; Ylikangas 1990; Ylikangas 1998a). The historical and cultural causes of the homicide trends of the 20th century have also been analysed by, for example, Lehti (2001), Pajuoja (1987) and Rajala (2004) (GANPAT *et al.*, 2011, p. 14).

A nova pesquisa pode ser descrita como empírica ou como um fator de múltipla abordagem que procura compreender os homicídios desagregando-os. Essa tradição, representada pelos estudos de Hakko, Kivivuori, Lehti, Savolainen e Viljanen, entre outros, descreve que causas da violência letal estão localizadas no contexto sócio-demográfico, na estrutura da sociedade, nas dimensões temporais e espaciais e, também, são influenciadas pelos ritmos da vida cotidiana (Hakko 2000; Kivivuori 1999; Kivivuori 2002; Kivivuori & Lehti 2006; Lehti & Kivivuori 2005; Savolainen & Lehti & Kivivuori 2008; Savolainen & Messner & Kivivuori 2005; Viljanen 1983). Os temas centrais nestes estudos têm sido o papel do álcool, abuso de álcool e a marginalização social da violência criminal (Kivivuori & Lehti 2010). As obras de Ylikangas novamente representam uma combinação da teoria sociológica e da pesquisa histórica. Ele explica por um viés histórico as variações dos níveis de homicídio para incorporá-los através de proposições de leis gerais relativas à motivação humana e à sua inserção em condições estruturais e culturais (Ylikangas 1998b). A pesquisa de Ylikangas tem lidado principalmente com conexões entre processos econômicos e do crime na pré-industrial Finlândia. Mas seu trabalho também inclui estudos sobre fenômenos mais recentes do crime de homicídio (ver, por exemplo, Ylikangas 1976; Ylikangas 1990; Ylikangas 1998a). As causas históricas e

culturais rebatidas nas tendências de homicídios do século 20 também foram analisadas por Lehti (2001), Pajuoja (1987) e Rajala (2004) (GANPAT *et al.*, 2011, p. 14, tradução nossa).

A região planetária afetada pela intencionalidade do poder público pode ser facilmente determinada pela análise estatística. Faz-se, contudo, a advertência de que o caso não é apenas numérico, mas decorrente de um fenômeno político, social e histórico. Geralmente, um território com mais infraestrutura é o lugar onde a população mais rica vive cotidianamente. Essa população tem mais poder político, pois muitos de seus membros são políticos, grandes empresários ou agentes ligados a setores estratégicos. Ávero, Melão & Jorge analisam, em uma pesquisa sobre o acesso ao judiciário no Estado de São Paulo, “a face perversa da histórica ausência de políticas sociais públicas de caráter redistributivo e universalizante”:

As respostas, tanto de assistentes sociais como de psicólogos (apresentadas, aqui, conjuntamente), apontaram para essa situação de pobreza, assinalada por meio de descrições e conceitos variados, mas de maneira geral, todos eles expressões de impedimento de acesso a direitos sociais possibilitadores de garantia de dignidade de vida (FÁVERO, MELÃO & JORGE, 2005, p. 78).

O conceito território intencionalmente de risco visa a advertir que, no viés da segurança, o poder político decide intencionalmente quais territórios serão mais seguros que outros. A intenção política é a centralidade do debate. Se nos territórios onde está presente maior influência política (e maiores pressões do modo capitalista) será colocada maior infraestrutura para reprimir a criminalidade, restará menos recurso para colocação de equipamentos de infraestrutura nos territórios onde está mais fraca a influência do poder político.

Estatisticamente, na cidade do Rio de Janeiro, o bairro do Leblon tem três delegacias e seis teatros (no Brasil, os teatros são financiados por verba pública), enquanto Santa Cruz, com população quatro vezes maior, tem apenas uma delegacia e nenhum teatro. Sobre a construção da Zona Sul, onde se localiza o Leblon, assevera-se:

A construção de um imaginário, que teria força de representação e que estaria plenamente concluído em princípios da década de 1950, reforçou o novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro

já a partir da primeira metade do século XX, ao lado da atuação de determinadas frações do capital – o imobiliário – e da própria ação do Estado, que dotou a “zona sul” de melhoramentos (CARDOSO, 2010, p. 86).

O Leblon possui renda *per capita* onze vezes maior que Santa Cruz. Logo, presume-se que, no bairro do Leblon, deve residir uma população com maior influência política, como prefeitos, governadores, donos de grandes empresas, secretários, juízes e deputados, afinal, esses agentes recebem maior salário.

No Distrito Federal, a região administrativa de Brasília possui nove delegacias e oito teatros, enquanto Ceilândia possui quatro delegacias e um teatro. Brasília tem renda *per capita* seis vezes maior que Ceilândia. A maior presença de agentes do poder político também é observada na região mais abastada do Distrito Federal.

O território intencionalmente de risco contém o debate de que é intencional a decisão política acerca da disposição da infraestrutura que reprime o risco, equipando intensamente a região dos mais ricos e precariamente o lugar destinado aos mais pobres. Apesar de nesta pesquisa, o risco analisado ser o homicídio, a noção de risco também pode ser entendida por meio de outras catástrofes sociais ou físicas. Por exemplo, quando não são feitas obras de contenção de encostas em favelas, mas essas obras são realizadas nas proximidades de bairros de alto padrão, o risco, apesar de ser físico, também é gerado pelo poder político.

A concepção do território de Souza (1995) abrange essa questão política do poder público e dos outros poderes nas ações que ocorrem nos territórios: “(...) o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, p. 97). Assim, o conceito de território envolve o campo das relações de poder em sentido geral, e não apenas o campo restrito das relações de poder político. A disposição de equipamentos de infraestrutura no território obedece, portanto, tanto às escalas de poder que atendem às ânsias de grandes empresas atreladas muitas vezes aos grupos sociais com maior renda quanto às intencionalidades gerais do poder político.

A escolha teórica por discutir o plano do poder político no caso da disposição da infraestrutura no território foi intencional, pois é necessário trazer à tona a corresponsabilidade dos agentes políticos pelo fenômeno da criminalidade em áreas marginalizadas. No entanto, essa corresponsabilidade também é de grandes empresas que pressionam a decisão política a respeito da disposição de equipamentos de infraestrutura. Apesar disso, o papel do Estado nesse processo deve ser destacado.

Estados não apenas se municiam de programas e políticas com a intenção de “passar uma borracha” nas mais evidentes consequências da pobreza e de amortecer (ou não) seus impactos sociais e espaciais. Eles também ajudam a determinar quem será relegado, como, onde e por quanto tempo. Os Estados são, por si sós, os principais motores de estratificação, e em nenhum lugar isso é mais evidente do que no fundo da ordem socioespacial (Esping-Andersen, 1993): eles fornecem ou impedem o acesso à educação adequada e ao treinamento profissional; eles estabelecem condições para entrada e saída do mercado de trabalho por meio de regulamentações administrativas de contratação, dispensa e aposentadoria; eles distribuem (ou falham em distribuir) bens de subsistência básicos, como moradia e complemento de renda; eles apoiam ou impedem ativamente o planejamento familiar e de moradia; e eles co-determinam tanto a intensidade material e a exclusividade geográfica quanto a densidade da miséria através de confusos esquemas administrativos e fiscais (WACQUANT, 2005, p. 193).

O Estado, por ajudar a determinar quem será relegado, acaba por criar territórios mais inseguros que outros. A pressão de grandes empresas acerca da disposição de infraestrutura também é um fator importante, no entanto, o agente que predominantemente dispõe a infraestrutura básica é o Estado.

Atualmente, a maioria dos debates sobre desigualdade e os processos de segregação costumam colocar a responsabilidade do poder político em segundo plano. Discutir esses processos apenas pelo viés do poder de grandes empresas e monopólios pode obscurecer a decisão política essencial para a concretização desses processos. Wacquant (2005):

Agora, a irrelevância do “Estado nacional” tornou-se um lugar-comum nos debates intelectuais ao redor do mundo. Está na moda, hoje em dia, lamentar-se da incapacidade de instituições políticas centralizadas em interromper a crescente marginalização social consequente da reestruturação global capitalista. Mas, discrepâncias amplas e persistentes na incidência e na pertinência da pobreza,

assim como nos padrões de vida, na (i)mobilidade e na diferenciação espacial dos pobres urbanos em diferentes países, sugerem que as notícias acerca do fim do Estado de Bem-Estar nacional foram em grande medida exageradas. (...) Estados fazem diferença – isto é, quando assumem a tarefa de proteção. Portanto, é imperativo trazê-los de volta ao epicentro da sociologia comparada da marginalidade e da polarização como instituições *preventivas* ou *remediadoras*. (WACQUANT, 2005, p. 194).

Geograficamente, a estrutura territorial não pode ser apenas visualizada por meio do impacto do agronegócio, da extração mineral e dos grandes setores econômicos, mas também por meio da responsabilidade política que influencia legalmente e diretamente o processo ao permitir ou ao criar infraestrutura.

O poder político é central nessa questão, pois, ao criar fundos ligados à infraestrutura básica, determina o montante de investimento destinado à educação, saúde, lazer etc., e, ao dar aval para a colocação efetiva desses equipamentos, o Estado cria, de fato, territórios mais seguros que outros.

Um panorama com uma realidade em que o poder público consegue minimizar o rebatimento da produção e reprodução capitalista no espaço é o olhar sobre a questão na Suécia. Cabe salientar que a intenção não é comparar países porque estes são profundamente diferentes de formas históricas, sociais, geográficas, dentre outras. A intenção é observar experiências de sucesso com o intuito de repensá-las para o caso brasileiro. A Suécia já passou por momentos, no início do século XX, de atrocidades praticadas por seus agentes públicos, por índices alarmantes de mortalidade infantil e pobreza. No entanto, dentre os diversos fatores que permitiram a Suécia ter avançado socialmente, está a separação entre a política e a burocracia, pois os funcionários públicos são desestimulados a ingressar na política, e vice-versa:

Following Shefter's (1977) thesis on the emergence of bureaucracies, in 19th century Sweden, the moment of mass politics came after the consolidation of a coalition for bureaucratic autonomy and the establishment of a Weberian state. The socialist party was "externally mobilized" in Sweden since it had to grow within the boundaries of an authoritarian regime, that is, in regimes where there were no opportunities for the party to become a member of the government. The implication is that the Swedish party (like the German and Austrian socialist parties) could not resort to a patron-client pattern of exchange with their supporters. They could not tell their would-be militants: we will offer you a public job. This meant that the Swedish

type of socialist party had to offer a programmatic strategy built on a combination of socialist ideas and the protection of workers' and unions' interests instead of patronage jobs and clientelistic policies (LAPUENTE & ROTHSTEIN, 2014, p. 29).

De acordo com a tese de Shefter (1977) sobre a emergência de burocracias na Suécia do século 19, o momento da política de massas veio após a consolidação de uma coalisão, da autonomia burocrática e do estabelecimento de um estado weberiano. O partido socialista era "externamente mobilizado" na Suécia, uma vez que teve de crescer dentro dos limites de um regime autoritário, ou seja, em regimes em que não havia oportunidades para tornar-se um membro do governo. A implicação é que o partido sueco (como os partidos socialistas alemães e austríacos) não poderia recorrer a um padrão clientelista de intercâmbio com os seus apoiantes. Eles não poderiam dizer aos seus militantes: nós vamos oferecer-lhe um emprego público. Isso significava que o tipo sueco de partido socialista tinha para oferecer uma estratégia programática construída em uma combinação de ideias socialistas para a proteção dos trabalhadores e dos sindicatos ao invés de empregos por indicação política ou de políticas clientelistas (LAPUENTE & ROTHSTEIN, 2014, p. 29, tradução nossa).

A segregação tanto espacial quanto social, que se reflete também na disposição da infraestrutura, já foi vista de várias formas: seria uma anomalia ou doença que as ações públicas poderiam cuidar através do *Welfare State* (Estado do bem-estar social); uma desigualdade que poderia ser superada por intermédio de incentivos públicos; uma contradição que o Estado não consegue resolvê-la, pois faz parte do próprio regime urbano, da estrutura capitalista de produção e reprodução do capitalismo, sendo não só estrutura capitalista, mas também conjuntura, afinal, ocorre de forma diferente em cada território.

A presente pesquisa não objetiva trazer uma visão que englobe todos os fatores envolvidos na disposição da infraestrutura desigual ou na diferença entre os índices de homicídios. Sua missão é verificar se existe relação entre infraestrutura e homicídios e refletir se ainda é importante a ação do Estado nessa questão.

Assim, averigua-se que políticas públicas ainda influenciam a vida nos territórios. Em reportagem do jornal *O Globo*, do dia 13/11/2013, foi noticiado:

Na contramão de países como Brasil, Reino Unido e Turquia, a Suécia vai fechar quatro prisões por falta de prisioneiros. A Holanda também segue pelo mesmo caminho, e prisões já foram

transformadas de prejuízo em lucro para a economia: uma delas virou um hotel de luxo. Em setembro, o Ministério da Justiça anunciou o fechamento de oito presídios. A queda no número de presidiários na Suécia tem duas explicações principais: a diminuição no número de crimes e revisões judiciais que buscam penas alternativas. Duas prisões serão vendidas e outras duas emprestadas dentro do próprio governo. Essas poderão voltar a funcionar como presídios, caso seja necessário. O responsável pelo sistema prisional do país, Nils Öberg, afirma que não é possível, ainda, identificar a escassez de prisioneiros.

- Nós certamente esperamos que nossos esforços em reabilitação e prevenção de reincidência tenham tido um impacto, mas nós achamos que isso sozinho não pode explicar a queda de 6% - disse ele, reafirmando depois que a Suécia precisa se esforçar ainda mais em reabilitar os prisioneiros para que eles possam retornar a sociedade.

Desde 2011, os tribunais de justiça passaram, por exemplo, a encarcerar menos os condenados por venda ou uso de drogas. De acordo com Öberg, isso provocou que 200 pessoas a menos estivessem presas em março deste ano do que em 2012. Porém, a taxa de encarceramento na Suécia vem caindo desde 2004. Mas, entre 2011 e 2012 a queda foi de 6%, valor que deve ser repetido esse ano, de acordo com as estimativas de Öberg. De acordo com o Centro Internacional de Estudos das Prisões, vários países seguem na tendência contrária da Suécia. A Turquia, por exemplo, vai construir 207 novas prisões nos próximos cinco anos. No Brasil, entre 2010 e 2012, o número de encarcerados cresceu 10%, mostra relatório do centro. Reino Unido e Estados Unidos também continuam construindo novas prisões.<sup>1</sup>

Sobre o papel do Estado na violência, Steinberger & Cardoso (*apud* PAVIANI, FERREIRA & BARRETO, 2005) refletem:

Conclui-se primeiro que esse mesmo Estado, construtor da violência e representante de uma sociedade construtora da violência, pode coordenar a desconstrução da violência, por ser detentor do poder de repressão e de coesão. (STEINBERGER & CARDOSO *apud* PAVIANI, FERREIRA & BARRETO, 2005, p. 125).

Cabe salientar que Steinberger & Cardoso não afirmam ser o Estado o único fator impactante no quesito violência, mas que o Estado pode atuar sobre a violência “por meio de ações não policiais e preventivas” (STEINBERGER & CARDOSO *apud* PAVIANI, FERREIRA & BARRETO, 2005, p. 125).

<sup>1</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/suecia-fecha-quatro-presidios-por-falta-de-condenados-10769563#ixzz3ZORDcfza>. Acesso em 01/05/2015.

“Mas eu só quero  
Educar meus filhos  
Tornar um cidadão  
Com muita dignidade

Eu quero viver bem  
Quero me alimentar  
Com a grana que eu ganho  
Não dá nem prá melar

E o motivo todo mundo  
Já conhece  
É que o de cima sobe  
E o de baixo desce”

As Meninas, “Xibom Bombom”, 1999.



Foto 11 – Uma das três delegacias do Leblon (Rio de Janeiro, 09/05/2015).

### **3.4 O território intencionalmente de risco e suas prováveis motivações**

A falta de infraestrutura adequada em determinados territórios pode ser motivada por diversos motivos, tais como: a manutenção da desvalorização de certos territórios, criando uma reserva territorial a ser explorada futuramente pelo mercado imobiliário; fins eleitoreiros, criando um desejo popular por propagandas e projetos de segurança; proteção de redes criminosas, como tráfico de drogas, de pessoas e de animais; arrecadação de maior verba destinada ao setor de segurança pública, quer seja para as empresas de segurança beneficiadas, quer seja para a corrupção, pois a criação de prisões, por exemplo, é um grande gerador de capital para os setores envolvidos; etc.

No caso brasileiro, diversos lançamentos imobiliários de grande porte são criados em áreas pouco valorizadas que, em pouco tempo, têm o seu valor elevado a altos índices.

A especulação imobiliária tem caminhado em direção a áreas antes marginalizadas, como favelas e áreas sem infraestrutura. É comum observar que dentre os donos dessas empresas imobiliárias encontram-se políticos e agentes públicos de alto escalão.

Durante as eleições, diversos políticos exploram a questão da segurança pública, criando promessas que não são totalmente cumpridas durante seus mandatos. Por vezes, aumenta-se o efetivo policial e são compradas algumas viaturas de excelência, as quais são divulgadas pela mídia e pelos políticos como meio de atrair olhares de aprovação para determinado político.

No entanto, a infraestrutura básica que gera a criminalidade não é combatida, pois esse investimento não é tão facilmente espetacularizado pelos políticos quanto o é o aparato policial de enfrentamento direto. Assim, o tema da segurança é uma forma de ganhar votos ao se criar uma propaganda em torno do aparato de segurança.

O envolvimento de determinados políticos com setores criminosos, como o do tráfico de drogas e o de pessoas, é um lamentável fato observado. Enquanto o grande lucro dessas atividades permanece circulando entre milionários e dentro dos setores mais ricos da cidade, os laboratórios e cativerios permanecem escondidos dentro de territórios menos vigiados nas periferias. Logo, para alguns políticos, é interessante manter certos territórios sem infraestrutura adequada para que seja mantida essa parte da atividade criminosa nessas áreas.

A indústria envolvida com segurança pública no processo de criação de territórios intencionalmente de risco é a mais beneficiada. A criação e manutenção de presídios, a compra de armas e viaturas e o treinamento de policiais geram muita riqueza, pois correspondem a uma parte significativa da verba pública. Logo, manter a criminalidade ativa é um negócio muito lucrativo para alguns setores. Por isso, muitos desses setores que ganham com o crime estão diretamente ligados à esfera política e pressionam o Estado a definir onde a infraestrutura se instalará ao longo dos territórios.

A intencionalidade na disposição da infraestrutura (que nesta pesquisa está relacionada ao número de homicídios) pode ser explicada da seguinte forma:

Relativamente aos grupos sociais que produzem a segregação espacial, Corrêa (1989, p. 69) define o papel preponderante das classes dominantes no processo. Em suas palavras: A classe dominante ou uma de suas frações, (...), segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado (CARDOSO, 2010, p. 76).

As diferenças apresentadas entre as regiões do Distrito Federal e da cidade do Rio de Janeiro revelam índices profundos de desigualdade em infraestrutura de saúde, segurança pública, lazer e educação. Assim, se produzem lugares mais seguros, como o Leblon e a região administrativa de Brasília:

O endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção dos lugares, atribuindo-lhes valores específicos e mais precisos, diante dos usos preestabelecidos. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão

margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade (SANTOS, 2012a, p. 251).

Algumas visões das pesquisas crítico-dialéticas podem ser trazidas à baila nesse momento, por exemplo: a “concepção de realidade – visão dinâmica e conflitiva da realidade (categorias materialistas de conflito e de movimento; ser social)”; “a natureza e a sociedade como partes de um mesmo movimento”; “o Homem compreendido como sociedade”; a “preocupação com a transformação da realidade estudada”; e, principalmente, a “tentativa de desvendar conflitos de interesse” (SPOSITO, 2004, p. 52-55).

O poder público, ao dotar o espaço de equipamentos de infraestrutura, opta por investir mais em saúde, segurança pública e lazer nos territórios de população com maior poder aquisitivo. O ordenamento territorial, nesse caso, optou por colocar mais infraestrutura em determinados territórios. Dessa forma, tanto a ação pública quanto a omissão merecem análise.

Nesta pesquisa, o menor investimento em infraestrutura de segurança, saúde, educação e lazer, relaciona-se com índices maiores de homicídios. Logo, pouca infraestrutura pode elevar a taxa de homicídios no caso de grandes metrópoles. Assim, é possível afirmar que o poder público, ao investir em infraestrutura, gera territórios intencionalmente de risco e territórios intencionalmente seguros.

A infraestrutura, ao ser distribuída nos territórios, passa pelo ordenamento territorial, que é a ação e o efeito de colocar as coisas no lugar que consideramos adequado. Segundo Gross (1998, p. 1), “ordenamiento puede ser entendido como la acción y efecto de colocar las cosas en el lugar que consideremos adecuado”.

Um olhar mais amplo propõe a reflexão de que o caráter subjetivo pertinente às escolhas do Estado atinge o planejamento urbano, pois este resulta de uma ação que envolve relações de poder, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições, empresas, entre outros (SOUZA, 2006).

Por ser necessário esmiuçar o território de risco, cabe pensar a respeito dos equipamentos (infraestrutura) e as decisões políticas. Assim, o conceito de Santos (2012a) de que o espaço é um híbrido de sistema de objetos e sistema de ações se faz central neste trabalho. Ora, a disposição de infraestrutura nos territórios de forma desigual gera espaços de insegurança. Nesse ponto, a construção do “território de risco” extraída de geografia física, se torna útil, pois se trata daquele onde existe a possibilidade de ocorrer uma catástrofe (GARCIA-TORNEL, 2001).

Sobre a segregação sócio-espacial, pode-se afirmar que não se pode dizer que o espaço é um produto como outro produto, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 2008, p 48). Assim, tanto o espaço do Distrito Federal quanto o do Rio de Janeiro têm em seu desenho essa reprodução.

A forte interação entre uma região e o Estado, como no caso da segregação, pode ser observada por intermédio do primeiro grande pensador a propor o conceito de território. Ratzel (1909) reflete que o Estado e o seu território não podem ser analisados sem a consideração de que ambos estão relacionados.

No entanto, nem tudo que se percebe na pesquisa pode ser interpretado sem profunda análise, pois não se pode romper com as falsas evidências e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos lugares a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico, conforme Bourdieu assevera (1999, p. 59). Dessa forma, o espaço apenas investigado pela percepção visual e psíquica, muitas vezes influenciada pela mídia e pela política, deve ser questionado.

O próprio método dialético-marxista trouxe a ideia da necessidade de investigação histórica e das relações sociais de produção exatamente para entender os mecanismos reais que interferem no espaço. Lefebvre analisa que a tentativa de se mascarar as contradições do espaço, muitas vezes através de estatísticas e de

naturalizações do *status quo*, não revelam os embates sociais. A estratégia de classes tenta assegurar a reprodução das relações essenciais por meio do espaço inteiro. Nessa hipótese, não há espaço absoluto, seja vazio, seja pleno, a não ser para o pensamento filosófico-matemático.

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional tal como na matemática. Elas possuem conteúdo prático e social, mais especificamente conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional, quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas, (LEFEBVRE, 2008, p. 56).

Além do Distrito Federal e da cidade do Rio de Janeiro serem marcados pelas contradições advindas das relações sociais de produção, nas quais a mão de obra pouco qualificada foi condenada a espaços “menos nobres”, outro fator que segrega a sociedade é a imagem atribuída aos espaços dos menos abastados. Imagem essa que, quando não criticada, reforça o estigma negativo de territórios marginalizados.

Segundo Foucault (1984, p. 413), o espaço também carrega um conteúdo psíquico, pois:

Não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas, pelo contrário, em um espaço inteiramente carregado de qualidades, um espaço que talvez seja também povoado de fantasma; o espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões possuem neles mesmos qualidades que são como intrínsecas; é um espaço leve, etéreo, transparente, ou então é um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço do alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço de baixo, um espaço do limo, um espaço que pode ser corrente como a água-viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como a pedra ou como o cristal.

No caso brasileiro, algumas de suas regiões são veiculadas como seguras e agradáveis, enquanto outras são vistas como violentas e degradadas. Tais qualificações, no entanto, carregam intenções políticas e imobiliárias, dentre outras.

A construção de um território mais violento carrega em si o investimento público ali realizado e uma ação pública. Assim, a disposição desigual de infraestrutura pode ter por motivação beneficiar o mercado imobiliário, as classes mais ricas, a política eleitoral, a indústria de segurança privada, entre outros.



# BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Pois paz sem voz, paz  
sem voz  
Não é paz,  
é medo!”

O Rappa, “Minha alma (a paz que eu não quero)”, 1999.

Foto 12 – Escola em Santa Cruz (CIEP 1º de maio, favela de Antares, Santa Cruz, Rio de Janeiro, 09/05/2015, sábado).

## BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa com o seu conceito do território intencionalmente de risco visa preservar a vida das pessoas. Isto porque a desigualdade na distribuição de infraestruturas cria um risco real à vida humana. Logo, tal conceito é de interesse de todos os ramos de conhecimento que visam gerar ambientes que promovam a vida humana.

Assim, a segurança pública envolve questões para além do aparato policial. Nesse sentido, esta pesquisa analisou a influência da infraestrutura sobre o número de homicídios.

A primeira hipótese, a de que o índice de homicídios está diretamente relacionado com a baixa infraestrutura em segurança, saúde, educação e lazer, foi confirmada. A relação entre a infraestrutura como um todo e o número de homicídios foi observada. Apenas a relação entre número de homicídios e número de escolas e creches na cidade do Rio de Janeiro não foi observada. Isso, no entanto, revela que a violência é um fenômeno complexo, no qual a falta de outras infraestruturas (segurança, saúde, lazer) não pode ser suprida apenas equipando um território segregado com escolas. A escola não consegue solucionar a questão da violência sozinha. Por isso, esta pesquisa não observou apenas a infraestrutura de educação, mas também os equipamentos de segurança, saúde e lazer. Logo, o complexo da infraestrutura (infraestruturas de saúde, educação, lazer e segurança) está relacionado ao número de homicídios.

A segunda hipótese, que diz respeito à concentração intencional de infraestrutura pelo Estado em certas regiões em detrimento de outras, criando territórios intencionalmente de risco, também foi confirmada. Isso porque se observaram territórios intencionalmente mais seguros e com maior infraestrutura no bairro do Leblon (na cidade do Rio de Janeiro) e na região administrativa de Brasília (no Distrito Federal). Essa constatação demonstra a intencionalidade do Estado em dispor maior infraestrutura em certos territórios (Leblon e Brasília) em detrimento de outros (Santa Cruz, Madureira, Taguatinga e Ceilândia).

Uma breve reflexão foi realizada acerca dos prováveis motivos para a criação de territórios intencionalmente de risco, apesar de esse não ser o tema desta discussão. O beneficiamento de territórios com populações de maior renda, as pressões do capital imobiliário e da indústria de segurança e do medo foram algumas das suposições elencadas para explicar a criação e sustentação desse fenômeno.

Os entes políticos que tomam essas decisões, no caso da cidade do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, têm priorizado de forma excessiva regiões de habitantes de maior poder aquisitivo. Esse excesso visibiliza a escassez dessas decisões em prol de áreas de população mais carente. Ou seja, essa escassez não acontece por acaso, ela é fruto de uma opção política.

A ação ou a omissão política são pontos centrais na questão da segurança pública. Não se pode ignorar a motivação que leva a uma determinada decisão política. Os motivos possuem diversas intenções que são diferentes de acordo com os sujeitos e os períodos históricos. Nesse ponto, é vislumbrada a intencionalidade, que pode possuir diferentes motivos. Assim, a contribuição deste trabalho é instigar a reflexão a respeito do território intencionalmente de risco como uma reflexão acerca do rebatimento das decisões políticas nos territórios.

No Rio de Janeiro, bairros de população mais pobre, como Santa Cruz e Madureira, possuem menor infraestrutura do que bairros como o Leblon. A diferença nos índices de criminalidade segue a mesma lógica, mas não por acaso, afinal, se opta politicamente por tornar o Leblon um bairro mais seguro. No Distrito Federal, a decisão política torna mais segura a região administrativa de Brasília em detrimento de Taguatinga e Ceilândia, seguindo a lógica infraestrutura-criminalidade apresentada no Rio de Janeiro.

O ordenamento territorial, por ser uma opção política que beneficia determinados espaços em detrimento de outros, apresenta um reflexo visível sobre a questão da infraestrutura dispensada às regiões de populações mais pobres. Somado a isso, a violência policial discriminatória é muito presente nas áreas nobres

do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Esse padrão policial acaba por segregar as populações pobres, pardas e negras, afastando-as da ampla mobilidade urbana oferecida nos territórios privilegiados pela infraestrutura. Essa segregação somada às diferenças do ordenamento territorial e à desigualdade social impede o total acesso a teatros, livrarias e galerias de arte, por exemplo.

Refletir sobre o motivo de os dados mais altos sobre homicídios serem exatamente relacionados a essa população segregada e afastada do acesso à infraestrutura é imperioso na atualidade. Em seus territórios, essa população não possui policiamento que os proteja, ao contrário, a figura do policial é vista com medo, porque os policiais agem nesses espaços de forma mais arbitrária e discriminatória em comparação aos territórios “mais nobres”.

O fato de haver precariedade de infraestrutura estatal nessas áreas pode estimular a violência, tanto em geral quanto policial, pois esses agentes sabem que não serão punidos ali.

À medida que são realizadas diversas decisões políticas, territórios são requalificados e dotados de equipamentos de infraestrutura. No entanto, caso não sejam tomadas essas decisões, determinados territórios permanecem como estão ou, ainda, têm suas características desqualificadas. A reflexão, com base no território intencionalmente de risco, serve para trazer à tona a opção e a ação política motivadoras do aparelhamento de infraestrutura em certas regiões em detrimento de outras que tem como um dos reflexos o maior número de homicídios nas áreas preteridas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. Brasília: da utopia à dura realidade. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 401-403, 2003.
- ARANTES, J. T. A indústria do medo. *Le monde diplomatique Brasil*. Edição 2. Setembro de 2007. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=3>>
- ASCHER, F. *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*. Lisboa: Celta Editora, 1998.
- BARRACHO, C. *Psicologia Social, Ambiente e Espaço*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BATISTA, V. *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_, Z. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (org.). *A miséria do mundo*. 1999. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 159-166.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Portal do Governo de Brasília. *Administrações Regionais*. Disponível em: <http://www.df.gov.br/sobre-o-governo/administracoes-regionais.html>. Acesso em: 18/05/2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (2007). *Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social*. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario\\_2009\\_TEXTOV1.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario_2009_TEXTOV1.pdf)>. Acesso em 08/06/2014.
- BRITO, F. *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.
- CANIATO, Angela Maria Pires; NASCIMENTO, Merly Luane Vargas do. Vigilance in contemporary society: its meaning and implications on subjectivity. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jun. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682007000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000100004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 jul. 2015.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

CARDOSO, E.. Estrutura Urbana e Representações: A invenção da Zona Sul e a construção de um novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. *GeoTextos*, Salvador, 6, jul. 2010. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4306/3165>. Acesso em: 08/05/2015.

CARLOS, Ana Fani. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA. R. L. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1996.

\_\_\_\_\_. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FARIAS, J. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços suburbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Ed. Alameda, 2006.

FÁVERO, E.; MELÃO, M.; JORGE, M. *O serviço social e a psicologia no judiciário*. São Paulo: Cortez Editora. 2005.

FERNANDES, A. *Processo Penal Institucional*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2012.

FERRAJOLI, L. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FERREIRA, I; VASCONCELOS, A.; PENNA, N. Violência Urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. *Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, MG, 2008.

FORMIGA, N. S. Sentimento anômico e condutas antissociais e delitivas: verificação de um modelo causal em jovens brasileiros. *Liberabit*, Lima, v. 19, n. 1, Janeiro de 2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Outros espaços. In: MOTTA, M. (org.). *Michel Foucault. Estética, literatura e pintura, música e cinema*. 1967. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 411-422

FREITAS, Eleusina. Reconfigurando a Segregação Residencial. *Oculum Ensaios*, núm. 6, 2006, pp. 142-146 Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, Brasil.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

GANPAT, S. *et al. Homicide in Finland, the Netherlands and Sweden: A First Study on the European Homicide Monitor Data*. Västerås: Edita Norstedts Västerås, 2011. Disponível em

<[https://www.bra.se/download/18.656e38431321e85c24d80007748/1371914718498/2011\\_15\\_homicide\\_finland\\_netherlands\\_sweden.pdf](https://www.bra.se/download/18.656e38431321e85c24d80007748/1371914718498/2011_15_homicide_finland_netherlands_sweden.pdf)>. Acesso em 07/03/2015.

GARCÍA-TORNEL, F. Algunas cuestiones sobre Geografía de los Riesgos. In: *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 1997, vol. I, n. 10, p. 1-5.

\_\_\_\_\_. *Sociedades y territorios em riesgo*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001.

GROSS, P. Ordenamento Territorial: El manejo de los espacios rurales. In: *Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, 1998. Vol XXIV, n. 73, p. 116-118.

HAESBAERT, R. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para a entender a desterritorialização. In: *Território, Territórios*. Niterói, PPGeo-UFF/AGB, 2002.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HUGGINS, M.; HARITOS-FATOUROS, M.; & ZIMBARDO, P. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

JORNAL O GLOBO. *Suécia fecha quatro presídios por falta de condenados*. Edição de 13/11/2013, Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/suecia-fecha-quatro-presidios-por-falta-de-condenados-10769563#ixzz3Z0RDcfza>>. Acesso em 01/05/2015.

LAGO, L. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

LAPUENTE, V. & ROTHSTEIN, B. Civil War Spain versus Swedish Harmony: The Quality of Government Factor. *Comparative Political Studies*, Gotemburgo, 2013, Vol. 47 N. 10, p. 1416-1441.

LEFEBVRE, H. A sociedade burocrática do consumo dirigido. In: LEFEBVRE, H (Org.). *A vida cotidiana no mundo moderno*. 1991. São Paulo: Ática, 1991, p.77-119.

\_\_\_\_\_. *Espaço e política*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

LÚCIO, M. *Cidadania mutilada: O direito à habitação entre a emancipação e a subordinação*. 152 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2003.

MAIOLINO, A. *Espaço Urbano: conflitos e subjetividade*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 24 – 33, jan./jul. 2004.

MYERS, D. *Psicologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

PAVIANI, A.; FERREIRA, I.; & BARRETO, F. *Brasília: Dimensões da violência urbana*. Brasília: Editora UnB, 2005.

PAVIANI, A. Migrações com desemprego: injustiça social na configuração socioespacial urbana. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, 17, 2007.

\_\_\_\_\_. *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio urbano de Brasília: urbanização com desigualdade socioespacial*. 9º Seminário Docomomo Brasil. Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/025\\_M01-PatrimonioUrbanoDeBrasilia\\_ART\\_aldo\\_paviani-1.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/025_M01-PatrimonioUrbanoDeBrasilia_ART_aldo_paviani-1.pdf) . Acesso em 08/10/2014.

PEREIRA, E (Org.). *Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó: Argos, 2008.

RATZEL, F. *La géographie politique*. Paris: Fayard, 1897.

\_\_\_\_\_. (1909). Antropogeographie. Stuttgart. In: MORAES, A. C. R. *Ratzel*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC. 1996

\_\_\_\_\_. *Por uma nova geografia*. São Paulo: HUCITEC. 2002.

\_\_\_\_\_. *A natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP. 2012a.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Método*. São Paulo: EDUSP. 2012b.

SOUZA, Luma & CAETANO, Priscila. Notas Conceituais Acerca Da Cidade Capitalista E Do Fenômeno Da Segregação Socioespacial. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas/MS* – nº 19 – Ano 11, Maio 2014.

SOUZA, M. L. de. As drogas e a questão urbana no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, I.; GOMES, P. & CORRÊA, R. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. Militarização da questão urbana. Revista NEILS - Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.117-129, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, E. *Geografia e Filosofia*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

YANNOULAS, S. (Coord.). *Política Educacional e Pobreza: Múltiplas abordagens para uma relação multideterminada*. Brasília: Liber Livro, 2013.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WAISELFISZ, J. & MACIEL, M. *Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco*. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2003.

WINNICOTT, D. *Privação e Delinquência*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.